

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FABIANO ALMEIDA NEGREIROS

**UMA ANÁLISE DO PAPEL DE LÍDERES COMUNITÁRIOS, A PARTIR DE
SEUS DISCURSOS, EM FACE DA DESMOBILIZAÇÃO POLÍTICA
DE SUAS COMUNIDADES**

Porto Alegre, 2019

FABIANO ALMEIDA NEGREIROS

**UMA ANÁLISE DO PAPEL DE LÍDERES COMUNITÁRIOS, A PARTIR DE
SEUS DISCURSOS, EM FACE DA DESMOBILIZAÇÃO POLÍTICA
DE SUAS COMUNIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado com área de concentração em Teoria Política, Democracia e Participação.

Orientador: Prof. Dr. Davide Carbonai

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Negreiros, Fabiano Almeida
UMA ANÁLISE DO PAPEL DE LÍDERES COMUNITÁRIOS, A
PARTIR DE SEUS DISCURSOS, EM FACE DA DESMOBILIZAÇÃO
POLÍTICA DE SUAS COMUNIDADES / Fabiano Almeida
Negreiros. -- 2019.
145 f.
Orientador: Davide Carbonai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Liderança comunitária. 2. Mobilização. 3.
Personalismo. 4. Orçamento participativo. 5. Confiança
institucional. I. Carbonai, Davide, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FABIANO ALMEIDA NEGREIROS

**UMA ANÁLISE DO PAPEL DE LÍDERES COMUNITÁRIOS, A PARTIR DE
SEUS DISCURSOS, EM FACE DA DESMOBILIZAÇÃO POLÍTICA
DE SUAS COMUNIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado com área de concentração em Teoria Política, Democracia e Participação.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davide Carbonai – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

UFRGS

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves

UFRGS

Prof. Dr. Sávio Campos de Azevedo

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

RESUMO

A presente dissertação investiga a mobilização da população da Grande Cruzeiro, localizada na Zona Sul de Porto Alegre, para reivindicar seus direitos, a partir da visão de três líderes com ativa atuação na comunidade. Geograficamente perto do centro da Capital, a região tem uma história de lutas. Nos últimos anos, porém, a participação parece ter arrefecido mesmo diante de fatos como o fechamento de escolas, a precarização da saúde pública e a retirada de famílias para a duplicação da Avenida Tronco. Fizemos entrevistas com os três líderes e trabalhamos o conteúdo a partir da análise textual discursiva, que se divide em quatro etapas: desmontagem dos textos, categorização, criação de metatextos e auto-organização. O referencial teórico é composto por sete categorias que emergiram das entrevistas, a partir dos métodos indutivo e intuitivo: *liderança*, *personalismo*, *militante como gestor*, *mobilização pelo mínimo*, *desconfiança institucional*, *orçamento participativo* e *“esquerda” versus “direita”*. A partir da correspondência entre os dados empíricos e a literatura, foi possível verificarmos fatores relevantes que contribuem para a falta de mobilização das comunidades, entre eles o personalismo nas relações, o desencanto com a política institucional e as contradições que envolvem o militante como gestor. Embora demonstrem boas intenções, os líderes apresentam dificuldades em fazerem uma autoanálise de sua atuação e em enxergarem-se como parte do processo.

Palavras-chave: Liderança comunitária. Mobilização. Personalismo. Orçamento participativo. Confiança institucional. Militante como gestor.

ABSTRACT

The present study approaches the mobilization of Grande Cruzeiro's population, localized at the South Area of Porto Alegre, in order to claim rights, in the view of three leaders active in the community. Near the center of the capital, this region has a history based on struggles. In the last years, however, the engagement seems to decrease even in the face of school closures, poor public health and the removal of families to duplicate Tronco Avenue. We did interviews with the three leaders and worked with the content using discursive textual analysis, that is divided in four steps: disassembly of texts, categorization, metatext creation and self-organization. The theoretical referential has been compounded by the following categories arising from the inductive and intuitive methods: *leadership*, *personalism*, *militant as a manager*, *mobilization*, *institutional distrust*, *participatory budget* and "left" - "right". From the correspondence between the empirical data and the literature, it was possible to verify relevant factors that contribute to the lack of mobilization of the communities, among them the personalism in the relations, the disenchantment with the institutional politics and the contradictions of the militant as a manager. Although they have good intentions, leaders find it difficult to self-analyze and see themselves as part of the process.

Key Word: Community leadership. Mobilization. Personalism. Participatory budget. Institutional trust. Militant as a manager.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 DAS RAÍZES DO BRASIL ÀS LUTAS DO BAIRRO SANTA TEREZA.....	12
1.1 A CAPITAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	21
1.2 SANTA TEREZA: DA CARÊNCIA AO MOVIMENTO COMUNITÁRIO.....	23
1.3 OCUPAÇÃO NO PAM 3 – MARCO NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	25
1.4 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E UM HISTÓRICO DE REMOÇÕES.....	28
2 O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO.....	33
2.1 NOTAS METODOLÓGICAS.....	34
3 A LITERATURA QUE AJUDA EXPLICAR A REALIDADE.....	40
3.1 LIDERANÇA E O SEU PAPEL NA COMUNIDADE.....	40
3.2 PERSONALISMO: UMA MARCA HISTÓRICA.....	42
3.3 O MILITANTE COMO GESTOR: UM PAPEL ESTRATÉGICO?.....	44
3.4 O QUE LEVA À MOBILIZAÇÃO COLETIVA?.....	46
3.4.1 O que leva as pessoas a se engajarem?.....	50
3.5 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	52
3.6 (DES)ENCANTO, (DES)CONFIANÇA INSTITUCIONAL.....	55
3.7 “ESQUERDA” <i>VERSUS</i> “DIREITA”: CONCEITOS AINDA RELEVANTES.....	59
4 A VOZ DOS LÍDERES: A LUTA COMUNITÁRIA EM FOCO.....	62
4.1 FRAGMENTAR PARA DECIFRAR.....	62
4.2 DAS PARTES PARA A BUSCA DO TODO.....	63
4.3 UM NOVO ENTENDIMENTO.....	64
4.3.1 Líderes, porta-vozes de uma comunidade calada?.....	64
4.3.2 Personalismo: o eu acima do nós.....	67
4.3.3 Militante como gestor: o dilema de estar “dentro” e “fora” do movimento.....	69
4.3.4 Mobilização pelo mínimo – ou seria o máximo em importância?.....	70
4.3.5 OP: o auge ou o ocaso da luta popular.....	74
4.3.6 Descrença na política.....	77
4.3.7 “Esquerda” <i>versus</i> “direita”: da ideologia ao pragmatismo eleitoral.....	78
4.4 TESES, A ESSÊNCIA DOS DISCURSOS.....	83

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DAS INTENÇÕES ÀS CONTRADIÇÕES.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A – Fotografias inéditas da região da Grande Cruzeiro no final da década de 1970.....	93
APÊNDICE B – Roteiro de perguntas aos líderes.....	94
APÊNDICE C – Tabela Líder A – Fragmentos e temas.....	95
APÊNDICE D – Tabela Líder B – Fragmentos e temas.....	112
APÊNDICE E – Tabela Líder C – Fragmentos e temas.....	122
APÊNDICE F – Tabela líderes – Categorias resultantes.....	131

INTRODUÇÃO

A região da Grande Cruzeiro fica situada no bairro Santa Tereza, na Zona Sul de Porto Alegre. Tem na sua geografia uma das características que moldou a sua história, sendo a maior periferia próxima ao Centro da cidade. Até a década de 1980, era reconhecida como uma zona praticamente rural, na qual havia camponeses com criações de animais, tendo a natureza como marca fundamental.

Foi ao longo do tempo sendo ocupada por famílias em busca de moradia, muitas oriundas do interior do Rio Grande do Sul que buscavam a cidade com o anseio de uma vida melhor¹. Com o passar dos anos, tornou-se uma grande periferia com os problemas característicos de tais territórios, com a agravante de que, devido à sua localização, a especulação imobiliária tornou-se igualmente uma ameaça aos moradores.

Poderíamos falar tão-somente na pobreza que ali perdurou e perdura, mas também nas infinitas relações humanas que ali se constituíram, uma vez que na adversidade a solidariedade foi um ponto importante para a comunidade.

Se de um lado havia fome, do outro existiam mulheres como a Sra. Olímpia de Almeida, que se preocupava em arrecadar alimentos e fazer os sopões no fundo da simples igreja de madeira para alimentar aqueles mais desfavorecidos entre os já desfavorecidos.

As ruas, na verdade, ainda becos, onde as crianças brincavam em meio ao esgoto a céu aberto e ao lixo acumulado, mudavam de acordo com a luta dos moradores, que foram conquistando as tão sonhadas pavimentações, asfaltamento e coleta de resíduos. Nesse período, os moradores faziam uma “brincadeira” de que não era aconselhável usar sapatos brancos, haja vista que era impossível permanecerem intactos caminhando pela comunidade².

O senso de humor sempre foi uma arma poderosa para o ser humano em tempos difíceis, uma vez que ajuda a acalantar o sofrimento de quem sempre foi despido de seus direitos mais básicos.

Nesse cenário, foi se forjando a percepção dos moradores de que o respeito à sua dignidade dependia fundamentalmente da organização e luta comunitária como único caminho para chegarem às tão sonhadas melhorias para as suas famílias.

¹ Texto sobre as migrações em Porto Alegre aponta: “De acordo com enquête realizada pela municipalidade em 1964, quatro em cinco moradores de ‘favelas’ eram migrantes, de fato” (TAMBARA, 1985, p. 77 apud KLAFKE e WEIMER, 2015, p. 4).

² No apêndice, seguem fotos inéditas cedidas pelo Sr. Alcindo de Souza, um dos primeiros militantes a fundar uma associação no bairro, mostrando as condições de vida da população no final da década de 1970.

Os tempos mudaram e o contexto social também. Houve transformações significativas na região, com linhas de ônibus, postos de saúde, escolas, etc. Mesmo havendo esses avanços, nunca chegaram a ser supridas as necessidades da população, sempre ocasionando um passivo importante.

Nos tempos atuais, vivemos um período de retrocesso histórico, no qual direitos duramente conquistados sofrem um sucateamento profundo. A saúde pública e a educação são alguns exemplos importantes. Com um tempo de espera de inúmeras horas no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS), a população sofre há anos com tal situação³. A Escola Alberto Bins, que atendia jovens na localidade, foi fechada pelo governo estadual. Hoje o local está depredado, tornando-se um potencial espaço para a drogadição⁴. Mesmo diante desse cenário, a comunidade praticamente não se move.

A falta de engajamento na região chama atenção, tendo em vista o histórico de mobilizações da comunidade justamente para a melhoria das suas condições de vida.

Foi a partir dessa realidade que o presente trabalho nos pareceu fazer sentido, analisando esse tema a partir dos discursos de três líderes comunitários que detêm um papel de centralidade na comunidade. Escolhemos esses agentes por sua atuação nas vilas da Grande Cruzeiro ao longo de décadas, reunindo clamores, reivindicações e anseios de tanta gente.

As questões de pesquisa surgiram da inquietação que motivou esta pesquisa e também decorreram das entrevistas. O trabalho foi se construindo durante o processo, sendo fundamentais os temas e discussões trazidos pelos líderes em suas vivências diárias. Procuramos responder a algumas questões:

Na visão dos líderes, por que falta *mobilização* da comunidade da Grande Cruzeiro diante de supressão de direitos e ineficiência de serviços públicos, sem olvidar suas grandes lutas do passado?

Qual a relação entre os líderes e o engajamento dessa população?

De que forma o *personalismo* dos líderes afeta as relações e, por consequência, prejudica a luta coletiva?

O quanto a *(des)confiança* na política e nos políticos é outro fator preponderante na *(des)mobilização* da comunidade?

³ WEISSHEIMER, Marco. Moradores denunciam falta de médicos e caos no atendimento do postão da Cruzeiro. **Sul 21**, Porto Alegre, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/07/moradores-denunciam-falta-de-medicos-e-caos-no-atendimento-do-postao-da-cruzeiro/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

⁴ GALISSA, Cristine. Após um ano, prédios de escolas desativadas por falta de alunos em Porto Alegre estão abandonados. **G1**, Porto Alegre, 16 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/05/16/apos-um-ano-predios-de-escolas-desativadas-por-falta-de-alunos-em-porto-alegre-estao-abandonados.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2019.

Militantes que se tornam gestores mantêm a mesma energia e capacidade de enfrentamento na luta coletiva, tendo em vista que o Estado passa a ser seu empregador?

Qual o impacto do *orçamento participativo*, que ajudou a dar o título de capital da participação popular para Porto Alegre, na *mobilização* da Grande Cruzeiro?

Quais as concepções dos líderes sobre os campos ideológicos da “*esquerda*” e da “*direita*”, e no que isso influencia suas atuações e perspectivas de futuro?

Dividimos o trabalho em quatro capítulos mais as considerações finais. Na primeira parte, procedemos uma contextualização histórica sobre o Brasil, suas origens ibéricas, Porto Alegre como capital da participação popular e o bairro Santa Tereza, suas carências e tradição de luta comunitária.

Optamos pela pesquisa qualitativa, concretizada na análise textual discursiva, elaborada por Moraes e Galiuzzi (2007), para tentarmos desvendar os discursos dos líderes e as questões propostas, o que está exposto no segundo capítulo. Por essa metodologia, as categorias surgiram *a posteriori*, com base na fragmentação e classificação do conteúdo analisado. São elas: *liderança, personalismo, militante como gestor, mobilização pelo mínimo, desconfiança institucional, orçamento participativo e “esquerda” versus “direita”*. Grifaremos esses conceitos durante o trabalho para destacá-los.

Para cotejarmos os temas, no terceiro capítulo, escolhemos aprofundar as abordagens dos seguintes autores, tendo em vista as suas aproximações com os temas que emergiram do trabalho: Kenneth Pigg (2009), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Alessandro Pizzorno (1992), John Kelly (1998), Ednaldo Ribeiro e Julian Borba (2010), José Álvaro Moisés (2005), Alfredo Alejandro Gugliano (2004a, 2004b e 2016) e Norberto Bobbio (1995).

Nós nos debruçamos sobre as entrevistas no quarto capítulo, levando em conta as etapas propostas pela metodologia. Produzimos ainda uma análise que imbricou a produção empírica e teórica na tentativa de compreensão do fenômeno. Da correspondência entre os discursos dos líderes e a literatura, formamos teses parciais que pretendem contribuir com reflexões acerca das questões de pesquisa.

O trabalho está escrito na primeira pessoa do plural porque é autoral e ao mesmo tempo não se encerra no “eu”, pois leva em conta nossas vivências, nossas lembranças, nosso conhecimento e nossa cultura.

1 DAS RAÍZES DO BRASIL ÀS LUTAS DO BAIRRO SANTA TEREZA

A história do Brasil está marcada por uma relação de promiscuidade entre os setores dominantes da sociedade e o Estado. Nesse cenário, os conceitos de público e privado são relativizados em nome de interesses que se traduzem em privilégios para determinadas castas sociais em prejuízo da grande maioria alijada da condição de verdadeira cidadania.

A colonização portuguesa, senão definidora, formou a base do que se tornaria a nação. A estratégia do país europeu de retirar as nossas riquezas e não de forjar um povo traria consequências marcantes para a identidade e o desenvolvimento futuros. Como o pau-brasil não bastava para encher os bolsos da Coroa, o açúcar foi a melhor alternativa mercantil. Carvalho (2004b) qualifica esse período em três aspectos: “grande propriedade, escravidão e produção para o mercado externo” (p. 22).

Na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, o autor menciona:

Ao proclamar sua independência de Portugal, em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da Independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (CARVALHO, 2004a, p.17-18).

Carvalho (2004a) não vê um povo exercendo direitos civis. Não apenas os escravos, mas os demais trabalhadores detinham uma dependência total em relação aos proprietários, dependência esta que prejudicou qualquer processo de emancipação do indivíduo. “Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos”, conclui Carvalho (2004a, p. 21).

Se buscarmos as “raízes do Brasil”, podemos identificar traços de uma sociedade autoritária, fundada nos privilégios de classe e pouco afeita à democracia. Do patriarcalismo, do poder dos donos das terras e dos escravos aos novos burgueses, que se servem do Estado para se sustentar como elite, faltou ao país um sentimento de unidade, solidariedade, que desse significado ao conceito de povo, de luta por uma nação.

Na estrutura colonial, baseada na escravidão e no latifúndio, não havia cooperação entre unidades produtoras, o que era possível notarmos na América espanhola. Holanda (1995) cita grêmios de oficiais mecânicos de Lima, formados por negros e mestiços, já existentes no

primeiro século da conquista do local, estabelecendo, por exemplo, dotes e pensões para os idosos familiares dos afiliados. No Brasil, havia essas uniões, mas prevaleceu o “personalismo”.

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1995, p. 61).

A democracia foi trazida de “terras estranhas”: “Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas” (HOLANDA, 1995, p. 160).

No período da Independência, o país tinha quatro milhões de habitantes (CARVALHO, 2004b), dentre os quais, 800 mil indígenas e um milhão de escravos, o que explica a mestiçagem que até hoje nos caracteriza. Com a abolição do tráfico (1850) e da escravidão (1888), o governo buscou mão de obra entre os europeus, aumentando ainda mais a mistura de etnias.

Porém, o autor adverte que não podemos falar em cooperação entre os povos, primeiro devido “a um processo inicial violento de submissão, pela escravidão, de nativos e africanos, levado a cabo pelos conquistadores” (CARVALHO, 2004b, p. 22). Tampouco existem apenas uma cultura europeia e uma cultura africana.

A educação espelhou a enorme desigualdade social. As escolas jesuítas eram insuficientes para o tamanho da população, e, em 1759, os padres foram expulsos da colônia, ficando o ensino nas mãos do Estado. Isso apareceu no primeiro recenseamento nacional, de 1872. “Meio século após a Independência, só 16% da população era alfabetizada. Mais meio século depois, o censo de 1920 registrava 24% de alfabetizados.” (CARVALHO, 2004b, p. 25.) Nesse período, havia 23 universidades na América espanhola, “ao passo que apenas 1.242 brasileiros tinham passado pela Universidade de Coimbra” (p. 25). Ou seja, enquanto nos países de colônia hispânica existiam duas dezenas de universidades, no Brasil, no mesmo período, sequer havia uma.

Quanto à política, o autor diz que a formação do país está relacionada à colonização. Exemplifica com o fato de a expedição de Pedro Álvares Cabral ter sido patrocinada pela Coroa. Ao mesmo tempo, para manter o controle sobre a nova terra, o governo português precisou dos grandes proprietários para recolher impostos. Nesse contexto, vê um aspecto essencial da política brasileira: “a mistura, o conluio, entre o poder estatal e o poder privado” (CARVALHO,

2004b, p. 27), compreendido como patrimonialismo. Terra, empregos e títulos eram distribuídos a particulares, que, por sua vez, se mostravam leais e cooperavam com o Estado.

Carvalho também identifica o coronelismo como fundamental nesse período. Os coronéis lideravam a Guarda Nacional, fundada em 1831 e sustentada por donos de terras e comerciantes. Como consequência, acabaram comandando a política local. Com o advento da República, seu poder não se perdeu. Continuaram mandando nos municípios, enquanto ajudavam a eleger os governadores de estados. “Os médios e grandes proprietários, donos de cem hectares ou mais, representavam naquela data apenas 180 mil pessoas, numa população de 30,6 milhões.” (CARVALHO, 2004b, p. 27.)

A escravidão deixou cicatrizes ainda vistas hoje. Se a maioria não tinha liberdade, os senhores se viam acima de tudo e de todos.

A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos (CARVALHO, 2004a, p. 53).

Outra herança desse período citada pelo autor é a grande propriedade, realidade ainda hoje em várias partes do país.

De Dom João I a Getúlio Vargas, Faoro (2001) enxerga os líderes que falam direto com o povo e tomam medidas de bem-estar social para assegurar a adesão das massas e ao mesmo tempo silenciá-las.

O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternais e, como o bom príncipe, dispensados de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou (FAORO, 2001, p. 886).

Se o país passou pela abolição dos escravos, bem como por grandes transformações a partir de 1930, com a industrialização e a urbanização, nos aspectos sociais avançou pouco. “Desde a proclamação da República até 1945, a participação eleitoral não passou de 5% da população.” (CARVALHO, 2004b, p. 30.) O autor menciona que em 1980 o percentual chegou a 47%, sendo que apenas com a Constituição de 1988 os analfabetos foram autorizados a votar,

e a idade mínima para o sufrágio passou para 16 anos. Constata que na década de 1940 começou a participação mais efetiva, além do voto, em associações, greves e manifestações. O movimento operário lutava por direito de se manifestar e fazer greve. Tais atos e campanhas ruíram com o golpe civil-militar de 1964.

Antes disso, de 1930 a 1945, com a Consolidação das Leis do Trabalho, houve avanços nas conquistas sociais. Mas Carvalho (2004a) aponta “baixa ou nula participação política” e “precária vigência dos direitos civis” (p. 110). Para ilustrar, basta vermos a questão sindical, em que patrões e empregados se filiavam a organizações que tinham a tutela do Estado.

O movimento das Diretas Já, em 1984, é considerado por Carvalho (2004a) como a “maior mobilização popular da história do país” (p. 188), chegando a 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e 1 milhão em São Paulo.

As políticas sociais implementadas durante as ditaduras produziram o fascínio por um governo forte. “Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, do patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores.” (CARVALHO, 2004a, p. 221.) Nessa visão, os benefícios sociais não são tidos como direitos, mas concessões dadas pelo Estado a categorias.

Se com a redemocratização houve uma retomada do envolvimento com a política, o autor aponta como grande desafio atual a luta contra a desigualdade no que se refere à renda e à educação. Um grande contingente de mulheres recebe um salário menor do que os homens, há grandes latifúndios em contraste com trabalhadores sem-terra, sem falar na miséria que atinge milhões de brasileiros.

Chauí (2014) considera nossa sociedade autoritária por não ter conseguido concretizar sequer os velhos princípios do liberalismo e do republicanismo. Caracteriza-a pela

indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares (CHAUÍ, 2014, p. 44 e 45).

Estruturada de forma hierárquica, avalia que “as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito), e a legalidade se constitui com o círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados), e desta ao arbítrio (dos dominantes)” (CHAUÍ, 2014, p. 45).

Se Chauí (2014) atribui aos culturalistas a ideia de que o autoritarismo se deve à origem ibérica, ela acredita que esses traços foram reforçados com o golpe civil-militar de 1964. Pensarmos, porém, que o Brasil viveu uma democracia a partir do fim do Estado Novo de Getúlio Vargas (1946) mostra os esquecimentos coletivos, aponta a autora. Cita alguns momentos históricos para mostrar que não houve uma ruptura assim reconhecida historicamente. A Constituição de 1946 colocando a greve como ilegal, a proibição ao voto dos analfabetos e o Partido Comunista na ilegalidade são alguns dos exemplos. Uma memória em si mesma vista como autoritária, pois “privilegia as ações vindas do alto e minimiza as práticas de contestação e de resistência social e popular” (CHAUÍ, 2014, p. 48).

Antes do que o regime, a filósofa analisa esse traço na sociedade brasileira. A cidadania é tida como “privilégio de classe”, uma “concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais” (CHAUÍ, 2014, p. 50).

As relações “tomam a forma da dependência, da tutela e da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural” (CHAUÍ, 2014, p. 50). Em vez de definir direitos e deveres, as leis preservam privilégios. “Situação que é claramente reconhecida pelos trabalhadores quando afirmam que ‘a justiça social só existe para os ricos’.” (p. 50.) Os partidos políticos não ficam de fora, sendo considerados pela autora como uma reprodução da relação de favor entre superiores e inferiores.

Nesse contexto, a luta de classes vira caso de polícia e não de política porque é vislumbrada apenas em episódios de confronto direto. Chauí (2014) também alerta para o conceito de centro-periferia das grandes cidades, não identificando apenas a localização geográfica, mas a dificuldade de acesso a serviços públicos. Quando esses são ofertados, não são encarados como direitos, mas concessões.

As desigualdades sociais e contradições não são manifestadas. Isso na aparência porque existe um conflito latente.

Pelo contrário, é uma sociedade em que a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do *nacional-popular* (CHAUÍ, 2014, p. 54 e 55).

Mais adiante, a autora volta ao tema da criminalização dos movimentos sociais.

A luta contra os movimentos sociais é realizada para conservar esses “inferiores” naquilo que se considera seu “devido lugar”. Essa luta pode ser ideológica (teorias para justificar o direito de alguns de decidirem por todos, de manipularem uma parte da sociedade em seu proveito grupal e de explorarem a maioria), política (práticas que

legitimam a exclusão da maioria da sociedade nas decisões que concernem à coletividade) e policial (CHAUI, 2014, p. 294).

A intenção é despolitizar os movimentos, retirando-lhes características principais, segundo Chauí, de “afirmação de direitos que constitui seus participantes como sujeitos sociopolíticos” e “diferenciação dos direitos, que impede a unificação, a homogeneização e a centralização administrativo-burocrática dos movimentos” (CHAUI, 2014, p. 294).

Observamos, assim, como marca indelével do desenvolvimento político brasileiro a pouca disposição para a consolidação de uma democracia de alta densidade na qual o viés autoritário é ininterruptamente enfrentado. O Estado atua como instrumento de perenidade dos interesses mais conservadores voltados a uma minoria da sociedade, ou mesmo para interesses externos. Para tanto, a atuação estatal, se necessário, se sobrepõe à própria ordem constitucional e jurídica. Nesse contexto de valores antidemocráticos, criam-se as condições para um protagonismo das esferas do Estado que detêm o monopólio da violência, ou seja, o Leviatã impondo sua força para a manutenção do estado das coisas.

Em um cenário onde os direitos não são internalizados como uma conquista da sociedade, a *mobilização* social encontra dificuldades para o seu fortalecimento.

Baquero (2003) traz a necessidade de uma análise sistêmica incluindo democracia, cultura política e capital social. Para o autor, a redução do Estado a partir de uma perspectiva neoliberal sem apresentar uma alternativa para o fortalecimento do “espaço comum sob novas regras” acabou por contribuir para a “desintegração social” (p. 83).

Lechner (1990) apud Baquero (2003, p. 83) chama a atenção para o fracasso da estratégia que centralizou a “racionalidade do mercado” como fundamento para a “coordenação social”. Essa racionalidade demonstrou ser insuficiente para a contribuição de “uma ordem e uma orientação comunitária que favoreçam a integração social”.

Baquero (2003) argumenta que a crise da fragmentação da sociedade levou a uma nova orientação teórico-prática que trabalha um conceito de sociedade capaz de elevar a participação cidadã e possibilita “mais poder e ingerência na fiscalização dos gestores públicos” (p. 84).

Em um contexto de profundas desigualdades sociais, o autor investiga as possibilidades de constituição de capital social “como fator de *empowerment* dos setores excluídos” (p. 84). O autor alerta que tal empoderamento deve se constituir como instrumento de busca de interesses comuns, assim suplantando qualquer aspiração meramente corporativista.

Segundo o professor, a democracia social passa necessariamente pela inserção do indivíduo na arena política: “Uma democracia social sem políticos ou cidadãos democráticos está fadada ao fracasso” (BAQUERO, 2003, p. 84).

Krishna (2002, p. 437) apud Baquero (2003, p. 84) é taxativa no sentido de que a mera existência formal de instituições públicas não garante a normalidade política, tampouco a igualdade. É necessária a participação do cidadão em “atividades de autogovernança”, bem como a crença nas instituições para evitar a manipulação da democracia para fins autoritários e para corrupção.

Para Margulis (1996, p. 8) apud Baquero (2003, p. 85), a contradição entre a “racionalidade do mercado” e a “racionalidade local” tem se apresentado como propulsora das desigualdades sociais que afetam diretamente a *mobilização* social. Segundo o autor, “o grande desafio é como resgatar a dignidade humana” (BAQUERO, 2003, p. 85).

Baquero (2003) descreve a crise das teorias reducionistas da democracia como meros compilados de procedimentos em detrimento do conteúdo. Nesse sentido, destaca o avanço da produção intelectual sobre a América Latina no sentido de centralizar o tema da democracia na questão da “igualdade econômica e social” (CAMP, 2001, p. 9 apud BAQUERO, 2003, p. 87). Assim, existe cada vez mais uma ojeriza às teorias minimalistas à luz da realidade dos países latinos.

Portanto, sob uma perspectiva de democracia substancial, a participação ativa do cidadão adquire especial protagonismo. Em sentido contrário, adverte Baquero (2003, p. 87): “Atualmente está claro que as pessoas que não têm poder (*empowerment*) submetem-se facilmente a discursos populistas ou simplesmente caem em uma passividade permanente”.

Dentro de um contexto de crise social e institucional, cria-se a possibilidade de uma distorção da democracia que O’Donnell (1994) chama de “democracia delegativa” e como explica Baquero (2003, p. 88): “Os governantes, uma vez eleitos, fazem prevalecer sua vontade particular em detrimento da comunidade em um sentido amplo”. Adverte ainda que, nesse cenário, estão criadas as condições para a “apatia ou alienação” (p. 88). Logo, essa passividade não seria uma apenas uma predisposição da pessoa, mas o resultado da realidade em que está inserida.

Para Lechner (1940) apud Baquero (2003), o processo de “modernização democrática” tem como condição *sine qua non* a combinação de uma cultura política que alavanque a democracia como um “valor”, com uma “racionalidade técnico-instrumental”. Do contrário, perdurará a lógica da dominação (p. 88).

A constituição do cidadão como ser ativo passa por uma compreensão que não se limite à participação institucional-formal representada pela democracia representativa, que reduz o indivíduo a mero eleitor e que o faz indiretamente legitimar o estado das coisas, conforme defendem Joslyn e Ligler (2001) apud Baquero (2003).

Para Baquero (2003), a descrença institucional pode levar a uma dimensão distinta de valorização do cidadão. Isto é, a “possibilidade de *empowerment* dos cidadãos por meio do capital social, o qual se refere ao envolvimento dos indivíduos em atividades coletivas que geram benefícios em um espectro mais amplo” (p. 89).

Guallida e Perez (2002) apud Baquero (2003) trazem a ideia de uma administração do poder de forma descentralizada, o que possibilitaria uma ampliação do campo de atuação do cidadão. Assim, seriam possíveis deliberações calcadas em uma “negociação estabelecida diretamente entre os vários atores sociopolíticos que influenciam a agenda política” (p. 89).

Outra consequência da descentralização do poder seria a inviabilização das relações clientelistas entre Estado e sociedade. Entretanto, a pouca crença do cidadão na capacidade da descentralização do poder em contribuir na resolução de seus problemas acaba sendo um obstáculo para sua implementação.

O autor lembra o papel secundário que a cultura política ocupou por longo período, o que inviabilizou um aprofundamento da discussão sobre a constituição de um “sistema democrático e participativo” (BAQUERO, 2003, p. 90). A partir “do colapso do marxismo e ao ressurgimento do nacionalismo, por um lado, e às deficiências explicativas das abordagens institucionais, por outro” (p. 91), houve uma retomada dos estudos sobre cultura política que possibilitaram analisar o papel da cooperação dos cidadãos para a estabilidade e legitimidade dos sistemas políticos.

No estudo da cultura política, é possível desvelar aspectos da realidade que são absorvidos pela cultura dentro de um processo de naturalização.

Assim, mesmo que conceitos como atraso, miséria, fome, clientelismo, personalismo, patrimonialismo não possam ser considerados como valores culturais, eles são assimilados pela cultura e naturalizados, gerando, no campo da política, uma cultura passiva, silenciosa e pouco participativa. É o que se denomina de fatores histórico-estruturais (BAQUERO & PRA, 1995 apud BAQUERO, 2003, p. 90).

Nessa arena, a cultura política produzida atua como forma de subjugação dos cidadãos justamente incapacitando-os em relação ao *empowerment*. A troca de favores passa a ser regra.

Baquero (2003) identifica na teoria da cultura política a necessidade de confiança para que o cidadão integre associações secundárias que promovem “participação política” (p. 91).

Pelo contrário:

No caso brasileiro, tal erosão dos laços sociais manifesta-se em uma cultura da lealdade que raramente vai além da família e do grupo de amigos mais próximos. O setor público é visto com desconfiança e a noção de bem comum é frágil. Mas o que

mais surpreende é a aparente indiferença das pessoas em relação a essas práticas. O resultado concreto é a ausência de políticas de inclusão social e uma tendência a desestimular a participação dos cidadãos (BAQUERO, 2003, p. 92).

Um Estado oligárquico prevê o respeito às normas constitucionais, mas “é controlado por poderes patrimonialistas de grupos minoritários que agem em detrimento do bem coletivo, promovendo, dessa forma, uma concentração maior de riquezas de setores privilegiados, acentuando a desigualdade e a exclusão social” (BAQUERO, 2003, p. 92).

A *desconfiança* em relação à política acaba tornando a democracia ainda mais frágil.

Embora esse desencanto não tenha produzido tolerância pelo autoritarismo, tem gerado sociedades desmobilizadas e apáticas. As pessoas crescentemente se têm retirado da arena pública para a privada, fragilizando qualquer possibilidade de construir uma cidadania democrática, bem como instituições políticas eficientes e estáveis (BAQUERO, 2003, p. 93).

No atual contexto político brasileiro é possível verificarmos um avanço crescente do discurso que faz apologia ao autoritarismo evocado principalmente por setores da sociedade embalados pela retórica do presidente da República.

A partir de uma pesquisa empírica, o autor demonstra a relação da crise de legitimidade das instituições com a busca pelos cidadãos de formas alternativas de reivindicações – “as associações informais” (p. 97). Baquero (2003) descreve o aspecto histórico como fator de influência na constituição de valores que repercutirão na qualidade da democracia do país (p. 98).

O autor elenca ainda o fator da confiança como elemento necessário à democracia como condição para um engajamento “mais eficiente e permanente na arena política” (p. 103).

Por derradeiro, menciona que o capital social como instrumento do empoderamento para o agir coletivo pode ser o elemento que dê nova consistência à democracia. Todavia, é preciso a superação da visão tecnicista em nome de uma perspectiva que beneficie “a dimensão subjetiva e social da democracia” (p. 104).

Nesse contexto, notamos como instigante a identificação de iniciativas que vão de encontro ao cenário descrito, ou seja, a busca de alternativas criativas para o desenvolvimento de novas formas de participação popular. Dentre outros, vide a experiência de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, em relação ao *orçamento participativo* (OP) nas décadas de 1990 e 2000, assim como o engajamento comunitário voltado para as melhorias tão necessárias nas periferias.

1.1 A CAPITAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Porto Alegre, considerada a capital da participação popular, hoje parece não diferir da média brasileira em termos de envolvimento das comunidades nas suas demandas. A iniciativa do OP, implantado em 1989, na administração do prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi adotada por 103 municípios do Brasil e inspirou cidades como Montevideu (Uruguai), Córdoba (Argentina) e Saint-Dennis (França), aponta Avritzer (2003). O OP tinha por meta a “reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local através de uma fórmula técnica (que varia de cidade para cidade) de determinação de prioridades orçamentárias que privilegia os setores mais carentes da população” (AVRITZER, 2003, p. 15). Os cidadãos integravam assembleias regionais e temáticas com poder de deliberação, contribuindo para melhor distribuição dos recursos de investimento.

Tal experiência pode ser explicada pelo forte papel dos movimentos sociais na Capital e pela criação, em 1983, da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA). O associativismo, prossegue o autor (2003), teve origem em diversos grupos locais e na Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro, em 1950. Em 1988, pesquisa de Avritzer aponta que Porto Alegre concentrava 2.200 associações comunitárias, enquanto Belo Horizonte, por exemplo, somava 800.

Abers (2000) acredita que o OP foi responsável por elevar os níveis de participação política nos bairros pobres, germinando novas associações. O interesse em prover os locais com infraestrutura e serviços era comum entre a administração pública e os líderes comunitários.

O resultado transcendeu a mera estratégia eleitoral, desencadeando uma transformação fundamental na vida política de Porto Alegre. Moradores de bairros pobres que até então eram engrenagens secundárias das máquinas clientelistas se tornaram participantes ativos da vida pública, organizados em associações de bairros democráticas e representativas, engajados em um debate aberto e transparente sobre governo e políticas públicas (ABERS, 2000, p. 23).

Opinião totalmente diferente tem o Líder A⁵, entrevistado para esta dissertação. “O OP veio pra matar o movimento comunitário”, avalia, entendendo que o processo fomentou concorrência entre regiões, conflitos com a Câmara Municipal e empoderou agentes que não

⁵ Trecho de nossa entrevista com um dos líderes comunitários da Grande Cruzeiro que denominamos A. Preservaremos suas identidades devido à metodologia de análise crítica de discurso, assim evitando uma personalização da investigação, pois o que nos interessa fundamentalmente é o conteúdo das entrevistas. As denominações A, B e C correspondem à ordem cronológica das entrevistas.

tinham preparo para a tarefa de coordenação dos Fóruns Regionais. Em vez de motivar o engajamento, acredita que o *orçamento participativo* sufocou a luta comunitária, pois não havia um processo de formação política, mas apenas a entrega de demandas. “O povo pedia e ganhava. Isso era o grande problema do OP.”

Segundo ele, o engajamento ficou reduzido a meras disputas entre os bairros, em prejuízo de uma *mobilização* perene da comunidade. “Não, vocês estão todos soltos. São tudo (sic) boi xucro no campo. Cada um vai ter que ter o seu curralzinho.” Outra crítica do Líder A é que não havia planejamento do futuro dos bairros. Propostas iam se empilhando e algumas eram inviáveis.

Na avaliação do Líder B, também ouvido para este trabalho, um dos prejuízos para a *mobilização* social em relação ao Fórum Regional do OP (FROP) se deu com a mudança de regras. A sistemática de nomeação de delegados a partir do engajamento das comunidades, que tinham a responsabilidade de se organizarem em grupos para as indicações, foi substituída pela escolha direta das associações.

Contudo, o Líder B reconhece a relevância do OP para a luta comunitária, mobilizando “multidões” em busca de melhorias ao seu bairro.

Já em 88, esse governo que assumiu, na época o PT e os partidos que estavam no seu entorno, deram essa condição das pessoas decidirem, da comunidade se organizar e decidir pra onde iam os seus recursos. O que acabou acontecendo? As pessoas que não tinham nada, né, nas suas comunidades, enxergaram a possibilidade de ter água, ter asfalto, ter creche, ter melhorias na saúde, né, ter políticas de assistência social, de cultura e tal (entr. 2, Líder B).

Com a possibilidade de participação e o voto de cada um, surgiam as demandas que logo se concretizavam.

Esse negócio acabou fazendo com que as pessoas se organizassem e a gente começasse a ver as melhorias, uma coisa quase que imediata, ninguém acreditava que aquele negócio ali pudesse dar certo. E quando começaram a surgir as redes de esgoto, água encanada, você não sabe a felicidade que era da nossa comunidade. Como era bom pra nós poder (sic) tomar um banho de chuveiro, aquecido, ali, no verão, no inverno, com aquilo que nós buscamos, né, porque o governo não estava dando pra nós de graça, o governo estava colocando pra nós a possibilidade de buscar trazer e pra isso tinha que fazer esse esforço, tinha que lutar, tinha que ir pro OP, tinha que sentar com os governos, tinha que acompanhar, tinha que fiscalizar as obras pra que elas acontecessem de uma certa qualidade, lembrando, quando chegou o esgoto aqui através da ZTZ, o negócio era com máquina, você via o pessoal com máquina no solo duro, os peões trabalhando abrindo vala com picão e ganhavam por metro na época, né. Os empreiteiros da comunidade empreitavam, né, e abriam as valas pra fazer a nossa rede de esgoto pago pela prefeitura, mas abriam buraco no picão, imagina, né. Tempo de máquinas hoje, né. O valor que teve isso pra nós, né, e o custo disso, né, de suor, de esforço, um negócio bem bacana (entr. 2, Líder B).

As referidas transformações mencionadas pelo Líder B se deram no bairro Santa Tereza, mais especificamente na Grande Cruzeiro, foco da nossa pesquisa. Uma das regiões de periferia da capital com os maiores índices de criminalidade e vulnerabilidade social, todavia, com uma marca importante de *mobilização* comunitária e de associativismo.

1.2 SANTA TEREZA: DA CARÊNCIA AO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

O bairro Santa Tereza por muito tempo foi “uma área de chácaras e matos, apenas cortada pela antiga Estrada do Laboratório, atual rua Correia Lima, e pelo traçado superior da rua Silveiro” (FRANCO, 1998, p. 364). Criado por lei municipal de 7 de dezembro de 1959, o bairro está localizado entre os bairros Menino Deus, Teresópolis e Medianeira. Segundo Franco (1988), existiam ruas já na planta municipal de 1896, mas Santa Tereza só ganhou impulso na década de 1950, com a instalação de estações de rádio e TV.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) Santa Tereza⁶ era de 0,615, em 2010. Esse índice está na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (entre 0,600 e 0,699). Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em termos de longevidade, o bairro chegou ao melhor índice, de 0,769; quanto à renda, 0,635; e educação, 0,476. Abaixo da média de Porto Alegre, que atingiu IDHM de 0,805, e da Região Metropolitana, 0,762.

No bairro Santa Tereza, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 65,62%, em 2010; e de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental atingia 83,61%; enquanto que o índice de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo caía para 27,32%; e de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, 14,56%, apontou o levantamento do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Teixeira (2016), em sua dissertação de mestrado, elenca os números relacionados à educação formal a partir dos 25 anos na Vila Cruzeiro do Sul, baseada em diversas fontes (PNUD, FJP e IPEA). O quadro de pessoas com ensino fundamental incompleto e alfabetizadas era de 47,6%, seguido por 25,1% de fundamental completo e médio incompleto, 17,6% de ensino médio completo e superior incompleto, 8,8% de fundamental incompleto e analfabeto e 0,9% de superior completo.

⁶ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Santa Tereza. Vila Cruzeiro do Sul. Porto Alegre. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22191. Acesso em: 11 abr 2019.

Segundo a autora, as altas taxas de homicídio no bairro levou o poder municipal a escolher a localidade em 2012 para a implementação de políticas públicas vinculadas ao combate à violência denominadas de “territórios da paz”, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI). Ocorre que devido às mudanças de governo houve um sucateamento dessas iniciativas: “Contudo, em virtude das trocas de governo, alterações nos cálculos orçamentários para os projetos desta área e cortes nos gastos públicos, os resultados não foram tão positivos quanto o esperado, e a criminalidade e os homicídios voltaram a ocorrer na região” (TEIXEIRA, 2016, p.136). Situação que teve como corolário o aumento da escalada de violência na região, conforme ficou demonstrado nos Mapas da Violência e os Mapas de Segurança e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014), e o Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre (2015).

A renda per capita média da unidade era de R\$ 417,10, enquanto no município chegava a R\$ 1.758,27 e na região metropolitana de Porto Alegre, R\$ 1.143,12, em 2010. Também no mesmo ano, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) era de 12,70% no bairro Santa Tereza, de 3,82% no município e de 4,66% na RM⁷.

A comunidade da Vila Tronco, com graves problemas de infraestrutura, levou anos até conseguir melhoria das condições de vida. Por exemplo, a água, ainda que de forma coletiva, com três torneiras, a partir da instalação de uma rede emergencial, foi disponibilizada apenas em 1989 como resultado de uma *mobilização* para pressionar o poder público municipal (MEINERZ, ESTEVES e PETRI, 1991). “Desde o início dos anos 70, toda a área dependia de uma única torneira, que ficava no pé do morro da Figueiras” (p. 14). Os moradores comemoraram e chamaram a conquista de “festa da água”. No que se refere à urbanização, as autoras informam que somente em 1990 houve a aprovação de um projeto e recursos para a região do Banhado, como era chamada parte da localidade.

A área onde hoje fica a Vila Tronco começou a ser povoada a partir dos anos 1960. Meinerz, Esteves e Petri (1991) dizem que os primeiros moradores foram removidos de lugares como Ilhota, Gasômetro, Santa Luzia e Teresópolis.

Em 1979, devido às difíceis condições de sobrevivência no bairro, as associações de moradores iniciaram um movimento chamado União de Vilas, que tinha como objetivo fundamental potencializar a luta comunitária em prol das melhorias na saúde, educação,

⁷ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Santa Tereza. Vila Cruzeiro do Sul. Porto Alegre. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22191. Acesso em: 11 abr 2019.

saneamento básico e moradia. Segundo Barbosa (2016), a entidade congregava 60 vilas da Grande Cruzeiro. “Grande parte das conquistas na região é fruto muito mais das lutas dos moradores por melhorias nas suas condições de vida, do que pela gestão de políticas públicas, conforme pode ser evidenciado nas narrativas dos moradores da região.” (BARBOSA, 2016, p. 115.)

Concorda com essa visão o Líder B, ao enfatizar que as associações foram criadas pela necessidade de buscar melhorias para a região. Outro objeto de luta foi a tentativa de retirada de moradores da região, a maioria vinda do interior.

Os sindicalistas que faziam o enfrentamento basicamente às políticas dos governos ditadores que nós tínhamos começamos a olhar esse movimento de migração também de uma forma de organizar esse povo pra buscar melhorias e reforçar também a partir disso o enfrentamento à ditadura (entr. 2, Líder B).

O Líder B comenta ainda que o início da Administração Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989, impulsionou a organização dos moradores. “A gente viu, de forma organizada, por uma concepção de governo, de dialogar, o surgimento de um monte de associação, também comissões de acessos de ruas, então, o exercício da democratização.”

1.3 OCUPAÇÃO NO PAM 3 – MARCO NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Interessante fato histórico ocorreu na região em 1988, a menos de um mês da promulgação da Constituição Cidadã. A comunidade da Grande Cruzeiro e arredores intensificava a luta coletiva em relação aos pleitos em prol da saúde pública, uma vez que vivia situação dramática no que se refere às condições mínimas de atendimento à população: faltavam desde medicamentos, estrutura e profissionais em número suficiente para oferecer uma atenção básica minimamente adequada. A inexistência de assistência às crianças levou a localidade a atingir o maior índice de mortalidade infantil em trânsito, no município.

Em vídeo sobre a ocupação⁸, os líderes relatam que havia uma demanda de emergência pediátrica e de pronto-socorro. Se já não funcionava bem, o setor para atendimento de casos graves e urgentes de crianças havia sido desativado, o que gerava a necessidade de

⁸ OCUPAÇÃO PAM 3. Porto Alegre (14 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y9wAK_LxOh4&t=471s. Acesso em: 6 abr 2019.

deslocamento para os hospitais situados em outras regiões da cidade. Diante da reabertura do setor de forma precária, depois de oito meses de fechamento, com a falta de médicos à noite e nos finais de semana, reduzido quadro de pessoal e disponibilização de apenas uma ambulância, foram feitas inúmeras denúncias e encaminhamentos aos governantes. Todavia, sem obter sucesso algum.

Cansados das infinitas protelações por parte do poder público em relação aos referidos problemas, os líderes comunitários resolveram, em um ato de desobediência civil⁹, ocupar pacificamente o PAM 3 – Posto de Atendimento Médico 3 – em 14 de setembro de 1988, para assim dar maior visibilidade à situação difícil que as comunidades viviam, bem como pressionar o poder público para que medidas concretas e eficazes fossem tomadas.

O Líder A credita o movimento ao fato de o chamado Postão da Cruzeiro ter se tornado um “fantasma”, com espaços vazios devido ao sucateamento por parte do Estado. Construído em 1968 e 1969, até 1986 tinham poucos médicos, com custeio do governo federal.

Com isso, o Conselho da União de Vilas da Grande Cruzeiro começou a discutir o seguinte: nós tínhamos o Pronto Socorro só e ficava na Redenção. Íamos ficar dependendo só da Venâncio Aires? Atendia a população de Porto Alegre e o Conceição atendia a Zona Norte. A Zona Sul não tinha atendimento (entr. 1, Líder A).

Conta que o então prefeito Alceu Collares concordou em desmembrar o Pronto Socorro e criar um braço na Zona Sul. Como a situação não se resolveu, o grupo decidiu ocupar o PAM 3. Segundo o entrevistado, ficaram “morando ali dentro e negociando com o governo. Até o governo Olívio desmembrou, assinou um ato que seria criado um pronto-socorro da Zona Sul. Aí foi uma grande luta, trazer funcionários, equipamentos”. Comenta que os membros do Conselho inclusive buscavam ambulâncias desativadas para compor o novo serviço. “Então, hoje o PAM 3, zona Sul, que está instalado, quem instalou foi toda a comunidade da Grande Cruzeiro. O governo só veio porque colocamos eles (sic) contra a parede.”

Essa movimentação teve como objetivo denunciar a ilegal omissão do poder público no que tange ao direito inalienável do povo referente à saúde, que nada mais é do que o desdobramento do direito à vida. Os moradores optaram por uma ação direta e pacífica para exigir do Estado o fim de sua omissão em relação aos serviços de saúde pública tão caros à população carente. É importante ressaltarmos que as demandas de saúde carecem de resolução adequada até os dias de hoje.

⁹ Vide nosso artigo que aborda a ocupação a partir de uma perspectiva teórica do instituto da desobediência civil e que foi publicado no Brasil Acontece (<https://brasilacontece.com.br/a-desobediencia-civil-na-vila-cruzeiro-do-sul-porto-alegre/>).

Não fosse a ação de resistência no Pronto-Atendimento, dificilmente a omissão do poder público naquela região teria tido tamanha repercussão. Alencar (2012) destaca a ocupação como ato de vanguarda que já atentava para a municipalização de serviços públicos de saúde, antecipando a lógica consolidada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Cita ainda fatos posteriores que seguiram a busca pelo controle social nessa área fundamental, ou seja, vários movimentos populares se sucederam no intuito de melhoria das políticas estatais relacionadas à saúde pública. Logo, não nos parece exagero concluirmos também a referida ocupação como um marco do controle social em Porto Alegre. Assim, elevando a condição de cidadania a um *status* de participação democrática inédita.

Giugliani, Rocha, Antunes, Flores, Cesa e Robinson (2016) contam que os líderes comunitários, organizados no Conselho da União de Vilas da Grande Cruzeiro, começaram a se reunir em julho e agosto de 1988 pensando em alternativas para pressionar pela ampliação do posto de saúde, que estava com a emergência pediátrica fechada. “Há relatos de moradores referindo uma morte infantil por semana”, relatam Giugliani, Rocha, Antunes, Flores, Cesa e Robinson (2016, p. 56), referindo-se à Vila Cruzeiro na década de 80. Na época, o PAM 3 pertencia ao então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a ideia do grupo era transferi-lo para o município.

As autoras enfatizam o envolvimento dos trabalhadores da saúde:

Durante a ocupação, não era permitida entrada ou saída de pessoas, portanto a participação de trabalhadores da área médica, serviço social, enfermagem, segurança e limpeza se deu de forma compulsória em um primeiro momento. Todavia, posteriormente, o envolvimento voluntário dos trabalhadores da saúde contribuiu para o êxito das reivindicações da equipe de negociação junto às autoridades, já que eles também passaram a ser interlocutores das demandas da comunidade (GIUGLIANI, ROCHA, ANTUNES, FLORES, CESA e ROBINSON, 2016, p. 58).

Além da conquista no campo da saúde, destacam que a ocupação acarretou o fortalecimento das associações de moradores, a formação de comissões para discutir as demandas da região e maior foco na atenção básica. “Hoje em dia, os espaços do conselho distrital de saúde e do orçamento participativo ainda permitem a participação da comunidade, em pequeno número, mas atuante e vigilante, nos fóruns de decisão.” (GIUGLIANI, ROCHA, ANTUNES, FLORES, CESA e ROBINSON, 2016, p. 60.)

1.4 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E UM HISTÓRICO DE REMOÇÕES

Situação que gerou grande impacto na região foi a efetivação de um projeto de 1954 relativo à construção de uma avenida que facilitaria a ligação do Centro com a Zona Sul (MEINERZ, ESTEVES e PETRI, 1991). Em 1986, a prefeitura decidiu pôr a lei em prática, o que gerou uma *mobilização* dos moradores, tendo como consequência a redução da largura da via. Devido à resistência, o poder público condicionou as melhorias estruturais da vila à anuência dos moradores em relação à avenida.

Em 1990, houve nova vitória e a avenida foi reduzida para 15 metros de largura, o que significou uma diminuição do número de famílias removidas. Uma grande preocupação dos moradores era o local para onde seriam levados. “São 143 famílias, uma média de 572 pessoas que irão para o terreno do IPE com a abertura da rua (de 15 metros). Se fosse aberta a avenida de 32 metros, seriam removidas cerca de 542 famílias (2 mil moradores em média).” (MEINERZ, ESTEVES e PETRI, 1991, p.12.)

Outro ponto de tensão na região está relacionado à especulação imobiliária devido à localização privilegiada do bairro em área próxima ao Centro e com vista para o Guaíba. Em trabalho sobre as manifestações de 2013, que se espalharam pelo Brasil, Oliveira (2016) aponta que um dos movimentos foi em defesa da moradia, no Morro Santa Tereza, tendo em vista “a tentativa de alienação de 74 hectares para especulação imobiliária da referida região, que também concentra comunidades populares na localidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 122).

Em reação à tentativa do governo estadual de alienar 74 hectares, foi criado o movimento chamado Morro é Nosso, ao fim do ano de 2010. Oliveira (2016) destaca a participação de sindicatos, indivíduos, grupos civis, lideranças comunitárias e organizações sociais diversas. *Mobilização* essa que culminou com uma medida do poder público no sentido de reconhecimento da região como área de interesse social e cultural, assim, inviabilizando qualquer tentativa de desapropriação para fins comerciais no rastro dos interesses imobiliários.

Episódio de conflito mais recente na região são as chamadas obras para a Copa do Mundo de 2014, das quais a duplicação da Avenida Tronco voltou a remover milhares de pessoas, deixando centenas de famílias sem moradias ainda hoje, uma vez que as construções previstas para suas residências sequer foram iniciadas, ficando na dependência de aluguéis sociais, cujo pagamento por muitas vezes é feito com atraso pelo poder público gerando forte ameaça de despejo das famílias.

Em contraponto às ações governamentais para o megaevento, foi criado, em 2010, o Comitê Popular da Copa (CPC) de Porto Alegre. Araujo (2014) reconhece que a intervenção na Tronco é o principal alvo porque seu traçado atravessa áreas ocupadas irregularmente. A luta do órgão visa manter as pessoas na própria região. Segundo a autora, o comitê resulta de articulação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude (LPJ), a ONG Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil), o Quilombo do Sopapo e a ONG Cidade. Um dos motivos para essa decisão é o esgotamento das relações políticas no âmbito do *orçamento participativo*, com o esvaziamento da questão habitacional, segundo relato de líder comunitário à autora. Representante do MST também mencionou que havia a necessidade de buscar alternativa ao jeito de fazer política, que não ficasse restrita aos partidos.

A autora menciona que a realização do Fórum Social Mundial também contribuiu para a troca, compartilhamento e fortalecimento das entidades.

O evento, com cinco edições em Porto Alegre, possibilitou a interação entre diversas redes políticas. Um espaço importante foi o Acampamento Internacional da Juventude, surgido em 2001, na primeira edição do FSM, que reunia várias entidades e ONGs ligadas aos movimentos de juventude no Brasil (ARAUJO, 2014, p. 157).

Um dos resultados foi o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, em 2005, no bairro Cristal, mesma região da duplicação da Tronco, com atividades de arte, cidadania e economia solidária para jovens.

É importante destacar que a localização geográfica da sede resultou da intenção de se construir um espaço de resistência às intervenções públicas na ocupação do solo urbano daquela região. Caracterizado por ampla mancha de irregularidade fundiária, o bairro Cristal tem passado por um processo intensivo de valorização, privilegiando a expansão imobiliária em detrimento da remoção de populações que lá se encontram (ARAUJO, 2014, p. 157).

No caso da obra da Copa, Araujo (2014) aponta que 1,5 mil famílias tiveram de deixar suas casas.

Anunciado pelo governo municipal como obra prioritária para a Copa, o projeto viário prevê a duplicação da avenida em uma extensão de 5,4 quilômetros de largura, atravessando áreas públicas e privadas habitadas por famílias de sete vilas que compõem duas grandes regiões: Cruzeiro e Divisa Cristal (ARAUJO, 2014, p. 163).

A ideia propagada pela prefeitura era de que a avenida precisava de duplicação como um eixo estruturador da cidade, visando dar acesso ao tráfego de veículos em dias de jogos. A Copa terminou e a via ainda passa por obras. E pior: as famílias que aguardam pelas moradias

a serem construídas pelo poder público na região ainda não foram reassentadas, uma vez que sequer foram iniciadas as construções das referidas habitações.

As unidades seriam feitas pelo programa federal Minha Casa Minha Vida. Araujo (2014) informa que lei municipal de 2010 decretou que os reassentamentos não precisavam ser feitos na região de origem. Para acelerar o processo, o governo passou a conceder aluguel social de R\$ 500 mensais ou bônus-moradia de R\$ 52.340,00 – o mesmo valor da unidade habitacional a ser construída, explica a autora. “A assinatura do contrato autoriza a prefeitura a demolir imediatamente as casas desocupadas, e os entulhos não são recolhidos para evitar que os terrenos sejam reocupados.” (ARAUJO, 2014, p. 164.) Isso ocorre mesmo que haja outra moradia no terreno.

A autora aponta a coalizão de forças como principal ferramenta de luta. “Ao descrever os repertórios de confronto desenvolvidos a partir do CPC/POA, visou-se chamar a atenção para a diversidade de ações (institucionais e não estatal) possíveis de serem articuladas no processo de luta em um contexto democrático.” (ARAUJO, 2014, p. 174.) Cita como exemplo uma manifestação em junho de 2013 com centenas de jovens se colocando na extensão da avenida já em obras.

O Líder A conta que, em 2007, falou com o vice-prefeito José Fortunati, que era secretário da Copa, para abrir a Tronco. Na época, os terrenos valiam em torno de R\$ 40 mil.

Então nós levamos a proposta do bônus-moradia a 55 mil reais. Esse bônus dava direito, inclusive, a uma terra aqui dentro, um lote urbanizado, com casa. Em 2010, sabe quanto que estava o lote urbanizado? 90 mil. Em 2014, 150 mil. Então, a bolha imobiliária explodiu, né? Hoje tu não acha (sic) um terreno aqui por menos de 150 mil, uma casa ocupada (entr. 1, Líder A).

Em outro trecho da entrevista, o Líder A enfatiza a relevância da luta comunitária para fins de regularização fundiária “porque estamos numa região com valor muito alto da terra”. Aposta que, se a população não resistir, daqui a uns 15 anos, a área acabará cheia de condomínios.

Se aqui (sic) não lutar por seus direitos, vai acabar o dia e de repente vem uma empresa: “Vou fazer uns condomínios aí”. O pessoal está irregular. O pessoal não vai pra rua, vai pra onde? Vai pra lá. (...) A empresa vai chegar, onde o governo vai implantar? “Eu faço lá mil casas que vão me custar 100 milhões, o pessoal vai morar lá e eu vou fazer condomínios e vou ganhar 1 bilhão. Não é lucro?” (entr. 1, Líder A).

A despeito do histórico ativo da comunidade, parece existir hoje um arrefecimento das mobilizações na região. Um dado exemplificativo dessa realidade podemos obter através do Conselho Distrital de Saúde da Microrregião 5, que engloba os bairros Glória, Cruzeiro e

Cristal. As reuniões são a cada 15 dias no auditório do PACS (Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul) para tratar das questões relacionadas à saúde pública da região.

Em consulta *in loco* nas atas de presenças das referidas reuniões, constatamos os seguintes números:

- Em 2017, foram 22 reuniões, com uma participação total de 659, com uma média presencial de 29,95 pessoas;
- Em 2018, foram 20 reuniões, com uma participação total de 417, com uma média presencial de 20,85 pessoas;
- Em 2019, foram 16 reuniões até a data de 1º/11/2019, com uma participação de 381, com uma média presencial de 23,81 pessoas.

Outrossim, de acordo com o Censo de 2010, a densidade demográfica acumulada dos referidos bairros é de 70.154 habitantes¹⁰.

A partir do cenário apresentado, sem prejuízo de outras análises, podemos constatar uma média presencial nos últimos três anos de 24,87 pessoas nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde que abrange uma população de mais de 70 mil habitantes.

Outro dado interessante podemos obter a partir das reuniões do Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP) da mesma região. A partir dos dados fornecidos pelo Centro de Relação Institucional Participativa (CRIP) – Cruzeiro, chegamos aos seguintes números:

- Em 2011, foram 166 participantes;
- Em 2012, foram 338 participantes;
- Em 2013, foram 336 participantes;
- Em 2014, foram 351 participantes;
- Em 2015, foram 280 participantes;
- Em 2016, foram 251 participantes;
- De 2017 a outubro de 2019, foram 600 participantes.

Cabe destacarmos que as reuniões ordinárias são mensais, com possibilidade de chamamento de extraordinárias.

É importante mencionarmos que os dados coletados das reuniões do CDS e do FROP indicam as presenças sem diferenciar as pessoas, ou seja, tendo em vista que um grupo de pessoas sempre frequenta as reuniões é possível concluirmos que a *mobilização* é ainda menor em termos de diversidade de indivíduos.

¹⁰ PROCEMPA. CENSOS DO IBGE DE 2000 E 2010 – POPULAÇÃO POR BAIRROS. Disponível em: http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/populacao_por_bairros__nova_tabela-_ibge_2010_ok.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.

Outro dado não menos importante é o número de participantes das reuniões da União de Vilas, que outrora mobilizava grande parte das comunidades da região. Hoje conta em seus encontros com grande redução de militantes – em média de 5 a 10 pessoas¹¹. É possível observarmos um significativo decréscimo da *mobilização* da comunidade, chegando ao quase esvaziamento no caso da União de Vilas.

É nesse contexto de tensões históricas com avanços e recuos na *mobilização* comunitária que entendemos como relevante a análise da aparente apatia da região nos dias de hoje.

Qual a atual densidade de engajamento na região? Que prioridades estabelecem os líderes comunitários no seu escopo de atuação? Essas são algumas das questões que serão abordadas no presente trabalho, fazendo uma conexão entre o passado e o presente.

¹¹ Dado empírico colhido a partir da condição de observador do pesquisador durante as reuniões.

2 O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO

A essência da nossa pesquisa é o discurso dos líderes comunitários, na tentativa de entender como e por que a luta comunitária parece ter arrefecido na Grande Cruzeiro, um micromundo que pode nos ajudar a compreender a aparente apatia da classe trabalhadora. Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, que nos apresente o caminho enquanto estamos no roteiro, revelando o mundo dos movimentos sociais internamente, ou seja, no âmago de suas conquistas e contradições.

Procuramos relatar a “experiência de indivíduos ou grupos”, suas “histórias biográficas ou práticas (cotidianas ou profissionais)”, “tratadas analisando-se o conhecimento, relatos e histórias do dia a dia” (FLICK, 2009, p. 8). Por essa escolha metodológica, Flick (2009) aponta que não é preciso ter conceitos bem definidos do objeto estudado ou “formular hipóteses no início para depois testá-las” (FLICK, 2009, p. 9). Esses conceitos ou hipóteses, se houver, surgem e se desenvolvem durante a pesquisa.

Os pesquisadores, em si, são uma parte importante do processo de pesquisa, seja em termos de sua própria presença pessoal na condição de pesquisadores, seja em termos de suas experiências no campo e com a capacidade de reflexão que trazem ao todo, como membros do campo que se está estudando (FLICK, 2009, p. 9).

Essa inferência coincide com nossa experiência em campo como militante comunitário. A coleta de dados e as análises posteriores refletem não apenas a posição dos entrevistados, mas trazem nossa vivência materializada no trabalho de pesquisa.

Quanto à amostragem, Flick (2009) nos dá outras pistas de como procedermos. Um dos objetivos da seleção, diz o autor, é

encontrar os casos mais típicos ou os mais desenvolvidos para estudar o fenômeno que se está investigando. Dessa forma, muitas vezes buscamos pessoas com uma longa experiência com a questão de pesquisa ou as que estão realmente em posição de revelar a prática profissional em que estamos interessados. [...] Portanto, estamos em busca de casos fundamentais em função da experiência, do conhecimento, da prática, etc., que queremos estudar (FLICK, 2009, p. 47).

E o autor conclui:

Assim, nossa amostra deve ser representativa, não no sentido estatístico ou por representar a realidade em uma população básica; nossos casos devem ser capazes de representar a relevância do fenômeno que queremos estudar em termos de experiência e envolvimento dos participantes de nossa pesquisa com esses fenômenos (FLICK, 2009, p. 47).

Os três militantes comunitários destacados nesta dissertação seguem essa descrição. Suas histórias de vida fazem parte da memória da luta da região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre. Participam diariamente de ações, reuniões, atos, projetos e atividades visando a melhorias para a população. Mesmo com experiências comuns e traços semelhantes, também contêm a diversidade, pois um dos líderes presenciou a origem das mobilizações no bairro – e na Capital, o outro passou a atuar mais na década de 1980, tendo convivido com os pais desde pequeno dentro de associação, e a terceira entrevistada é mulher e travou outras batalhas, mais relacionadas ao empoderamento feminino, geração de renda, proteção da infância e cultura.

Flick (2009) orienta realmente que procuremos uma variedade de experiências e envolvimento, “de forma que não apenas devemos ter casos comparavelmente centrais ou fundamentais, como também a variabilidade no campo de estudo e as diferenças nos vínculos com a questão” (FLICK, 2009, p. 48).

A partir do nosso conhecimento de grande parte das pessoas mais atuantes na Grande Cruzeiro – e suas posições – a dificuldade de identificar os perfis que se enquadram nessa amostra foi mitigada, trazendo pontos convergentes e ângulos diferentes de uma mesma questão, enriquecendo a abordagem. Chegamos a três nomes. Dada a profundidade das entrevistas, consideramos um número suficiente para nosso objetivo, sem a necessidade de coletar novos dados que levariam a possíveis redundâncias. Com um grande volume de informações brutas, também ficaria dificultada a categorização e posterior análise do *corpus*.

2.1 NOTAS METODOLÓGICAS

Para deixarmos emergir as questões do trabalho e as categorias que nos guiarão na interpretação dos textos, escolhemos a análise textual discursiva, que, como uma “tempestade de luz” (MORAES, 2003), pode contribuir para que cheguemos a novas compreensões sobre as percepções e vivências daqueles que foram forçados na luta comunitária.

O processo analítico consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se flashes fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise (MORAES, 2003, p. 192).

Criada pelos professores Roque Moraes e Maria do Carmo Galiuzzi, a metodologia é composta por quatro fases:

1. Desmontagem dos textos: também denominado de processo de unitarização, implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.
2. Estabelecimento de relações: processo denominado de categorização, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias.
3. Captando o novo emergente: a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constituem o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores. O texto segue focalizando o ciclo como um todo, aproximando-o de sistemas complexos e auto-organizados.
4. Um processo auto-organizado: o ciclo de análise descrito, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, em seu todo constitui um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. Mesmo assim é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa concretizar-se (MORAES, 2003, p. 191 e 192).

A primeira fase implica em mergulhar nos textos, nos seus significados que podem ser construídos a partir deles. Esse processo resulta em uma “desconstrução e unitarização do *corpus*” (MORAES, 2003, p. 192). *Corpus* se refere a um conjunto de documentos. Partindo da premissa de que cada leitura pressupõe uma multiplicidade de sentidos, o autor afirma que isso se deve ao uso de diferentes referenciais teóricos, de forma consciente ou não.

No nosso caso, o *corpus* é composto por entrevistas semiestruturadas com três líderes comunitários. Como orienta o professor, a amostra pode ser intencional, com definição do tamanho pelo critério de saturação, quando a introdução de novas informações já não produz alterações nos resultados. Optamos por esses agentes por sua representatividade, reunindo no seu entorno demandas, aspirações e sonhos de grupos. Procuramos contemplar diferentes etnias (um pardo e dois negros), idades (41, 57 e 68) e gêneros (dois homens e uma mulher). Fizemos a escolha desse trio também por sua ampla gama de atuação, envolvendo-se em questões da criança/adolescente, mulher, saúde, educação, habitação e obras públicas. Eles vivenciaram

diferentes momentos da luta das vilas que compõem a região da Grande Cruzeiro, desde demandas para distribuição de água às atuais reivindicações relacionadas à habitação tendo em vista as remoções com as obras da Copa de 2014.

As entrevistas foram realizadas nos dias 1º de abril, 5 de maio e 13 de maio de 2019 nos seus locais de trabalho. Os líderes demonstraram grande interesse de participar, uma vez que as abordagens trataram de assuntos práticos dos seus cotidianos de militância.

A primeira fase da análise textual discursiva prevê a desconstrução dos discursos, com a sua conseqüente fragmentação e desmontagem, que darão origem ao que Moraes (2003) chama de unidades de análise, de significado ou de sentido. Sugere que sejam utilizados códigos que indiquem cada unidade, a exemplo de números e letras. O texto do Líder A será dividido em A.1, A.2, A.3. Importante destacarmos que essas unidades estão ligadas às motivações da pesquisa.

Moraes e Galiazzi (2007) esclarecem que esse é o momento de desmembrar o texto, recortar, discriminar elementos, apontando, porém, que “a fragmentação sempre necessita ter como referência o todo” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 49). Isso servirá como base para a posterior categorização.

Eles definem a análise textual discursiva como movimento “em espiral” e não linear e continuado: “A reflexão constante sobre o processo e os resultados parciais atingidos possibilitam um constante aperfeiçoamento e esclarecimento tanto do processo quanto dos produtos” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 71).

Quando se conhecem de antemão os grandes temas da análise, as categorias *a priori*, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias. Entretanto, uma pesquisa também pode pretender construir as categorias, a partir da análise. Nesse caso as unidades de análise são construídas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa (MORAES, 2003, p. 195).

No presente trabalho, entendemos que as categorias surgirão *a posteriori*, a partir do conteúdo que emergir dos textos.

Depois da escolha de cada unidade, o autor nos conduz à reescrita da mesma para que “assuma um significado o mais completo possível em si mesma” (MORAES, 2003, p. 195), voltando a contextualizá-la, depois da fragmentação. Em seguida, é preciso colocar um nome que a defina. Essas frações geram uma desordem tal que possibilita o reordenamento das ideias e a emergência de novos significados.

O segundo passo, a categorização, permite a comparação entre as diferentes unidades. Para chegarmos às categorias propriamente ditas, o autor (2003) elenca dois métodos: o dedutivo e o indutivo. O primeiro vai do geral para o particular, quando se enumeram categorias antes da análise dos textos, com base na literatura. O método indutivo tem como pontapé inicial o *corpus*, com o agrupamento de elementos semelhantes. Uma terceira forma é o intuitivo, que “pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo quanto no indutivo” (MORAES, 2003, p. 198).

As categorias produzidas por intuição originam-se por meio de inspirações repentinas, insights de luz que se apresentam ao pesquisador, por uma intensa impregnação nos dados relacionados aos fenômenos. Representam aprendizagens auto-organizadas que são possibilitadas ao pesquisador a partir de seu envolvimento intenso com o fenômeno que investiga (MORAES, 2003, p. 198).

Categorizar, para Moraes e Galiazzi (2007) é classificar, diferenciar elementos, simplificar, fazer uma síntese. Comparam com um quebra-cabeças em que “o objeto do jogo e suas peças são criadas e ajustadas à proporção que a pesquisa avança” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 78). Ou mesmo a elaboração de um mosaico, “entendendo-se que o mesmo conjunto de unidades de sentido pode dar origem a uma diversidade de modos de organização do produto final” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 78). A criação do quebra-cabeças se dá com o processo de desenvolvimento da investigação, as peças não estão dadas. No caso do mosaico, tudo depende também do material trabalhado.

Optamos por combinar os métodos indutivo e intuitivo, imaginando que propiciarão um melhor resultado, visto que a base do nosso trabalho é a atuação dos líderes. As categorias, então, devem surgir das suas falas e dos sentidos que depreendermos desse conteúdo e que, intuitivamente, contribuirão para formar um quebra-cabeças capaz de trazer luzes para a questão da (falta de) *mobilização* popular.

No desvelamento das categorias, outra premissa apontada por Moraes (2003) é a necessidade de sua homogeneização, o que não restará problema para o nosso *corpus*, pois os temas tratados têm um encadeamento entre si. Para a construção dos metatextos, a ideia é “deixar que os fenômenos se manifestem, sem impor-lhes direcionamentos” (MORAES, 2003, p. 201), e valorizar a dimensão qualitativa.

Na medida em que se concretiza esse deslocamento, o pesquisador move-se da quantidade para a qualidade, da explicação causal para a compreensão globalizada, da causalidade linear para uma multicausalidade e causalidade recíproca. Pesquisar e teorizar passa a significar construir compreensão, compreender esse nunca completo, mas atingido por meio de um processo recursivo de explicitação de inter-relações recíprocas entre categorias, superando-se a causalidade linear e possibilitando uma

aproximação da complexidade. Esse novo olhar implica valorizar a desordem e o caos como um momento necessário e importante para atingir compreensões aprofundadas dos fenômenos. Isso só pode ser atingido por meio de movimentos hermenêuticos em espiral, em que a cada nova retomada do fenômeno é possibilitada uma compreensão mais radical e aprofundada. Na tempestade sempre há muita luz (MORAES, 2003, p. 201).

Já na categorização começam a aparecer os resultados. As suas estruturas, ao se transformarem em textos, “encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 89). Esse processo, prosseguem os autores, consiste em um “movimento de pesquisa que vai do empírico ao abstrato, dos dados coletados para as teorias construídas ou reconstruídas pelo pesquisador” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 90).

A terceira fase, de construção de metatextos, traz à tona o autor-pesquisador, seus argumentos a partir do *corpus* estudado.

A partir da unitarização e categorização do corpus, constrói-se a estrutura básica do metatexto, objeto da análise. Uma vez construídas as categorias, estabelecem-se pontes entre elas, investigam-se possíveis sequências em que poderiam ser organizadas, sempre no sentido de expressar com maior clareza as novas intuições e compreensões atingidas. Simultaneamente, o pesquisador pode ir produzindo textos parciais para as diferentes categorias que, gradativamente poderão ser integrados na estruturação do texto como um todo. Diversas tentativas indicarão o melhor encaminhamento (MORAES, 2003, p. 202).

Essas “teses parciais” vão se sucedendo até darem origem a uma ideia centralizadora do texto, que irá organizar os seus elementos constituintes e deixar de lado a fragmentação.

As descrições, as interpretações e as teorizações, expressas como resultados da análise, não se encontram nos textos para serem descobertas, mas são resultado de um esforço de construção intenso e rigoroso do pesquisador. Assumindo essa perspectiva, o pesquisador não pode deixar de assumir-se autor de seus textos (MORAES, 2003, p. 206).

A fase da produção escrita é a de aprender e comunicar. Moraes e Galiazzi (2007) lembram a figura do deus romano Jano, “com duas faces: uma virada para dentro da cidade e outra para fora dos muros, uma representando a paz e a outra a guerra” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 93).

Esse momento requer que o pesquisador traga à tona as evidências colhidas e contextualize-as. “Nesse exercício de produção de novos significados é importante levar em conta os contextos históricos e as situações concretas em que os dados analisados foram produzidos.” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 95.)

A produção escrita, segundo os autores, segue uma lógica de descrição, interpretação e argumentação. A compreensão de cada participante da pesquisa precisa ficar evidenciada para que possamos partir do individual e chegarmos a um sentido coletivo.

A última etapa da análise textual discursiva é a auto-organização. A fragmentação do *corpus* (desconstrução) é seguida pela categorização e pela criação de metatextos (comunicação). O autor (2003) adverte que nessa fase muito do destacado no início é descartado, dando lugar a um “texto com clareza e rigor” (p. 208), sempre enfatizando a necessidade de chegarmos a uma tese central que reúna os elementos diante de si.

Com a ideia de que o caminho se faz caminhando, procuraremos desvelar em alguma medida qual o papel dos líderes comunitários, à luz de seus discursos, frente à desmobilização política de suas comunidades. Procuraremos responder às seguintes questões de pesquisa:

Na visão dos líderes, por que falta *mobilização* da comunidade da Grande Cruzeiro diante de supressão de direitos e ineficiência de serviços públicos, sem olvidar suas grandes lutas do passado?

Qual a relação entre os líderes e o engajamento dessa população?

De que forma o *personalismo* dos líderes afeta as relações e, por consequência, prejudica a luta coletiva?

O quanto a *(des)confiança* na política e nos políticos é outro fator preponderante na *(des)mobilização* da comunidade?

Militantes que se tornam gestores mantêm a mesma energia e capacidade de enfrentamento na luta coletiva, tendo em vista que o Estado passa a ser seu empregador?

Qual o impacto do *orçamento participativo*, que ajudou a dar o título de capital da participação popular para Porto Alegre, na *mobilização* da Grande Cruzeiro?

Quais as concepções dos líderes sobre os campos ideológicos da “*esquerda*” e da “*direita*”, e no que isso influencia suas atuações e perspectivas de futuro?

O presente trabalho de forma alguma busca qualquer aspiração de esgotamento do objeto investigado, mas contribuir minimamente para a compreensão do fenômeno estudado e quiçá sugerir eventuais possibilidades para o fortalecimento do engajamento comunitário.

3 A LITERATURA QUE AJUDA EXPLICAR A REALIDADE

A nossa percepção acerca da atuação dos líderes comunitários e a visão desses a respeito do protagonismo da periferia refletem vivências e concepções de quem compartilha no dia a dia as ações coletivas e percebe a falta de engajamento das pessoas em causas que lhes afetam. Desses discursos, permeados por nosso olhar empírico, ou como menciona Moraes (2003), pelo raciocínio intuitivo, surgiram sete categorias de análise, elencadas a seguir: *liderança, personalismo, militante como gestor, mobilização apenas pelo mínimo, desencanto com a política institucional, orçamento participativo e “esquerda” versus “direita”*.

Neste capítulo, a pesquisa avança com o lastro teórico que nos permite sustentar posições ou rever caminhos. Com a necessária contextualização, optamos por uma literatura que desvele ainda mais os ditos, as entrelinhas e o cenário que se põe no Brasil atual a partir da análise proposta pelo presente trabalho em relação aos líderes comunitários.

3.1 LIDERANÇA E O SEU PAPEL NA COMUNIDADE

Para pensarmos em *liderança* comunitária, Pigg (1999) alerta que devemos nos focar na comunidade e não em organizações formais. Os seus expoentes não dependem de autoridades e do seu poder, mas sim “das redes e influência, incluindo relações desenvolvidas a partir de extensas interações com os moradores, geralmente representando muitos dos seus pontos de vista e interesses” (O’BRIEN & HASSINGER, 1992 apud PIGG, 1999, p. 197) (tradução nossa). O campo onde atuam é caracterizado, segundo o autor (1999), por reciprocidade. O objetivo do professor reside em trabalhar um modelo de formação para essas pessoas que trabalham em prol de melhorias para a comunidade.

Entre os desafios para os líderes estão forças externas que atuam com base em:

Devolução da autoridade por ações e serviços à comunidade; a manutenção da qualidade com poucos recursos; expectativa de compartilhar o poder e responsabilidade; interdependência, diversidade, colaboração e comunicação; e deslocamento do paradigma de desenvolvimento com o paradigma da globalização (PIGG, 1999, p. 197) (tradução nossa).

Citando Wilkinson (1991), Pigg (1999) afirma que a comunidade tem metas intrínsecas e podemos notá-las em projetos, atividades e eventos representando ações coletivas “sempre que um interesse comum em assuntos locais seja despertado” (p. 198). Quando o foco são benefícios para membros do grupo, o apoio fica limitado. Do contrário, temas como “justiça distributiva, comunicação aberta, tolerância, ação coletiva e comunhão” (p. 198) obtêm engajamento.

Na visão de Wilkinson (1991) apud Pigg (1999), o desenvolvimento do conceito de comunidade, associado à ideia de interação, envolve: “ações propositais”, “os propósitos são sempre positivos (por exemplo, o que os atores acreditam que melhorará suas vidas)” e “o desenvolvimento da comunidade depende do esforço individual e não necessariamente a busca de uma meta” (p. 199) (tradução nossa).

Rost (1993, p. 99) apud Pigg (1999, p. 199) vê *liderança* como “uma relação de influência entre líderes e colaboradores que busca mudanças reais que reflitam seus mútuos propósitos” (tradução nossa). Por essa visão, o líder não é alguém a ser seguido, que controla ou direciona os demais, adverte Pigg (1999).

Não é o líder que cria a liderança, mas a liderança que cria o líder. Por meio de influência, compromisso e sacrifício, os membros da comunidade criam a visão de um futuro melhor a partir dos desejos e das necessidades coletivas. [...] o que define os comportamentos padrão, expectativas sobre o papel e compromissos contratuais ligados às metas finais que são perseguidas e concretizadas (BARKER, 1994, p. 52 apud PIGG, 1999, p. 200) (tradução nossa).

Visando orientar a formação de líderes, a partir de Rost (1993), Pigg (1999) propõe algumas premissas. Para ele, o próprio “desenvolvimento comunitário resulta de tipos específicos de interação entre campos sociais” (p. 201) (tradução nossa). Estes, por sua vez, podem ser criados a partir da relação entre os líderes e seus seguidores, sempre com foco em um propósito comum, que transcende os olhares particulares. O que diferencia o cabeça dos demais, prossegue, é o poder de influenciar. Muito além de significar capacidade de pressão, essa visão tem a ver com a possibilidade de “transformar interesses privados individuais em propósitos comuns que se enchem de significados muito maiores do que status ou ganhos materiais, incluindo reciprocidade característica da interação” (PIGG, 1999, p. 201) (tradução nossa).

E o autor é enfático: “Liderança não é uma característica, traço ou ‘coisa’ pertencente a certos indivíduos e excluindo outros da comunidade, mas um relacionamento baseado em comportamentos que influenciam durante interações” (p. 201) (tradução nossa).

Em geral, o líder surge dessas relações e também recebe influências dos membros do grupo. Sem a interação, os atores advertem que não há como surgir o tecido comum que une e forma a comunidade.

Sobre a formação desses agentes, Pigg (1999) professa que é necessário ter em vista menos as pessoas e mais as interações, menos em resultados e mais em processos. Afirmar que a capacidade de gerenciar também é importante, mas a ênfase deve estar em entender “as interconexões entre ações e propósitos, entre intenções e atuação conjunta para finalizar o trabalho” (PIGG, 1999, p. 203). Ao mesmo tempo, confessa que é difícil, senão impossível, ensinar a influenciar e saber como conduzir essa aprendizagem.

Sobre a capacidade de influenciar, admite os obstáculos para defini-la, apontando algumas considerações envolvendo reputação, prestígio, propósito, habilidades, motivação e escolhas. O afetivo acaba preponderando sobre o conhecimento.

O clima desse tipo de organização deve ser amistoso, com uma compreensão mútua sobre seus objetivos e atitudes para conquistá-los. O autor (1999) lembra que o conceito de autonomia individual, tão aclamado nos EUA, se torna uma fraqueza nesse contexto.

O que o autor chama de *liderança* colaborativa enfatiza alguns aspectos como: “Convocar, energizar e facilitar, criar uma visão, resolver problemas, estabelecer prioridades, expandir a participação e envolver numerosas e diversas audiências e construir confiança e satisfação psicológica no processo de interação” (PIGG, 1999, p. 206) (tradução nossa).

Na hora de criar uma meta comum, Rost (1991) apud Pigg (1999) considera essencial que o líder integre os interesses dos membros do grupo em uma visão que enalteça grandes valores da sociedade. Esses propósitos estimulam a troca, colocam as pessoas na mesma direção, contribuem para estabelecer compromissos de longo prazo, garantem satisfação e geram significados e sentimentos que vão muito além de salários e títulos. Também são uma forma de cada um se autoconhecer e ver novas possibilidades para si e para o grupo. Quando o caminho é compartilhado, os ganhos se tornam concretos, visíveis por todos.

3.2 PERSONALISMO: UMA MARCA HISTÓRICA

Uma categoria de análise muito presente no discurso dos entrevistados, o *personalismo* foi tratado no clássico *Raízes do Brasil*, que abre o primeiro capítulo deste trabalho. Uma breve reflexão já nos leva a crer que as raízes que nos afastam da democracia enquanto nação

interferem no fazer político cotidiano. Aqueles vocacionados para a aglutinação de grupos, os líderes, os que sabem o quanto é crucial a unidade, eles próprios estão afetados pela cultura da personalidade. E quando a vaidade e o ganho individual pesam mais do que o coletivo, não se avança nas causas em comum.

Como apontou Holanda (1995) a “cultura do personalismo” é uma marca indelével da nossa história, na qual a valoração do homem é mensurada por sua capacidade de prescindir dos demais; ou seja, a exaltação da ação individualista é concebida como algo positivo. Nas palavras do autor: “Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes [...]” (HOLANDA, 1995, p. 4).

O pesquisador traz a ideia da palavra espanhola “sobranceria” como uma percepção de superação individual que acarreta uma “tibiaza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos” (HOLANDA, 1995, p. 4).

A inclinação à desordem não é um fenômeno moderno, atesta o autor. O prestígio pessoal preponderou ao longo da história das nações ibéricas em comparação aos privilégios hereditários. “A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada.” (HOLANDA, 1995, p. 9.)

O livre arbítrio e a responsabilidade pessoal não favorecem a unidade, elucida o autor. Necessitam de uma força externa de aglutinação, no caso, os governos, e “nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares” (HOLANDA, 1995, p. 9).

Como resultado, o historiador aponta uma “autarquia do indivíduo” e “exaltação extrema da personalidade” (HOLANDA, 1995, p. 11) que só encontram freios no culto à obediência. Cita as missões jesuíticas como exemplo de imposição dessa disciplina.

Na análise sobre a colonização portuguesa, a cristalização do latifúndio e a herança rural, Holanda (1995) se dá conta de que “a família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos” (p. 53), ou seja a questão do patriarcalismo. Nas relações domésticas é que se criaram “o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (HOLANDA, 1995, p. 106). São as relações pessoais que moldam as relações sociais. A troca de favores se constitui como um valor relevante nesse contexto.

Tomando o conceito de Ribeiro Couto de “homem cordial”, Holanda (1995) afirma que a cordialidade do brasileiro, que abrange sentimentos de concórdia e inimizade, procede “da

esfera do íntimo, do familiar, do privado” (p. 107). A hospitalidade tão característica não tem a ver com polidez, é antes contrária, adverte o autor (1995). Segundo ele, trata-se de uma espécie de proteção para seus verdadeiros sentimentos e opiniões. Assim, mantendo-se alheio a qualquer exposição de sua identidade.

O desejo de estabelecer intimidade foi identificado pelo autor (1995) em nosso apreço pelos apelidos, especialmente com o diminutivo “inho”, servindo “para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar mais relevo” (p. 108). O “horror às distâncias” é tido como o “traço mais específico do espírito brasileiro” (p. 108).

Ao tratar de um âmbito mais amplo, é taxativo:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (HOLANDA, 1995, p. 119).

Consequência disso, grandes movimentos como a Independência e outras conquistas não vieram da massa, mas “de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental” (HOLANDA, 1995, p. 119).

A repulsa à democracia se mostra, segundo ele, na insistência de preconceitos de raça e cor e na aversão às hierarquias ou quaisquer ameaças à autonomia individual.

3.3 O MILITANTE COMO GESTOR: UM PAPEL ESTRATÉGICO?

Como atua quem faz a mediação entre a população e o governo? Qual o papel do militante que passa a ocupar uma função no Estado? Pizzorno (1992) aponta que essa atividade serve para “transmitir informações às autoridades públicas sobre a potencial demanda política, ou seja, sobre as necessidades sociais emergentes, as opiniões relevantes, divisões de interesse” (p. 4) (tradução nossa). Ao mesmo tempo em que representa a sociedade civil, esse agente garante consentimento ao regime. Essa também é uma forma de busca de consenso, orientando desde a administração pública até a ação política da população, elucida o autor.

Essa intermediação é funcional, ao facilitar a identificação de interesses. Subordinados institucionalmente ao Estado, esses agentes se legitimam em uma sociedade democrática. A lealdade é dirigida a partidos e também associativa, religiosa ou territorial.

Atesta Pizzorno (1992, p. 7):

Quem representa a intermediação na democracia política tem como tarefa identificar as necessidades da população, interpretá-las, selecionar aquelas politicamente relevantes, generalizá-las, propor medidas e políticas e fazer justificativas ou críticas a elas ou explicar por que certos desejos não podem ser satisfeitos. Essa pessoa provavelmente está motivada a realizar essa atividade pelo reconhecimento público que receberá (tradução nossa).

Pizzorno (1992) alerta que esses mediadores atuam em um sistema contaminado pela corrupção. Pelo menos uma parte deles saberá onde estão oportunidades de “obter vantagens a partir de medidas administrativas, indicar transações ilegais para que políticos e particulares tirem proveito” (p. 8). Como essas ações são passíveis de punição, o autor adverte que os seus artífices devem conhecer os meandros do sistema, pessoas dispostas a participar desse tipo de “negócio” e outras que têm poder de mando. Do outro lado, é preciso haver políticos destemidos, com capacidade de tomar decisões arbitrárias, de satisfazer interesses particulares com instrumentos públicos.

Afora os atos corruptos, Pizzorno (1992) aponta que as agremiações partidárias têm como função essencial “mobilizar o consenso em torno de certos programas de ação do governo, depois interpretar as questões díspares de curto prazo da população à luz de uma concepção de interesses coletivos de longo prazo” (p. 11) (tradução nossa). Esse processo acaba gerando a oportunidade para a população se engajar politicamente.

As “transações corrompidas”, porém, fazem com que o partido se foque na identificação de questões específicas. “No hábitat da floresta política, o processo de seleção natural permitiria a sobrevivência apenas de políticos de negócios. Quanto à moeda, ainda que não pelo mesmo mecanismo, políticos ruins expulsariam os bons”, aponta Pizzorno (1992, p. 19) (tradução nossa).

O autor esclarece que políticos pertencentes a classes dominantes continuam representando esses círculos e “em conformidade com as normas que emanam deles” (p. 26) (tradução nossa). Quais os custos para se tornarem veículos de corrupção? A honestidade tem preço?

Os novos que ingressam nesse mundo precisam buscar outros círculos de reconhecimento.

Entrando na política, então, ou ele pretende formar uma nova identidade graças ao forte reconhecimento moral que pode derivar de um pertencimento ideológico; ou seu objetivo será reduzido a buscar a aquisição do que pode aumentar seu poder sobre

quem ainda não o reconhece. O uso da corrupção é simplesmente um desses meios (PIZZORNO, 1992, p. 27) (tradução nossa).

Pertencer ao Estado gera um alto prestígio social, lembra o autor. O “custo moral” da corrupção pode não interessar a esse agente.

Os integrantes de associações políticas igualmente recebem reconhecimento por sua capacidade técnica ou fidelidade à ideologia da entidade ou a algum líder. Além disso, sua habilidade de estabelecer relações será considerada. Nem sempre a honestidade terá valor intrínseco para esse grupo.

Para uma determinada pessoa, o custo moral de entrar em transações corruptas, será muito maior:

- a) quanto maior o status social – ou relativo à sociedade nacional ou sociedade local – do círculo de receitas dentro do qual a socialização ocorreu;
- b) quanto mais homólogos aos valores civis – isto é, aos valores atribuídos ao cumprimento da lei e à lealdade ao Estado – são valores suportados por esse círculo;
- c) quanto maior a identidade dessa pessoa dependia principalmente de reconhecimento desse círculo;
- d) (consequência de a + c) quanto mais doloroso é para aquela pessoa a saída desse círculo, e o conseqüente abandono dos critérios reconhecidos que lhes permitam avaliar sua própria conduta (PIZZORNO, 1992, p. 29) (tradução nossa).

Há sempre uma ponderação valorativa no exercício da função tendo em vista a sua condição híbrida de militante e gestor do poder público.

3.4 O QUE LEVA À MOBILIZAÇÃO COLETIVA?

Para encontrarmos mais pistas do que vem a significar a *mobilização* comunitária, recorreremos ao inglês John Kelly, que partiu de Karl Marx para tentar explicar o porquê as transformações sociais acabaram por reduzir a luta de classes e talvez enfraquecer o movimento de reivindicação por direitos.

Ainda que aborde a industrialização e concentre esforços na relação entre trabalhadores na luta sindical, Kelly (1998), com sua teoria da *mobilização*, nos dá pistas para compreendermos a dinâmica da ação coletiva e o papel do líder como um componente chave para o engajamento coletivo.

O autor inglês começa abordando Tilly (1978), que se baseia na teoria de Marx, apontando os conflitos de classe. “Os empregadores contratam trabalhadores e buscam explorar sua capacidade de trabalho visando produzir valor” (KELLY, 1998, p. 25) (tradução nossa). Por essa premissa, as classes subordinadas em geral não têm pontos de vista comuns sobre seus

interesses nem recursos para alcançar suas metas. Os sindicatos são um exemplo de quando elas assumem um grau de organização.

Tilly (1978) apud Kelly (1998) aponta cinco componentes para a ação coletiva: interesses (que se diferem do grupo decisório e são divididos entre os focos individual e coletivo), organização (a estrutura do grupo e o que afeta a capacidade de sua ação coletiva), *mobilização* (“o processo pelo qual o grupo adquire um controle coletivo sobre os recursos necessários à ação” – p. 7, tradução nossa), oportunidade (o equilíbrio entre o poder de partidos, o custo da repressão do grupo decisório e as oportunidades disponíveis para os grupos subordinados perseguirem suas reivindicações) e ações coletivas (resultantes dos demais).

O interesse transita da questão individual, um sentimento de insatisfação ou injustiça, para o grupo. Nessa linha, ainda que exista uma insatisfação com as condições de sobrevivência nas comunidades, se essa situação é compreendida como natural ou justa para aquela realidade, é pouco provável que ações reivindicatórias emergjam.

Para Kelly, Tilly ajuda no debate do declínio do coletivismo, apontando suas diferentes facetas. Porém, ao analisar os teóricos dos movimentos sociais, aponta que eles falham em duas principais questões: “Primeiro, como e por que as pessoas adquirem o senso de injustiça ou de reivindicação e, segundo, como eles desenvolvem o senso reivindicatório sendo coletivos” (KELLY, 1998, p. 27).

A insatisfação não é suficiente para motivar uma ação coletiva, sublinha o autor, com base em McAdam (1998). A condição *sine qua non*, continua, “é o senso de injustiça, a convicção de que um evento, ação ou situação é ‘errado’ ou ‘ilegítimo’” (KELLY, 1998, p. 27) (tradução nossa.) Dessa concepção à ação coletiva propriamente dita, o autor aponta três fatores para a transição: atribuição, identificação social e *liderança*.

A primeira se refere a razões e causas de um evento, algumas vezes controláveis e outras incontrolláveis. Caso o atribuam a eventos naturais ou abstratos, dificilmente se unirão em uma atuação coletiva. A identificação social inclui a comparação com outros grupos. A categorização de características comuns e diferentes leva à criação de estereótipos. “Cada pessoa pode pensar e agir individual e coletivamente dependendo de que tipo de faceta é geralmente dominante ou saliente” (KELLY, 1998, p. 31) (tradução nossa). Quanto à *liderança*, seu papel é alertar sobre questões injustas, resistindo a pressões e encorajando seu grupo a fazer o mesmo.

Kelly (1998) recorre novamente a McAdam para decifrar as razões da *mobilização*. O cálculo dos custos e benefícios é “a chave entre a percepção de injustiça e a ação coletiva” (KELLY, 1998, p. 33). Klandermans (1984a) apud Kelly (1998, p. 34) argumenta que os indivíduos se comprometem no engajamento ao se darem conta dos custos e benefícios de

acordo com objetivos, motivos sociais e recompensas. As metas se referem à ideia de que quanto maior o número de participantes cresce a chance de fazer a diferença. As razões sociais representam o impacto das ações entre pessoas próximas, e as recompensas significam os valores obtidos com o engajamento.

Muito além da atuação dos líderes, esses autores acreditam que a *mobilização* depende da vontade e da decisão de cada um. Ela será maior se essas pessoas tiverem um forte sentimento de coletividade.

Quanto ao papel da *liderança*, Kelly (1998) admite que McAdam e Klandermans foram alguns dos poucos teóricos a abordarem essa conexão. Cita ainda Fantasia (1988), para quem há pelo menos três funções exercidas pelos líderes ao imbuírem o grupo de um senso de justiça:

Primeiramente, eles promovem coesão e identidade que encorajam os trabalhadores a pensarem sobre seus interesses coletivos. [...] Em segundo lugar, os líderes os impulsionam a adotar ações coletivas em um processo de persuasão essencial devido aos custos de tais ações e à inexperiência de muitas pessoas em relação a diferentes formas e consequências. E, finalmente, os líderes têm de defender essas ações em face das contramobilizações que tendem a considerá-las ilegítimas (FANTASIA, 1998 apud KELLY, 1998) (tradução nossa).

O medo de retaliações é um aspecto a ser considerado quando se trata da participação em ações coletivas.

Em síntese, a teoria da *mobilização* de Kelly tem por base a injustiça que caracteriza o período da industrialização. “Os trabalhadores, em sociedades capitalistas, se encontram em relações de exploração e dominação nas quais a maioria de seus interesses conflitam com os do empregador” (KELLY, 1998, p. 126) (tradução nossa). Isso vai além de uma abordagem das necessidades de cooperação e desempenho.

O senso de injustiça se soma ainda à atribuição de responsabilidade e à criação de uma identidade de grupo, fundada em interesses comuns e que se opõem aos empregadores ou, no caso do nosso estudo, o governo ou políticos. Os ativistas contribuem para persuadir os demais a considerarem como injustas situações antes vistas como normais ou aceitáveis. Ao criarem uma coesão, dotam o grupo de argumentos para lutarem contra a ordem vigente.

Na sua revisão do pensamento de Kelly, Tury (2018) aponta que o autor foi além de “uma explicação estrutural e social” e “procurou destrinchar o processo político que permeia as ações coletivas e que traduzem em relações de confronto direto àquelas relações antagônicas a nível estrutural” (p. 3). Suas metas, com o estudo, são: explicar o que leva os trabalhadores a agirem de forma coletiva, descolar-se das investigações de gestão de recursos humanos e

comprovar que há *mobilização*, ainda que outros pesquisadores apontem mudança na “consciência de classe” e um “individualismo interesseiro” (TURY, 2018, p. 5).

Uma condição para que a reivindicação ocorra é “a convicção de que tem direito sobre o que reivindica” e também “um sentimento de que possui alguma chance de alterar aquela condição” (TURY, 2018, p. 7).

Esses indivíduos precisam ainda desenvolver uma identidade de grupo, um vínculo forte que o una.

Kelly recorre à teoria da identidade social, de onde retira a ideia de que cada indivíduo possui tanto uma identidade pessoal, a personalidade ou caráter, quanto uma identidade social, que compreende as categorias sociais às quais os indivíduos pertencem e as avaliações de positivo e negativo que eles fazem das categorias. Isso permite a construção de uma estrutura perceptiva sobre o mundo e sobre as experiências, com base em comparações de distintos traços sociais (TURY, 2018, p. 8).

Tury (2018) prossegue, apontando que “as oportunidades políticas seriam as condições objetivas que facilitam ou criam barreiras para o desenvolvimento da ação” (p. 10). Como exemplos, cita os acordos políticos e o acesso a pessoas com influência.

Na teoria de ondas longas de Kelly (2005) apud Tury (2018), entra em jogo a macroeconomia, os indicadores de preços, produção e taxas de lucro. Momentos de transição entre declínio e retomada da economia são marcados por ressurgimento da *mobilização*.

Para esse senso de injustiça transformar-se num interesse comum, ele precisa ser sentido coletivamente pelo grupo e uma identidade coletiva ser formada. A formação dessa identidade a partir do senso de injustiça relaciona-se, para Kelly, com uma mudança geracional e da composição social da classe trabalhadora. Segundo esta tese, as expectativas dos trabalhadores em relação ao mercado de trabalho são moldadas pelas condições existentes no momento em que se entra neste mercado. Portanto, as expectativas das gerações que entram em períodos de “retomada” econômica são distintas das gerações que entram em períodos de “declínio”. No final de uma onda longa “ascendente”, o coletivo de trabalhadores que se incorporou durante a “retomada” econômica têm altas expectativas e sentem as injustiças de forma compartilhada (TURY, 2018, p. 17).

Tury (2018) se apega à própria interpretação posterior de Kelly para concluir que essa teoria não se confirmou, pois não cresceu a *mobilização* dos trabalhadores nos anos 1990, “apesar de vários períodos intermediários de queda do desemprego e crescimento econômico estável” (TURY, 2018, p. 19), o que não invalida o pensamento do autor inglês para analisarmos a questão da *mobilização* coletiva.

3.4.1 O que leva as pessoas a se engajarem?

A condição socioeconômica da população interfere na sua relação com a política? Na literatura dos movimentos sociais, o nível de engajamento é objeto de estudo sob várias perspectivas. Uma delas é a teoria do materialismo e pós-materialismo trabalhada por Inglehart, que advogou por uma relação de consequência lógica entre necessidades básicas (materialismo), como alimentação, moradia e saúde, e necessidades de caráter mais sofisticadas (pós-materialista), a exemplo da preocupação com a democracia em uma perspectiva contestatória, relações sociais, etc.

Ocorre que essa tese não esteve imune a revisões críticas em face da relação necessária defendida por Inglehart entre o materialismo e pós-materialismo. Para Ribeiro e Borba (2010), a teoria do autor norte-americano merece análise mais detalhada à luz do contexto latino-americano.

O índice de materialismo/pós-materialismo é composto por 12 indicadores que “representariam os principais objetivos prioritários de qualquer sociedade” (RIBEIRO E BORBA, 2010, p. 32):

- 1) manter a ordem,
- 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes,
- 3) combater o aumento de preços
- 4) proteger a liberdade de expressão,
- 5) manter altas taxas de crescimento econômico,
- 6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa,
- 7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade,
- 8) fazer das cidades e paisagens mais bonitas,
- 9) manter a economia estável,
- 10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana,
- 11) lutar contra a delinquência e
- 12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes que o dinheiro.

A partir de pesquisas empíricas, constataram que no contexto do continente existem variáveis que merecem atenção na análise da postura participativa do indivíduo. Segundo os autores (2010, p. 28), “a participação é mais influenciada por variáveis relacionadas à centralidade social dos cidadãos do que por mudanças nas suas prioridades valorativas”.

Ribeiro e Borba (2010) trazem a necessidade de observarmos os rumos históricos distintos dos chamados países desenvolvidos com as idiossincrasias das nações latino-americanas.

A partir de uma pesquisa realizada na Argentina, Brasil, Chile e Peru, tendo a World Value Surveys como fonte de informações, constataram o Brasil como um dos países mais problemáticos no que tange à consolidação dos valores pós-materialistas, sendo as

desigualdades sociais o alicerce que mantém esse *status quo*. Chega ao índice de 30,1% de pós-materialistas, abaixo do Peru (33,1%), Argentina (33,3%) e Chile (41,4%). A Alemanha, comparando os autores, atingiu 57,4% em 2006; a França, 53,1%; a Inglaterra, 51,3%; e o Canadá, 53,7%. Não basta o desenvolvimento econômico para se alcançar esses níveis.

Na América Latina, o Brasil liderava em total de membros ativos em partidos políticos, com 5,3%. Organizações de causa ambiental angariavam 3,6%. Quanto a formas não convencionais, o país chegava a 83% de possível participação em abaixo-assinados. A adesão a boicotes pelo país somava 7,8%, o maior índice na região. Os que apontaram que nunca se aliariam a essas ações atinge 66,8%. A participação em passeatas e manifestações atinge 18,2% no Brasil, enquanto na Argentina está acima de 20%. Nunca participariam no Brasil 41,9%. Poderiam participar 39,8%.

As pesquisas apontaram uma prevalência da questão educacional em relação à tese das condições materialistas como pressuposto necessário para a implementação dos valores pós-materialistas: “O nível de escolaridade dos entrevistados se mostrou mais relevante na explicação da ocorrência de atitudes participativas entre argentinos, brasileiros e peruanos”, destacam Ribeiro e Borba (2010, p. 60).

Um dado interessante apontado pelos autores é que a faixa etária não demonstrou ser um fator determinante para o aumento ou redução do engajamento: “Um dado que merece nossa atenção diz respeito à idade dos indivíduos, que entre argentinos, brasileiros e chilenos não afetou o nível de participação contestatória” (RIBEIRO E BORBA, 2010, p. 60).

Os autores defendem que no contexto latino-americano existe uma independência em relação ao materialismo/pós-materialismo como perspectiva instigadora da *mobilização* direta. Segundo os autores, o cenário latino merece análise distinta tendo em vista a inexistência de uma industrialização avançada que possibilitasse o desenvolvimento mais elaborado dos atores sociais.

Uma outra perspectiva, para além da escolaridade, que nos parece relevante à luz do raciocínio intuitivo pertencente à nossa metodologia, ainda que não mencionada pelos autores, é a influência da comunicação alternativa como instigadora do engajamento social. O acesso à informação que passe à margem dos meios oligopolizados de comunicação pode oferecer motivações que contribuam para o indivíduo adotar uma postura mais ativa no que se refere à atuação política mais direta.

No Brasil, a narrativa histórica apresentada pela mídia convencional em grande medida parece atender a interesses poucos democráticos, o que prejudica uma conduta política mais

ativa do cidadão. Nesse sentido, um exemplo paradigmático é a criminalização dos movimentos sociais, atrelados pela grande mídia à pecha de “baderna” e “balbúrdia”.

Nesse cenário, a escolaridade imbricada com a liberdade de informação parece oferecer condições mais adequadas para a *mobilização* política.

3.5 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O *orçamento participativo*, na ótica de Gugliano (2004a), colocou Porto Alegre “na rota das cidades mais democráticas do planeta” (p. 345), ao identificar que o Partido dos Trabalhadores conseguiu reeleger sucessivamente seus representantes, ampliando sua votação, de Olívio Dutra, em 1988, a Tarso Genro, em 2000. Em dez anos,

a arrecadação passou de 200 milhões de dólares, em 1989, para mais de 720 milhões. No quesito despesas, mesmo os gastos públicos tendo triplicado, desde 1991, a arrecadação municipal superou o total da quantia de gastos vinculados ao orçamento municipal (UTZIG, 2000 apud GUGLIANO, 2004a).

Os ganhos foram concretos na área social, aponta o autor. Citando Santos (2002), lembra que quanto ao saneamento básico, “em 1989, apenas 49% da população estavam abrangidos. No final de 1996, 98% dos lares tinham água canalizada e 85% eram servidos pelo sistema de esgotos”. Foram pavimentados 215 quilômetros. Gugliano (2004a) prossegue, afirmando que “entre 1989-2000, as matrículas na rede pública cresceram 159%” (p. 346).

O professor lembra que, no momento, a administração havia recebido sete prêmios graças à “inserção dos cidadãos na vida pública” (GUGLIANO, 2004a, p. 347). A cidade figurou “como uma das 40 melhores práticas de gestão pública do nosso planeta, prêmio concedido na Conferência do Habitat 2, organizada pela ONU, em 1996, na qual concorreram mais de setecentas experiências” (p. 347). A prefeitura, continua o autor, também influenciou na criação do Fórum Social Mundial, deixando Porto Alegre na vitrine da participação popular.

Para o professor,

o surgimento das democracias participativas representa um salto de qualidade em relação ao modelo liberal tradicional, superando-o no que, provavelmente, é a sua principal insuficiência, que é a incapacidade de integrar a política pública na vida cotidiana (GUGLIANO, 2004a, p. 347).

A inserção da população na gestão da sociedade a coloca dentro da vida política, indo além dos partidos, e traz maior legitimidade às ações da administração.

Em artigo comparando as experiências de Porto Alegre e Montevideu, no Uruguai, com experiências de participação popular, no final da década de 1980, Gugliano (2004b) faz menção às “mudanças constitucionais [...] envolvendo uma ampliação da capacidade de gestão em nível municipal e a abertura de canais que, potencialmente, possibilitaria uma maior participação dos cidadãos neste processo” (GUGLIANO, 2004b, p. 58). No Brasil, a Constituição de 1988 reconhece os municípios como entes da federação e prevê três formas de elaboração orçamentária, com autonomia para definir como deveriam ser executadas, prossegue o autor:

o plano plurianual (PPA), referente a despesas, obras e serviços que durem mais de um ano; a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), através da qual se definem, principalmente, as metas e prioridades para o período subsequente à elaboração do PPA; e a lei orçamentária anual (LOA), que é propriamente o orçamento que será executado no ano (GUGLIANO, 2004b, p. 58).

Quanto ao Uruguai, foi decisiva para a experiência posterior a instalação de centros comunais zonais, aponta Gugliano (2004b), referindo-se a uma resolução de 1990, apresentada pelo intendente Tabaré Vasquez, “que divide a cidade em 18 centros comunais e dá os primeiros passos no programa de descentralização do município” (p. 60), o que foi corroborado por minirreforma constitucional de 1994. A preocupação em legalizar os procedimentos foi demonstrada desde o início na capital uruguaia, diferentemente de Porto Alegre, o que impôs a necessidade de negociação.

O *orçamento participativo* dividiu a cidade em 16 regiões. Os cidadãos participam conforme sua zona de moradia ou seis áreas temáticas de interesse. Até 2001, informa Gugliano (2004b), além desses encontros, o processo incluía duas rodadas de “assembleias cidadãs, sendo que no intervalo entre as mesmas também se realizavam ‘reuniões intermediárias’” (p. 61). Em 2002, a segunda rodada foi suspensa e começaram a prever participação inclusive pela internet.

O autor (2004b) lembra que o OP foi resultado da *mobilização* popular na cidade e uma “forte tradição de organização” (p. 62). Cita Sérgio Baierle (1998), que menciona a UAMPA, da qual já tratamos no primeiro capítulo desta dissertação. Além desse fator, Luciano Fedozzi (2000) apud Gugliano (2004) elenca “o esforço da administração pública para democratizar o poder municipal” (p. 62). Outro elemento trazido pelo autor é o Partido dos Trabalhadores e sua intenção de “repensar a administração das cidades” (p. 62) por meio do orçamento público.

“Contudo, cabe destacar que, se por um lado os governantes foram determinantes para a democratização da gestão municipal, por outro lado, a pressão dos movimentos sociais foi

decisiva na forma como essa democratização ocorreu.” (GUGLIANO, 2004, p. 64.) As pressões sociais levaram o modelo porto-alegrense a um perfil assembleísta, conclui Gugliano (2004b), ao passo que o montevideano mais institucionalista.

Apesar de considerar a experiência brasileira rica, o autor alerta:

Contudo, mesmo existindo um acompanhamento das políticas aprovadas na estrutura participativa, sua execução passa pela mediação das possibilidades financeiras do município que, indiretamente, acaba dando a última palavra sobre quando as deliberações populares serão atendidas (GUGLIANO, 2004b, p. 65).

Outro artigo de Gugliano (2016) aponta que o Brasil somava 82 cidades com mais de 100 mil habitantes com OP do total de 302, entre 2009 e 2012. Mesmo com a diversidade de partidos, a experiência se expandiu. Rio Grande do Sul e São Paulo lideram, com o maior número de processos.

Entre os municípios paulistas, no período 1989-1992, havia quatro orçamentos participativos; entre 2009 e 2012 este número passou para 42 casos. No caso gaúcho, se existiam apenas duas experiências nesse primeiro período, essas se transformaram em 39 no período citado posteriormente (GUGLIANO, 2016, p. 90).

Curiosamente, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) aparece em São Paulo como o segundo partido que mais propôs o *orçamento participativo*. O PT responde por 50% em ambos os estados.

Em modo de síntese, pode-se afirmar que, no período em questão (2009-2012), aproximadamente 26,1% da população paulista vivia em cidades que executavam orçamentos participativos. No caso do Rio Grande do Sul, esse número é maior: algo em torno de 43,8% da população (GUGLIANO, 2016, p. 102 e 103).

Em resumo, o autor menciona que o OP se distingue por três elementos: “a) cessão de soberania dos governos eleitos para os cidadãos; b) ampliação dos espaços de participação política dos cidadãos na gestão pública; e c) vinculação da deliberação sobre a execução de parcelas dos recursos públicos ao debate popular em reuniões públicas” (GUGLIANO, 2016, p. 94). Qualquer que seja o formato, constata que, citando Marquetti, Schonerwald da Silva e Campbell (2012), os recursos passam a ser distribuídos também entre zonas mais vulneráveis, melhorando os serviços.

Gugliano (2016) vê o OP como “uma ferramenta de gestão estatal” (p. 106). Observa que é mais comum em cidades maiores.

Frequentemente a teia de organização dos movimentos sociais nas grandes urbes é maior, melhor estruturado do que em cidades menores; também os recursos para investimentos parecem reproduzir a mesma realidade. Cidades maiores costumeiramente arrecadam mais, portanto, podem investir uma proporção maior dos seus recursos (GUGLIANO, 2016, p. 106).

Outro ponto em comum entre os municípios que executam o OP é o equilíbrio das contas públicas. Gugliano (2016) sugere que se aprofundem estudos avaliando o impacto da implantação do instrumento nos indicadores sociais.

3.6 (DES)ENCANTO, (DES)CONFIANÇA INSTITUCIONAL

Moisés (2005) inicia seu artigo sobre *desconfiança* institucional com uma frase de Thomas Hobbes: “A esperança constante chama-se confiança... O desespero constante chama-se desconfiança...”. Vivemos então um tempo de desesperança e *desconfiança*? O autor corrobora que, embora o brasileiro demonstre apoiar a democracia em si, partidos políticos, judiciário, legislativo e serviços públicos estão desacreditados. Falava em 2005 na estabilidade política alcançada pelo país, com menor acirramento entre adversários e não interferência dos militares, o que já não podemos reiterar em 2019. E parece se manter o desencanto pela política.

Para Moisés (2005), esse fato tem como causas a incompetência, a corrupção e as falhas do sistema. O povo está insatisfeito com essas instituições, que não cumprem o papel a elas destinado. O autor atribui essa criticidade à própria evolução da democracia. Segundo ele, as instituições cumprem duas funções complementares no regime:

a primeira envolve a distribuição do poder de tomar decisões que afetam a coletividade; a segunda assegura a participação dos cidadãos na avaliação e no julgamento que fundamenta o processo de tomada dessas decisões. Por um lado, trata-se de controlar o poder para que não tolha a liberdade dos cidadãos ou distorça os objetivos da vida pública; por outro, trata-se de assegurar que, como membros da comunidade política, os cidadãos possam transformar suas demandas, aspirações, interesses e preferências em políticas a serem adotadas pelo poder público (MOISÉS, 2005, n.p.).

A vida política não se resume ao voto. É no dia a dia que as instituições se mostram fundamentais ao colocarem em prática as demandas da população.

Ao abordar o conceito de confiança, Moisés (2005) recorre a diferentes teóricos que falam na “natureza racional de sua motivação” e designam “uma grande variedade de

fenômenos sociais e políticos” que dão “coesão social considerada indispensável ao funcionamento das sociedades modernas, complexas e diferenciadas”. Tendo origem na psicologia, o conceito passou a ser utilizado na política para “ênfatisar a sua influência para a consolidação e a estabilidade do regime democrático” (MOISÉS, 2005, n.p.).

O fato de as pessoas confiarem umas nas outras – e, dessa forma, também em autoridades e em lideranças políticas – funcionaria como um elemento facilitador para que os membros da comunidade política ou de grupos específicos adotassem formas de ação comum capazes de gerar, no primeiro caso, virtude cívica reforçadora do sistema democrático e, no segundo, a acumulação de experiência necessária à produção de benefícios particulares esperados pelos grupos envolvidos (SZTOMPKA, 1999; SELIGMAN, 1997 apud MOISÉS, 2005, n.p.).

Além das questões racionais ou de informações que embasem as ações, a confiança se constitui a partir de valores sociais, como “republicanismo cívico, solidariedade social, desejo de reconhecimento e altruísmo” (MOISÉS, 2005, n.p.).

Esse sentimento também pode ser vivido por grupos que compartilham opiniões e memórias cognitivas, “o que faz do ato de confiar quase uma decorrência natural da experiência em comum” (MOISÉS, 2005, n.p.). Mas como proceder no caso de estranhos?

Como não podem controlar individualmente os fatores que influenciam ou definem a sua vulnerabilidade, nem se informar completamente sobre as circunstâncias que a produzem, eles usam a confiança como recurso facilitador da coordenação de ações que são indispensáveis para a realização de objetivos sociais de amplo alcance e que são relativos aos direitos de cidadania (MOISÉS, 2005, n.p.).

Aponta ainda que “a confiança é vista como propulsora do capital social, mas a literatura associada a essa abordagem também sugeriu que este é que ajuda a criar o ambiente necessário ao surgimento daquela” (PUTNAM, 1993 apud MOISÉS, 2005, n.p.).

Moisés (2005) pondera que o associativismo, o capital social, não basta para gerar confiança. Sugere que examinemos fatores como “relação entre o compromisso moral em que se baseia a comunidade política, as condições de emergência da sociedade civil e o complexo de normas e regras que estruturam as instituições da esfera pública” (MOISÉS, 2005, n.p.).

Mais do que pensarmos no comportamento individual de gestores, a confiança nas instituições parte do conhecimento sobre seus papéis e tem a ver com o fato de “os cidadãos compartilharem uma perspectiva comum relativa ao seu pertencimento à comunidade política”. Isso significa que se identificam com as regras. “Em última análise, a razão para se confiar nas instituições estaria no fato de elas serem definidas por lei, ou seja, pela condição de legitimidade da própria comunidade política.” (MOISÉS, 2005, n.p.)

Ao tratar de legitimidade, apela a Max Weber e sua premissa de que a coesão social da comunidade política se dá mais pela dimensão de autoridade do que de poder.

Enquanto no caso da autoridade a relação dos cidadãos – assim como do pessoal burocrático e administrativo do Estado – com governantes e autoridades públicas seria motivada por aquiescência voluntária, isto é, por adesão de natureza não coercitiva, no caso do poder a relação envolveria, em seu limite, o uso da força, embora regulado por lei (MOISÉS, 2005, n.p.).

Quais os motivos para a concordância do cidadão? Segundo Moisés (2005, n.p.), Weber elenca três aspectos: “aceitação da autoridade motivada pelo respeito à tradição”, “qualidades carismáticas atribuídas a certas lideranças políticas ou a certas ideias expressas por elas mas, claramente, isso constitui um caso especial” e “a aquiescência depende de sua ordenação racional-legal, ou seja, os cidadãos conformam-se e manifestam respeito a autoridades e a instituições constituídas e definidas por regras legais e racionais”.

Porém, apenas porque são estabelecidas em lei não basta para que as instituições sejam vistas como confiáveis. Pesquisas empíricas passaram a ser utilizadas na literatura. Moisés (2005) assevera que não foram suficientes para resolver as dúvidas sobre confiança, apoio político, lançando mão de modelos explicativos, que fazem uso de comparações. Tais estudos geraram inquietações, pois democracias consolidadas (EUA, Canadá, Inglaterra, França e Suécia) apresentam nas últimas décadas um grau considerável de *desconfiança*. Outras com uma cultura política, como Noruega, Holanda e Dinamarca, mantêm a estabilidade. Em novas democracias, o cenário se revelou diferente, com avanços na confiança em países do Leste europeu e índices desfavoráveis na América Latina.

Moisés (2005) traz a perspectiva sociopsicológica, de Allport (1961) e Cattell (1965), segundo a qual a confiança em grande parte deriva da relação primária com a mãe, da formação da sua personalidade. O autor aponta ressalvas a essa ideia, por “querer explicar mudanças em orientações gerais de conjuntos inteiros de populações dos países somente a partir de traços psicológicos de indivíduos” (MOISÉS, 2005, n.p.).

O enfoque sociocultural, trabalhado por autores como Almond e Verba, considera que pesa na confiança os fatores culturais da sociedade, influenciando nas atitudes de cooperação com “metas cívicas” e solidariedade. “Valores transmitidos através de processos de socialização corresponderiam aos de grupos básicos como família, amigos, escola e grupos religiosos.” (MOISÉS, 2005, n.p.) A partir das ideias dos clássicos John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, a teoria prevê que “a arte de associar-se e de integrar-se em instituições intermediárias são meios

dos cidadãos treinarem e educarem a sua competência para a vida cívica” (MOISÉS, 2005, n.p.). O autor também detecta limites nessa abordagem:

É discutível, contudo, se a ênfase analítica posta no processo de socialização e, em consequência, na interveniência de longa duração no tempo de valores sociais introjetados pelos indivíduos é suficiente para explicar mudanças repentinas de atitudes do público a respeito do funcionamento de parlamentos, partidos políticos ou do judiciário, como muitas vezes ocorreu em anos recentes.

Em alternativa a essas visões, surgiu a teoria do desempenho econômico, atribuindo as questões da política aos resultados da performance de governos.

A premissa é que quando se verifica a capacidade de governos e autoridades para agirem continuamente de acordo com a expectativa dos cidadãos – algo que se forma a partir dos ciclos eleitorais –, produz-se apoio generalizado ao regime político (MOISÉS, 2005, n.p.).

O autor lembra o exemplo dos Estados Unidos para mostrar que essa concepção nem sempre se confirma. Mesmo com o crescimento econômico observado no país, os níveis de confiança política caíram ao longo dos anos.

No caso da situação norte-americana, algumas análises incluíam nos modelos explicativos os efeitos de acontecimentos como a guerra do Vietnã e o caso Watergate, sugerindo que era necessário levar em conta as percepções quanto ao sentido de probidade e justiça das ações de autoridades públicas para avaliar o apoio político, mas isso viola os pressupostos originais da teoria.

Nessa senda, interessante trazermos a abordagem de Amartya Sen (2010), em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, no qual menciona a insuficiência do desenvolvimento econômico como pressuposto único da melhora de vida do ser humano, uma vez que a produção de riqueza deve estar imbricada com uma distribuição de renda que possibilite o enfrentamento das desigualdades sociais:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2010, p. 28).

Pensarmos em outros fatores é uma necessidade, segundo o autor. Prossegue:

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também

permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 29).

Norris (1999) apud Moisés (2005) contrasta a teoria do desempenho econômico, apostando que “a justificação e os padrões de funcionamento das instituições encerrariam a chave para explicar as causas da confiança” (n.p.). Aquelas que cumprem as aspirações da população geram um sentimento de aproximação, e o contrário também ocorre.

O compromisso dos cidadãos com os fundamentos que incluem direitos e deveres de cidadania, traduzido pela mediação de instituições desenhadas para regular a esfera pública, conformaria o que alguns autores chamaram de cultura a partir da qual se pode falar em confiança política (MOISÉS, 2005, n.p.).

O contrário seria a *desconfiança*, resultante da corrupção ou eleições fraudulentas, por exemplo.

Por essa teoria, além da experiência anterior com as instituições, outros fatores que favorecem o engajamento cívico são “orgulho, lealdade e expectativas relativas às suas aspirações sociais, étnicas ou religiosas são alguns dos sentimentos correspondentes; a ligação dos cidadãos com sua comunidade política” (NEWTON, 1999 apud MOISÉS, 2005).

3.7 “ESQUERDA” *VERSUS* “DIREITA”: CONCEITOS AINDA RELEVANTES

A concepção de que não podemos mais distinguir entre “*esquerda*” e “*direita*” é contestada por Bobbio (1995). Essa díade “por cerca de dois séculos, a partir da Revolução Francesa, serviu para dividir o universo político em duas partes opostas” (BOBBIO, 1995, p. 33). Estaria defasada devido à crise de ideologias, aponta o autor, logo argumentando que “estão mais vivas do que nunca” (p. 33), sendo trocadas por outras, e que “não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise” (p. 33). Além disso, na sua visão, os conceitos não se resumem a essa dimensão:

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valoração [valutazioni] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (BOBBIO, 1995, p. 33).

Outro argumento é que esses conceitos se apresentam como insuficientes nas sociedades democráticas, caracterizadas por opiniões diversas. Bobbio (1995) aponta que há posições intermediárias. Mesmo que exista o centro e se torne cada vez mais numeroso, alerta ele, continuará sendo necessária a dicotomia original. A tentativa da terceira via é não se vincular à “*esquerda*” ou à “*direita*”, pois “idealmente, ela se apresenta não como uma forma de compromisso entre os dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro e portanto como uma simultânea aceitação e supressão deles [...]” (BOBBIO, 1995, p. 39).

Na busca de definir “*direita*”, o autor (1995, p. 80) cita uma expressão: “Nada fora e contra a tradição, tudo na e pela tradição”. Com base em Cofrancesco (1990) apud Bobbio (1995), lembra significados da palavra tradição: “memória histórica”, “fidelidade à nação”, “consciência da complexidade do real”. O homem de “*direita*” tem essa preocupação de preservar a tradição, enquanto o de “*esquerda*” quer interromper com privilégios de classe, raça e casta. Seu conceito principal seria então o de emancipação, diz Cofrancesco (1990) apud Bobbio (1995).

O filósofo italiano recorre ainda a Revelli (1990) para esclarecer que os conceitos de “*esquerda*” e “*direita*” não são absolutos, tendo conotações diferentes dependendo do contexto e do tempo, representando “lugares do ‘espaço político’” (p. 91).

A relatividade dos dois conceitos também se demonstra pela observação de que o caráter indeterminado dos conteúdos, e portanto a sua possível mobilidade, faz com que uma certa esquerda, ao se deslocar para o centro, possa se tornar uma direita com respeito a uma esquerda que permaneceu imóvel e, simetricamente, uma certa direita que se desloca para o centro torna-se uma esquerda com respeito a uma direita que não se movimentou (BOBBIO, 1995, p. 92).

Conclui então que “o extremismo de esquerda desloca a esquerda mais para a direita, assim como o extremismo de direita desloca a direita mais para a esquerda” (p. 93).

Bobbio lembra que Revelli propôs critérios de distinção como tempo (progresso-conservação), espaço (igualdade-desigualdade), sujeitos (autodireção-heterodireção), função (classes superiores-classes inferiores) e conhecimento (racionalismo-irracionalismo). Ele prefere o critério da igualdade-desigualdade, considerando-o fundador, pois

o critério mais frequentemente usado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade, o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar (BOBBIO, 1995, p. 95).

O filósofo admite uma posição contraditória, ao considerar que os homens são iguais e ao mesmo tempo desiguais. A primeira opção é válida se falarmos em gênero, mas a desigualdade é notada se notarmos cada um em particular. Ao voltar para o tema em questão, Bobbio (1995, p. 105) conclui: “De um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais”.

A “*direita*”, aponta, “está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado” (BOBBIO, 1995, p. 105-106).

A percepção sobre a igualdade serve para estabelecer as diferenças entre os perfis. Ele lança mão da “regra áurea da justiça” como exemplo: “Tratar os iguais de modo igual e os desiguais de modo desigual”, seguida pela pergunta: “Quem são os iguais, quem são os desiguais?” (BOBBIO, 1995, p. 107). O que justificaria o tratamento desigual? Quem tem um pensamento igualitário busca atenuar diferenças, prossegue o autor. A “*esquerda*”, então, se caracteriza, na avaliação de Bobbio, pelo igualitarismo,

desde que entendido, repito, não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO, 1995, p. 110).

Ele divide os movimentos políticos em quatro: na extrema-esquerda, identifica posturas “autoritárias e igualitárias”, na centro-esquerda, “igualitárias e libertárias”, na centro-direita, “libertárias e inigualitárias” e, na extrema-direita, “antiliberais e anti-igualitários” (BOBBIO, 1995, p. 119).

Termina o livro declarando-se um homem de “*esquerda*”, citando

o desconforto diante do espetáculo das enormes desigualdades, tão desproporcionais quanto injustificadas, entre ricos e pobres, entre quem está em cima e quem está embaixo da escala social, entre quem tem poder, vale dizer, capacidade de determinar o comportamento dos outros, seja na esfera econômica, seja na esfera política e ideológica, e quem não o tem (BOBBIO, 1995, p. 125).

A investigação conceitual de campos políticos historicamente reconhecidos contribui para o enfrentamento de discursos casuísticos que prejudicam um aprofundamento das identificações valorativas como pressuposto das ações políticas.

4 A VOZ DOS LÍDERES: A LUTA COMUNITÁRIA EM FOCO

A partir da análise textual discursiva, deixamos vir à tona os discursos dos líderes comunitários que possam revelar o seu papel na atuação política da população, suas aspirações e objetivos que os fazem se engajar em causas comuns. Essa metodologia, como vimos no capítulo anterior, se divide em quatro fases, culminando com um metatexto que contextualiza os discursos. O trabalho resulta ainda em “teses parciais” que dão pistas dos pontos essenciais.

Mantivemos os trechos tais quais expressos pelos líderes, com erros ortográficos, repetições e vacilações, ora com palavras cortadas ou reticências, entendendo que não apenas o que é dito comunica, mas também as pausas, os silêncios, os risos. Marcamos da mesma forma interjeições e sons diversos.

4.1 FRAGMENTAR PARA DECIFRAR

Na primeira fase da análise textual discursiva, fizemos várias leituras das entrevistas com os líderes comunitários, chegando a 69 unidades de sentido. Dividimos os fragmentos em letras e números. Vale lembrarmos que o questionário¹² incluiu perguntas sobre a atuação do líder, relação com partido político, influências na sua trajetória, histórico da criação das associações comunitárias, avaliação sobre a *mobilização* da classe trabalhadora e *orçamento participativo*, entre outras.

A entrevista com o Líder A resultou em 25 trechos¹³, divididos nos seguintes temas: razões para liderar, início no movimento comunitário/ditadura, expulsão do povo das vilas populares/Restinga, direito à ocupação, início do movimento comunitário, organização comunitária/conselhos, criação das associações, criação da Cootravipa, ocupação do PAM 3, diferenças do perfil da luta comunitária ontem e hoje, esvaziamento da luta comunitária, direito à moradia, obras da Copa, desencanto do líder, papel das associações, OP e a luta comunitária, OP e o papel do legislativo, OP e as obras engavetadas, perfil do líder ontem e hoje, “*esquerda*”

¹² No apêndice B, incluímos o roteiro básico das entrevistas. Outras perguntas foram feitas aos líderes a partir de suas respostas.

¹³ Nos apêndices C, D e E, anexamos as tabelas com os fragmentos que retiramos dos discursos de cada líder, com os temas correspondentes.

versus “direita”, pai preso durante a ditadura, a cidade como negócio, o individualismo como resultado da descrença na política, faculdade social e visão utilitarista.

Do discurso do Líder B, foram extraídos 19 fragmentos, já reunidos conforme sua significação. Os temas tratados são: porquê do líder, motivações para a atuação, influências, razões para criação de associações, crescimento do movimento comunitário, demandas para a luta e participação comunitária, resultados da luta comunitária, OP, líder e família, necessidades atendidas x falta de motivação para continuar luta, responsabilidade do líder, razões para a luta comunitária hoje, esvaziamento do OP, obras da Copa abrem nova onda de *mobilização*, centralização e vaidade do líder, anestesia das pessoas diante dos serviços precários, apoio, base do líder e governos de “*esquerda*” *versus* “*direita*”.

A Líder C abordou suas referências, início na militância, razões para atuar, foco na infância, papel de proteção, nepotismo, postura, vida pessoal, defesa da família, cooperativas/geração de renda, criação das associações, resultados do trabalho, desunião, reconhecimento, obstáculos culturais, contestações, questões femininas, demandas frustradas na luta comunitária, *militante como gestor*, OP/participação da prefeitura e da comunidade, falta de esperança e de proatividade, necessidade de renovação do movimento e concepções de “*esquerda*” e “*direita*”. Foram 25 fragmentos.

4.2 DAS PARTES PARA A BUSCA DO TODO

Depois de segmentarmos os discursos, em busca de sentido, partimos para a homogeneização, pensando nos pontos em comum entre os entrevistados e nas falas de cada um. Agrupamos os diferentes pontos de vista em sete categorias¹⁴, tendo como horizonte o foco principal do nosso trabalho: a luta comunitária e a desmobilização coletiva.

Lembrando que categorizar, para Moraes e Galiazzi (2007) é classificar, diferenciar elementos, simplificar, fazer uma síntese. Ou seja, chegar a um material que tenha significado e represente o todo.

Como escolhemos os métodos indutivo e intuitivo, a partir dos elementos trazidos pelos líderes, concentramos a análise nos seguintes conceitos: *liderança*, *personalismo*, *militante*

¹⁴ No apêndice F, colocamos a tabela reunindo os fragmentos dos três líderes com as categorias resultantes dos temas agrupados.

como gestor, mobilização apenas pelo mínimo, desencanto com a política institucional, orçamento participativo e “esquerda” versus “direita”.

4.3 UM NOVO ENTENDIMENTO

É chegado o momento de produzirmos um metatexto que combine as impressões dos entrevistados com a percepção do autor sobre a realidade, tendo em vista a nossa vivência nas periferias, o que nos permite corroborar ou questionar aspectos levantados sobre os temas aqui tratados. Nessa fase, emergem as “teses centrais” da dissertação, jogando luz para a nossa inquietação ao presenciarmos a suposta passividade das populações mais carentes diante da precariedade de serviços públicos e da constante ameaça a seus direitos. Notamos que nessa fase muitas vezes tópicos que estavam reunidos sob um conceito acabam tendo mais lógica em outro, nos levando a crer que as categorias não são fechadas em si e se relacionam umas com as outras.

Seguimos, começando pelo papel dos participantes da pesquisa, como veem sua responsabilidade, quais as diferenças entre sua trajetória no passado, quando foram criadas as associações de bairro, em relação a hoje, qual é o peso da dimensão pessoal na atuação comunitária, as barreiras enfrentadas pelas mulheres e a necessidade de oxigenação dos espaços, com a abertura a outros agentes.

4.3.1 Líderes, porta-vozes de uma comunidade calada?

Quanto à representatividade, os três concordam que cumprem a missão de reivindicar direitos para as populações atendidas nos seus territórios. “A gente acaba sendo uma referência no sentido de buscar melhorias e resolver problemas do cotidiano da comunidade, então, a gente acaba, na verdade, liderando esse, esses anseios e preocupações e muitas vezes sendo porta-voz das lutas da comunidade”, resume o Líder B, que, aos 41 anos, cresceu vendo os pais montarem uma entidade no tempo da ditadura civil-militar no país e se sobressaiu nas gestões do PT na prefeitura, quando da implantação do *orçamento participativo*.

Sexagenário, o Líder A assistiu ao engajamento na defesa da democracia, pelo fim do regime militar e presenciou a “limpeza” de Porto Alegre, quando os povos que residiam na zona central foram expulsos para a Restinga, dando origem a um movimento de luta pela moradia e pelo direito de viver a cidade. Esses agentes o influenciaram a empreender ações na Grande Cruzeiro em um período no qual não havia posto de saúde, escola e outros serviços básicos.

A Líder C, 57 anos, traz um outro olhar para essa dissertação, chamando a atenção para demandas com as quais trabalha diariamente – que não são menos importantes do que as enfatizadas pelos dois líderes homens. Fala no “direito de querer estar”, na importância de oferecer esporte, cultura e dança para as crianças e na emancipação das mulheres a partir de cooperativas que geram renda.

Com ela principalmente o tema da vida pessoal aparece, em especial a questão de gênero diante da sociedade patriarcal. “[...] em 96 eu me separei do meu marido. Porque aí eu fui para o movimento popular em 86, 89, e aí ‘tu vai (sic) te embora porque mulher minha fica dentro de casa’. E aí a ‘mulher minha’ já tinha aprendido a andar na rua. E aí tu tá (sic) mais na rua, tu cuida (sic) de filho, tu trabalha (sic), tu vai (sic) em reunião.” A esse grande estresse do dia a dia a Líder C atribui a morte de várias mulheres do movimento popular.

Para mudar essa concepção, ela acredita:

Não pode se trabalhar uma grande mulher, essa mulher tem filhos homens, ela convive com homens, se o marido, aí se separa, mas os filhos também não a respeitam, então eu acho que não se constrói uma grande mulher sem pensar no grande homem que está com ela.

O Líder B também menciona o quanto essa responsabilidade “nos suga”. Cita que quando teve o primeiro filho deixou um pouco de lado o movimento para se dedicar à família.

Difícil também, para ele, é a falta de apoio na condução das reivindicações. “As pessoas terceirizam. Já estão falando por mim, tu já fala (sic) por mim quando vai numa reunião do Conselho Distrital.” É preciso que tenha gente para levantar a mão, bater palma, gritar, cobrar junto, considera. Acredita que nesse aspecto as redes sociais contribuem para a desmobilização.

As pessoas estão vendo, eu estou vendo o que o Fabiano está fazendo, “parabéns, Fabiano”, vou curtir ali ó. Às vezes, nem fazer um comentário. Bom, o cara falou por mim. A gente vai ter solução. Não vai ter solução. Porque se eu não ir contigo, não ficar atrás de ti ali e berrar junto, não vai ter.

O Líder A expressa a mesma ideia, ao comentar sobre o fechamento de escolas e a falta de vagas para ensino médio na região. “O pessoal acatou, aceitou. Então a população não brigou

muito não. Então de um a dez na pontuação, dou um. Então tu vai (sic) brigar por uma coisa que a população não briga contigo?”, pergunta. Avalia que “o povo é muito complicado, é o mesmo que o mar, um dia está pra cá, outro dia está pra lá”. Exemplificou comentando que a festa de carnaval da sua associação reuniu mil pessoas e gerou muito contentamento, o que não acontece se algum pedido não é atendido. “O povo só te vê quando vê vantagem em ti, entendeu (sic)?”, constata.

O Líder A entende que hoje seu papel é ser “filósofo ou sociólogo da organização”, passando sua experiência aos jovens. Antes, para liderar, bastava ser o mais velho e conhecer todo mundo. Agora, segundo ele, os requisitos são: “Hoje tem que chegar e dizer quem é que tem condições de redigir uma ata, quem tem condições de fazer um projeto, quem sabe leis, pra poder brigar junto com a Promotoria Pública, entendeu, mostrando seus direitos, conhecimentos e dados”.

A Líder C defende uma renovação do movimento: “Tu tem (sic) que saber o horário que tu tem (sic) que sair e deixar outros fazerem, sabe, novas ideias, ar novo, oxigenação, sangue novo”. Corroboram o Líder B: “A gente tem que saber ensinar porque ninguém é eterno”.

Os líderes, embora se reconheçam como porta-vozes de suas comunidades, questionam a falta de engajamento dos moradores, cuja atuação muitas vezes fica reduzida a reclamações, sem necessariamente estarem juntos na luta comunitária. Essa constatação gera uma sensação de causa perdida, de energia mal direcionada, de esforço em vão. Em muitos casos, nos parece que os líderes estão falando apenas pela comunidade, e não com a comunidade. Ela fica calada, dando a entender que as bandeiras levantadas não são suas ou não a instigam.

Suas escolhas de vida os levaram ao centro de combate. Muitas vezes se sentem sozinhos na busca das metas coletivas. As pessoas se contentam em curtir *posts* nas redes sociais, e o apoio se resume a isso, afirma o Líder B.

Outro aspecto ressaltado pelos líderes é o custo pessoal de se dedicarem à militância comunitária, uma vez que justamente por inexistir um coletivo significativo acaba sobrecarregando-os.

A energia despendida em prol dos interesses coletivos, se não encontra respaldo na própria comunidade, acaba acarretando nos líderes um sentimento de esgotamento, cansaço e desânimo. Se por um lado apontam e criticam a falta de engajamento, porém, em nenhum dos três entrevistados notamos um *mea culpa*. Apenas a Líder C se questiona se é preciso modificar as estratégias para atrair a população. Todavia, não há entre eles reflexões sobre o seu poder de influenciar, aglutinar, reunir, ou mesmo sua responsabilidade perante a realidade que criticam. Ao tocar no tema da vaidade e das disputas, como veremos na próxima categoria, o Líder B

aponta alguns problemas, mas se coloca como a vítima e não parte do processo. Essa incapacidade de autoanálise, observamos como uma regra geral entre os líderes da região.

4.3.2 Personalismo: o eu acima do nós

Uma das características dos líderes que ficou explícita nas entrevistas e pode ser observada na prática é o *personalismo*, quando a visão pessoal se sobressai sobre o coletivo. A convicção de concepções acaba então não somando para o movimento e sim subtraindo força, unidade e foco na luta. Outra face dessa moeda é a disputa por espaços, o boicote a outros agentes, a busca por visibilidade, deixando evidente novamente que em alguns momentos passa a prevalecer o individual sobre o social. Toda essa arena fica ainda mais complexa devido à constante *desconfiança* entre os líderes em relação a possíveis postulações eleitorais.

Ao comentar sobre a desistência de concorrer a cargos eletivos e expressando sua decepção com a política, o Líder A revela o peso do *personalismo* nas decisões:

E aí por que eu vou ir para um partido com meia oito? Eu sou o partido. Eu sou o político. Ah, mas tem que ter partido. Não. Não me serve. Não me serve porque minha visão é essa. Lógico que pra ser político tem que ter o *pedigree*: isso, isso e isso. Não tem isso aí não adianta (entr. 1, Líder A).

A visão da política institucional como um espaço reservado a determinados grupos fica evidente em sua fala, que enxerga tal realidade como natural. Mais do que as bandeiras das associações ou conselhos comunitários, ele aposta que a sua presença por si só atrai os moradores.

Hoje na minha região predomina o Líder A¹⁵. Todo mundo conhece o Líder A. Aí consigo fazer um chamamento e o pessoal vem tudo (sic) porque confia no Líder A, na palavra do Líder A. Hoje, porque o Líder A tem 68 anos, cabeça branca, entende? Então o pessoal vê o Líder A como uma... Eu consigo. Outros não conseguem. O pessoal não vem. Eu já tenho esse patamar (entr. 1, Líder A).

O Líder B traz à tona a questão da vaidade. Comenta que, por ocasião dos debates sobre moradia em relação às obras da Copa, multidões se reuniam em igrejas, entidades e até na rua.

¹⁵ Visando não revelar os entrevistados, alguns trechos foram modificados. Em vez de Líder A, ele citou o próprio nome seguidamente nesse trecho.

Avalia que os líderes perderam uma grande oportunidade de manter essas pessoas na luta, “retomar essa relação”.

O Fabiano está à frente do negócio, o Fabiano está bombando lá, as reuniões lá da habitação, o Fabiano está chamando o povo e o povo está vindo e tal, eu não vou lá dar moral pra ele, daqui a pouco o Fabiano vai ser candidato a vereador, a isso, a aquilo, tu entendeu (sic)? (entr. 2, Líder B).

Relata que não foram poucas as vezes em que outros líderes “o queimaram”.

Dizem: “Ah, mas eu não tenho nada a ver com isso, isso não vai atingir a minha comunidade”. Isso não pode ser só pauta aqui. Questões que mexem com toda a estrutura da região. [...] As pessoas não conseguiram entender esse negócio. Elas ficaram cegas, vamos dizer assim, de ciúme, de inveja, infelizmente. [...] A gente vive um momento em que a sociedade de disputas, de egos, de vaidade e tal, aquilo que eu te falava, a gente perdeu oportunidades por isso de estar se potencializando numa pauta que eu estava à frente, talvez se fosse decisão da maioria poderia ter cedido a cadeira (entr. 2, Líder B).

As brigas internas, muitas vezes veladas, atrapalham a coesão de forças da comunidade. Quando o eu está acima do nós, uns trabalham para enfraquecer outros e isso se reflete no conjunto e não apenas na pessoa que é alvo. Em qualquer grupo, as afinidades juntam e as desavenças afastam. No momento em que o objetivo de ser de um projeto não está nítido, abre-se espaço para o interesse particular em detrimento do movimento popular.

Esse cenário de baixa aglutinação dos líderes talvez revele uma das grandes causas de desmobilização das comunidades: a divisão que corroe as pontes capazes de aproximar os agentes em um movimento coeso em nome dos interesses comuns.

Quando os cargos eletivos e a exposição pessoal passam a ser objetivos, a construção conjunta de valores fica em segundo plano. As conquistas da comunidade instrumentalizam discursos ou podem ser vistas como degraus para se alcançar metas individuais.

Nessa senda, nos parece evidente o problema existente entre os próprios líderes, gerando uma desunião que acaba prejudicando a *mobilização* da comunidade. As disputas de vaidades apontadas pelo Líder B são observadas naquele contexto territorial, o que resulta em cisões dos grupos e desavenças. Nesse cenário, o campo fértil para a *mobilização* da comunidade resta comprometido.

4.3.3 Militante como gestor: o dilema de estar “dentro” e “fora” do movimento

Um ponto importante foi levantado pela Líder C: o militante comunitário que se torna gestor de algum órgão do governo que funciona dentro da comunidade. Remunerado, passa a responder pelo serviço público prestado, ao mesmo tempo em que continua com o papel de agente dos movimentos sociais. Ou seja: está dentro e fora concomitantemente. Como a população o vê? Como pode cobrar de alguém que é seu vizinho, seu parente, seu companheiro em uma entidade? Além dessas inquietações, a Líder C percebe que ele não tem realmente o poder de decisão, de garantia de que a população seja atendida.

Então as pessoas estão ali e elas são parceiras, elas são companheiras, mas elas são garotas de recado, sabe, enquanto o... Eu levo lá pra uma outra fase da ditadu... da história, sabe, na qual os grandes manda-chuvas mandavam, sabe, e usando a mulher. Vou fazer assistência social e eu entendo um monte disso. Então eu não me sinto hoje à vontade em brigar com a direção de nada, a direção, ela está ali, é o gerente do espaço (entr. 3, Líder C).

Relata que essa situação é mais recente, pois antes quem coordenava o Centro Administrativo Regional (CAR) e chamava para o Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP) não podia residir no bairro. “Hoje ele mora na região, ele é nosso amigo, amigo nosso de infância, entende, que aí chama, o prefeito não vem, o secretário não vem, não tem resposta.”

A Líder C evoca aquilo que entende como um aspecto essencial: o governo e a luta comunitária não podem estar misturados.

O governo não é parceiro do movimento popular. O movimento popular é uma coisa, o governo é outra. O movimento popular surgiu exatamente pra isso: pra impulsionar o governo a fazer, senão não era preciso. Aí a gente fica amém do movimento popular, então eu sou CC do governo e eu fico aqui como outro qualquer, fazendo pelo bem-estar do meu governo, daí não serve. Eu tenho que decidir: não dá pra servir o movimento popular e o governo (entr. 3, Líder C).

No momento em que o militante é “cooptado” como gestor, sua capacidade de lutar pelos interesses da comunidade resta limitada. Está comprometido com o governo que o contratou e paga seu salário. De dentro da periferia, é visto como parte dela, mas já não direciona seus esforços para beneficiá-la com a mesma convicção e espírito de enfrentamento. Acaba por fim legitimando o regime. Essa preocupação da líder C revela um dos maiores dilemas das lutas sociais, qual seja, a possibilidade de o militante ocupar um cargo estatal com

a *expertise* de atuar à luz de seu conhecimento de causa, porém correndo o risco de perder o mesmo espírito crítico que detinha anteriormente.

4.3.4 Mobilização pelo mínimo – ou seria o máximo em importância?

Porto Alegre tem tradição de *mobilização* popular. Foi a luta de líderes e suas comunidades de diferentes regiões da cidade que garantiu direitos como moradia, abastecimento de água, ligação elétrica, pavimentação, saneamento, recolhimento de lixo, postos de saúde, escolas e outros, especialmente em áreas da periferia. Os três entrevistados concordam que as associações de bairro foram criadas com o intuito de tratar dessas questões básicas.

Essas conquistas de décadas passadas são tidas como motivo, para o Líder A, da atual falta de interesse das pessoas em participar de reuniões em prol das reivindicações coletivas.

Na época não tinha asfalto, não tinha saneamento básico, nem cloacal nem pluvial, não tinha luz implantada. Na época não tinha o posto de saúde na região. Na época não tinha escola na região. Hoje a região tem tudo isso aí. E a população que lutava não mora mais aí. São jovens novos que estão, os antigos foram embora. Os jovens estão aí e já pegaram tudo pronto. Quem pegou pronto vai saber da história? Só os velhos que lutaram para ter as suas, os seus direitos. Hoje a população são mais de vendedores. Ah, não tinha transporte. Quer dizer, nós temos aqui no entorno da Grande Cruzeiro 11 escolas, 11 escolas numa região de 6 mil, de 12 hectares, temos dez postos de saúde, um pronto-socorro. Temos transporte, temos seis linhas de transporte e lotação, ou seja, municípios, nem precisa pegar nossos aqui. Exemplo: se tu for (sic) a Rio Grande, não tem isso que nós temos aqui. Rio Grande. São Lourenço então, não chega nem perto. Só tem um posto de saúde, dois. Tu vai a Rio Pardo, só tem dois postos de saúde, três. Nós temos uma riqueza imensa aqui na região. Uma população que tem em torno de 25 mil pessoas. Então, o perfil mudou (entr. 1, Líder A).

Segundo ele, o fato de a população ser razoavelmente atendida na Grande Cruzeiro, no que tange às necessidades mais básicas, acaba dificultando a *mobilização* para o avanço das melhorias.

O movimento comunitário, ele se organiza quando existe a necessidade da comunidade. Então para tu chamar (sic) a população pra discutir seus interesses eles vêm pra discutir o quê? Ah, eles vêm pras (sic) reuniões quando querem serviço, esgoto entupido, que é o lixo, que o DMLU não passou, mas aí não vem todo mundo, vem duas, três pessoas. Eles querem transporte, pá, pá, pá (sic). Aquelas coisinhas, mas lutar pela grande causa, o movimento hoje não tem mais, terminou. Só existe a Zona Norte, a ocupação das vilas irregulares ainda, que é preciso regularizar as vilas. Ah, porque são áreas que estão ocupadas irregularmente, entendeu, áreas privadas. A Zona Sul, aqui nessa região, não tem áreas privadas ocupadas, tem áreas do governo,

e tem uma lei do governo estadual e municipal, que terreno estadual não pode ser despejado, né. [...] Santa Tereza a mesma coisa, porque tudo ali é área do governo estadual ou do INSS ou do quartel. Então o governo jamais vai tirar essa população daqui de dentro. [...] Então, ela está aqui, mas na volta dela tem, em torno de 10 mil metros, seis escolas na volta. Então não afetou. E o povo também não está pra lutar muito, vai, vai meia dúzia, ocupamos lá dentro, mas com meia dúzia, o pessoal não lutou porque... Mas imagina só tu chegar (sic) lá em ribeirinha, só tem uma escola, e fecha a escola ribeirinha. É ou não é... Daí o pessoal vai ter que atravessar o rio de caíque pra ir pra outra escola. O bicho pega, não pega? Aqui não. Fechou aqui, o pessoal vai... Até porque o Alberto Bins é uma escola que a população ia tudo nessas voltas aí, o pessoal que está do lado da Guerreiro Lima ia pra lá. Não afetou muito não. Afetou uma meia dúzia ali, mas aí o pessoal já se esquecendo ninguém, nós, do movimento comunitário fazendo plantão ali dentro e o pessoal não nos apoiou. [...] Tu tem quatro postos de saúde, mil metros de distância. Isso tem nos municípios? Não tem. Aí o pessoal não sente. Não é como tu fechar o bairro todo (entr. 1, Líder A).

Entendimento semelhante tem o Líder B. “A criação das associações aqui elas se deram em cima da luta, da necessidade de buscar melhorias pras (sic) suas comunidades.” A entidade a que pertence foi fundada em 1979, no período em que a cidade recebeu pessoas vindas do interior do Estado que ocupavam espaços vazios, especialmente perto do Centro.

Os sindicalistas que faziam o enfrentamento basicamente às políticas dos governos ditadores que nós tínhamos, eles começaram a olhar esse movimento de migração também de uma forma de organizar esse povo pra buscar melhorias e reforçar também a partir disso o enfrentamento à ditadura (entr. 2, Líder B).

A partir do *orçamento participativo*, com as conquistas, o Líder B afirma que houve a redução do movimento comunitário.

No momento em que as pessoas conseguiram o esgoto na sua casa, a água encanada na sua casa, o asfalto na sua casa, uma creche pra sua comunidade, né, o atendimento ali no postinho de saúde, mesmo que precário, o resto tudo perdeu importância. [...] Então eu não preciso ir na reunião, ah, mas a reunião vai tratar agora do tema da saúde, 7, 8 horas esperando atendimento, vai tratar do medicamento que falta na farmácia, vai tratar da creche que ficou pequena porque a demanda é muito maior, ah, mas “eu já não tenho filho, eu não estou doente”, não que não vá adoecer, mas veja só o pensamento das pessoas. E é isso que a gente começou a ouvir. “Eu não preciso mais.” [...] Perdemos o, digamos assim, o cordão umbilical com essas pessoas, daí essas coisas que eu te coloquei acabaram sendo a justificativa pra que eles ficassem em casa assistindo à novela, ao Jornal Nacional, vendo filmezinho e hoje nós vemos isso (entr. 2, Líder B).

Defende que o tema da saúde seja prioridade.

Tem sido secundarizado ao longo do tempo, então a gente tem denunciado aí, recebi de uma certa forma o reflexo disso, por meter a colher contra os governos, você sabe como é que funciona, né, o aparelhamento, e hoje eles estão, bem claro, né, essa podridão está inserida no Judiciário, no Legislativo, no Executivo, né, então a gente acaba sentindo o reflexo, mas não dá pra se acovardar (entr. 2, Líder B).

Para ele, “as pessoas parecem anestesiadas”.

Essa questão da saúde, aí, tão importante, se você for agora no Postão, se não tiver 200 pessoas aguardando, tem mais, não menos. Chama para uma reunião pro pátio ali, pra falar de um tema, de uma mobilização, de um protesto, as pessoas começarem a expor o descontentamento com tudo aquilo que está acontecendo, as pessoas não saem, Fabiano, às vezes, até viram a cara lá dentro, mesmo estando ali a cinco, seis horas aguardando (entr. 2, Líder B)

O Líder B diz que é preciso recorrer às universidades para compreender como as pessoas não se manifestam pela precariedade na saúde, no transporte. Exemplifica que antes se ligava para o Departamento Municipal de Água e Esgotos, davam 48 horas para fazer o atendimento e em duas horas já enviavam uma equipe para o local.

Tomara que seja só em Porto Alegre, que não seja uma coisa nacional, porque a capital da participação popular, a capital do orçamento participativo, a capital de um monte de coisa hoje a população está anestesiada, né, com todos esses dilemas que a gente enfrenta no dia a dia (entr. 2, Líder B).

Antes as reuniões tinham 200, 300 participantes. Agora, diz o Líder B, se chegarem a 20, “temos que soltar foguetes” porque “era questão do que não tinham, hoje eles têm tudo. E ao mesmo tempo vão ficar sem nada se continuarem nessa inércia”.

Assim como o Líder A, cita também o fato de a Grande Cruzeiro não ter ensino médio e ainda perder a escola Alberto Bins, fechada pelo governo do Estado durante a gestão Sartori. No passado, havia a Emílio Meyer, com cursos técnicos.

Lembrando sobre a nova onda de mobilizações com as obras da Copa, o Líder B menciona a participação, por exemplo, de 700 pessoas em assembleias e mais de 200 reuniões. Em 2011, a população reivindicava a permanência na região, alternativas para habitação e indenização, além de questões relativas ao esporte, pois a duplicação da Avenida Tronco incluiu vários campos de futebol.

[...] reunião na Vila Silva Paes, nós fazíamos dentro da igreja lá, da Assembleia de Deus, então na época, as reuniões ali sempre lotadas. Daí certo dia a gente marcou a reunião lá e o pastor não apareceu. E o povo todo aguardando pra entrar na igreja. Aí tinha um beco, né, a gente procurou o melhor lugar onde tivesse melhor iluminação, colocamos uma caixa de som e ali a gente fez a assembleia dos moradores com a prefeitura, um negócio fenomenal. [...] A comunidade toda ela na rua. Os caras no beco ali, no acesso, o negócio lotado. Então esse negócio é pra arrepiar, Fabiano, vamos pegar o seguinte: a Vila da Figueira foi diretamente atingida, 19 famílias ali da Dona Zaira, por quê? Porque a prefeitura adquiriu o terreno atrás pra construir 224 unidades e ali aquela vila que estava ali, precária, na encosta, que era uma encosta de morro, se tu entrar ali vai ver que em alguns lugares dá três e meio, quatro metros de altura, né, num barranco que passava, as pessoas tinham que sair, elas foram cadastradas para o projeto da Tronco pra voltarem pra lá ou qualquer outro

empreendimento da prefeitura que quisessem, tendo os mesmos direitos atingidos aqui, bônus-moradia, indenização, o que eles quisessem. Então ali também o seguinte: ali era reunião na rua, meu irmão (entr. 2, Líder B).

O direito à moradia motivou também a criação das associações na Cruzeiro, aponta a Líder C. Lembra ainda o papel da União de Vilas na orientação dessas entidades, na escolha de seus representantes, na definição do estatuto.

No atual panorama, ela aponta outro aspecto da falta de *mobilização*: a pouca efetividade das ações.

Você brigava hoje por mais médicos e amanhã você tinha mais médicos. Você brigava hoje por um posto de saúde que estava fechando, amanhã você tinha medicamento, hoje não. Hoje você briga, briga e as pessoas que estão na briga contigo são iguais a ti, tu não tem (sic) com quem brigar, não tem (sic) como brigar, como garantir direitos hoje, aquele era um movimento de garantia de direitos, de garantia de atendimento à saúde, e a saúde básica, que era o primeiro atendimento. Hoje tu não tem (sic). Hoje tu briga (sic) com quem? [...] Então, sabe, hoje a gente briga para estar junto, a gente briga pra manter o espaço aberto, não pra garantir direitos (entr. 3, Líder C).

Para os Líderes A e B, a existência de serviços públicos mínimos contribui para uma espécie de letargia da população, gerando um fenômeno de esvaziamento da luta comunitária. Isso tem como corolário o enfraquecimento dos próprios líderes.

Talvez um exemplo que corrobore com as percepções descritas acima tenha sido a chamada reforma trabalhista, que, mesmo tirando direitos da classe trabalhadora, na comunidade da Grande Cruzeiro, não houve nenhum tipo de manifestação contrária.

No sentido das colocações apresentadas, aqueles temas que não dialogam de forma mais direta com a vida dos moradores de periferia dificilmente se tornam foco de atenção desses. Logo, pela percepção desses líderes, as necessidades que atingem um imediatismo mais severo são componentes *sine qua non* para uma efervescência coletiva.

Uma questão que nos chama a atenção é: como pensarmos em uma identidade social apontada por Kelly a partir da visão crítica dos próprios líderes em relação às suas comunidades? Como forjar uma coletividade se existe o “eu” e o “eles” separados?

Mais uma vez, a ótica apresentada é no sentido de ver a desmobilização como um fenômeno alheio à figura do líder. Passamos a nos perguntar em que medida esse cenário é apontado pelos líderes como uma percepção da realidade ou uma forma de autojustificativa tácita.

4.3.5 OP: o auge ou o ocaso da luta popular

Parte do nosso roteiro de perguntas aos líderes, o *orçamento participativo* igualmente surgiria nas suas respostas pela centralidade que assumiu na luta por melhorias nos bairros de Porto Alegre. Com a propriedade de quem fez parte do processo, o Líder B acredita que o exercício da democratização foi propiciado pela concepção dos governos da Frente Popular, gerando a criação de associações e comissões de acessos de ruas. A partir do final dos anos 1980, o crescimento foi “fenomenal”.

Então isso fez com que as pessoas viessem, se organizassem, começassem a decidir o rumo dos recursos investidos pela prefeitura e aí esse momento serviu também pra gente ver a riqueza do movimento comunitário, pena que haja poucos registros sobre isso porque naquela época a gente via multidões participando (entr. 2, Líder B).

No início, a cada 20 moradores podiam indicar um delegado para integrar as assembleias, que eram acompanhadas pelo governo.

Porque esse povo depois ia para os fóruns de participação popular, do orçamento participativo, então ali era no voto, era no crachá, e assim eram decididas as coisas. Então esse negócio acabou fazendo com que as pessoas se organizassem e a gente começasse a ver as melhorias, uma coisa quase que imediata, ninguém acreditava que aquele negócio ali pudesse dar certo (entr. 2, Líder B).

As conquistas eram amplamente comemoradas:

E quando começaram a surgir as redes de esgoto, água encanada, você não sabe a felicidade que era da nossa comunidade. Como era bom pra nós poder (sic) tomar um banho de chuveiro, aquecido, ali, no verão, no inverno, com aquilo que nós buscamos, né, porque o governo não estava dando pra nós de graça, o governo estava colocando pra nós a possibilidade de buscar trazer e pra isso tinha que fazer esse esforço, tinha que lutar, tinha que ir pro OP, tinha que sentar com os governos, tinha que acompanhar, tinha que fiscalizar as obras pra que elas acontecessem de uma certa qualidade. O valor que teve isso pra nós, né, e o custo disso, né, de suor, de esforço, um negócio bem bacana (entr. 2, Líder B).

Nos anos 2000, a indicação para o FROP começou a ser feita pelas associações, incluindo o presidente e mais três delegados. O Líder B avalia que isso “esvaziou o orçamento participativo” e “fez um desserviço para o movimento comunitário e as mobilizações sociais”. Essa mudança de regras ocorreu no momento em que as pessoas também passaram a acompanhar os assuntos pela internet.

Agora estamos em outro tempo, modernidade e tal, não tem mais por que as pessoas estarem reunidas, hoje elas acompanham pelo, por mensagem, pela página, pelo blog, era blog, não tinha face ainda. Então nós quebramos com a cultura aqui na Cruzeiro de mobilização, quebramos com a cultura aqui na Cruzeiro de dialogar diretamente com a população e aí o seguinte: quando se perde a cultura o que acontece? (entr. 2, Líder B).

A Líder C compara aquele momento do auge do OP com as reuniões de hoje.

Você tinha aquela reunião anual do prefeito e seus secretários, né, na comunidade. Você ia lá e você tinha 800, 600, 500 moradores, moradores, 100 moradores. Hoje você vai pra reunião, o prefeito nem vem na comunidade. E, nos últimos cinco anos, quando vinha, você tinha quantas pessoas? Tinha mais CCs, secretários e outros do que a comunidade. Então isso é o que tem que pesar (entr. 3, Líder C).

Concorda também com o Líder B quanto à agilidade na prestação de serviços. “Tinha a reunião do FROP e depois do Fórum de Serviços. E os caras vinham, saíam dali com a demanda de serviços, na semana seguinte, dali a um mês o serviço estava pronto.” No entanto, ela opina que hoje não precisaria mais existir.

[...] uns oito anos daí, ele já podia ter, sabe, fechado seu ciclo, fechado seu ciclo, repensado sua fórmula, porque é aquilo, era um projeto de outro governo. Então, deveriam, “nós não sabemos fazer”. E contrata quem faz, e vira qualquer coisa. As pessoas deixam de ser importantes, a acessibilidade das pessoas deixa de ser importante, a saúde das pessoas deixa de ser importante, as coisas deixam de ser importantes (entr. 2, Líder B).

Para o Líder A, o grande problema do OP foi transpassar a luta feita já pelas associações e “legislar” pelos vereadores. Fora o fato de a população defender pautas irrealizáveis, na sua visão.

Então o custo começou a ser muito alto pra prefeitura pra fazer certas coisas. Aí começou a ficar na gaveta. Com isso começou a dar guerra. Por quê? Não botou as regras? Você que quer fazer isso, mas tem que fazer levantamento, pá, pá, pá, pá, (sic) vê se é possível. Não. O povo decidiu, tem que fazer. Um exemplo, abrir o bairro Glória, Oscar Pereira, para ir lá para a Restinga, os morros. Não há condições, né? Porque tem a SMAM, que não deixa passar, tem as pedreiras, então e o custo é muito alto pra abrir aquela via para Restinga e não é como a Tronco, é parelha, né? (entr. 1, Líder A).

Ele vai ainda mais longe, atribuindo ao OP o enfraquecimento da luta comunitária ou até mesmo seu fim:

A associação até na década de 90, 95, até 2000, através do OP, o OP foi um mecanismo muito complicado. Dava a César o que é de César (risos), o seguinte, cada associação podia plantar o que queria dentro de sua comunidade, e o OP implantava. Posto de saúde, não sei o que mais, não sei o que mais, não discutia o planejamento do bairro.

O povo pedia e ganhava. Isso era o grande problema do OP. [...] Quando chegou o OP, ele chegou para demandar serviço que nós buscávamos na luta social comunitária, certo? O OP veio pra matar o movimento comunitário. [...] Antes tu pegava (sic) o povo na rua e o OP veio pra fazer aquele negócio, como é que é, tu quer (sic) modelar as coisas, como é que é, ele veio pra botar as regras. E aí acabou com a luta. Acabou com as lideranças comunitárias. Mudou o conceito, acabou com os agentes comunitários e criou os conselheiros do OP, que era um dedo político também, da prefeitura. [...] “Não, vocês estão todos soltos. São tudo (sic) boi xucro no campo. Cada um vai ter que ter o seu curralzinho.” Pegou uma cartilha e veio o sociólogo, que são outros malandros, sociólogo e filósofo é pra isso, né? Vem pra dizer o que o povo pensa, não é o psicólogo. Vem pra: “Não, vocês não estão organizados. Vamos ter que organizar agora. Põe as regras num livro e o governo vai dar pra vocês, vocês não têm que ir lá brigar com o governo. Vocês têm que se organizar entre vocês e levar ao governo as propostas.” E o governo, fatiando o bolo, pega 10% para o OP da cidade. E as regiões tinham que brigar entre si para se organizar, demandar entre si, e deu aquilo que o povo gostava, né? Dar ao povo um pedaço do bolo pra comida, né? E o pessoal começou a comer aquele bolo e se esqueceu o seguinte: esqueceu o futuro (entr. 1, Líder A).

É possível verificarmos uma tácita defesa do Líder A quanto ao tipo de organização antecedente ao advento do OP que julga a mais positiva para o movimento comunitário, haja vista que nesse contexto os líderes de associações detinham significativa força perante o poder público. O questionamento que merece atenção é se nesse contexto o clientelismo encontra um campo mais fértil, pois a relação fica reduzida apenas aos líderes de associações e o Estado.

O referido Líder A menciona que a prefeitura incutiu no povo que ele passava a ser vereador do seu bairro. “Então a Câmara de Vereadores não precisava existir mais.”

O entrevistado aborda lacunas na dinâmica do OP: a ausência de cursos de capacitação para que os cidadãos tivessem condições mais adequadas para apontarem as prioridades relacionadas às políticas públicas dentro de uma perspectiva de planejamento das demandas a serem deliberadas. Com a consolidação dessas condições, haveria a possibilidade de um resultado mais eficaz das escolhas orçamentárias.

Instrumento de relevantes conquistas da população de Porto Alegre, o OP ficou quase invisível nos últimos anos, sem que sua efetividade tenha sido reivindicada por essa mesma comunidade beneficiada. Os próprios líderes questionam a necessidade de sua continuidade, embora reconheçam a sua importância no destino das verbas públicas em prol da região. A Líder C fala em fim de ciclo, como se o instrumento fosse restrito a um partido, a uma gestão.

Há uma narrativa histórica de que determinadas políticas públicas são compreendidas mais como uma conquista da sociedade do que uma deliberação governamental. O orçamento participativo é um exemplo disso. Sem desconsiderar o movimento da sociedade porto-alegrense por esse objetivo, temos dúvidas se é possível afirmar que tal instrumento de democracia participativa se encaixa tão somente nessa perspectiva de conquista como fruto da luta social.

A nossa inquietação acerca dessa compreensão do OP se dá na medida em que o esvaziamento da capacidade do processo de determinar o planejamento orçamentário do município não gerou na sociedade um movimento genuíno de defesa pela perenidade do OP como instrumento de democracia participativa substancialmente protagonista. Embora exista formalmente até os dias de hoje, é possível verificarmos o seu esvaziamento no que tange à sua verdadeira capacidade deliberativa sobre o orçamento público, a sua mera formalidade, sem que as demandas apontadas pela população saiam do papel grande parte das vezes.

Segundo Azevedo (2019), no ano de 2017, as assembleias do OP foram suspensas pelo atual prefeito da capital gaúcha sob a justificativa do grande número de demandas atrasadas (p. 62). Nesse período, não houve nenhum movimento popular em defesa do instrumento.

4.3.6 Descrença na política

Esponaneamente, os entrevistados trouxeram a questão da crise da representatividade política institucional, nos dando pistas de que a desmobilização da comunidade passa também por um contexto de descrença geral no sistema, levando a crer que todo governante age de má-fé, em benefício próprio e sem preocupação real com os anseios da população.

O Líder A é taxativo:

Todos se vendem por meia dúzia de dinheiro, aí depois os políticos vão lá pra dentro, os políticos seguem o partido, o partido político, e pede o voto para a população, mas não defende o povo, defende o partido político dele. E o partido político defende o quê? Dinheiro. Então... só uma pergunta: o partido sobrevive sem dinheiro? Tem que vender a alma pra ter dinheiro. O partido tem que ter cargos. Felizmente, eu, graças a Deus, não pude ser vereador porque seria expulso do partido. (Risos.) Então não adiantava, eu ia ser expulso do partido. “Você tem que votar nisso e naquilo.” Vou votar coisa nenhuma (entr. 1, Líder A).

Comenta que não vai entrar em um novo partido porque “vou dizer as verdades e daí todo mundo não vai querer aceitar”. “Partido é pra trabalhar nas comunidades, nas favelas, esse é o partido. O partido tem isenções que custam milhões por mês. Partido tem que vir aqui na favela ver a situação da associação¹⁶, a situação das creches, defendendo.” Aponta ainda que os políticos não vão às comunidades. “Vê se tu pega um vereador caminhando pela Tronco, aqui

¹⁶ Nome da associação retirado para manter a identidade do entrevistado sob sigilo.

entrando. Quando vem é pra fazer asfalto aqui, nas costas, pra fazer média. Isso é pra se organizar e ver esses problemas.”

A Líder C traduz a situação atual como “falta de esperança”.

Inúmeras pessoas registram solicitações de serviços e não têm sido atendidas. Inúmeras pessoas solicitam, usam o 0800 pra saúde e não são atendidas. Inúmeras pessoas pedem pra cortar a grama do traçado viário que leva até a parada de ônibus e não são atendidas, sabe, e depois, a conjuntura do país, sabe, leva a pensar que é tudo igual. [...] Eu acho que a gente vem perdendo... Se não há tesão, não há solução, é um livro que eu tenho lá em casa. [...] Eu acho que é isso: falta de esperança. [...] Então tu vê que os serviços relacionados para a criança e o adolescente que os funcionários trabalham nessa região, eles vêm. Liderança, morador é que a gente está com dificuldade. E eu acho que é por isso mesmo, o desencanto. E por isso eu acho que tem algumas dinâmicas a adotar, dinâmicas que a gente precisa adotar pra construir vínculo. Porque se a gente constitui vínculo a gente anda na chuva junto, a gente dá as mãos e impede um ônibus de andar, a gente diz vamos amanhã ou vamos agora juntar pneu e amanhã de manhã trancar a rua (entr. 3, Líder C).

A conjuntura de desencanto com a política afeta a todos. A quem seguir? Como acreditar naquele político se a maioria advoga em causa própria? Em quem depositar confiança se as denúncias estão por todo lado? Em um Brasil hierarquizado, com uma democracia frágil, o campo da política é o espaço dos privilegiados. Para se manter na luta, os agentes comunitários precisam superar muitos obstáculos, ocupar um lugar que sempre lhes foi negado. Para tanto, aqueles valores historicamente impregnados na sociedade como o patriarcado e o coronelismo precisam ser superados em uma perspectiva de democracia participativa.

A defesa da democracia no Brasil ocorre com viés de formalidade. Reconhecemos a importância de eleger os representantes, mas não há na população forte oposição à supressão de direitos. Nessa seara, o entendimento da responsabilidade política fica adstrita ao voto, sem o dever de uma atuação mais ativa do cidadão. Os políticos e os partidos são vistos como outros, alheios à sociedade. A crise de confiança nas instituições expõe um sistema frágil. A estabilidade aparente se corrói e, como em um ciclo, todos apontam a culpa nos outros e não se veem como parte do problema e da solução.

4.3.7 “Esquerda” *versus* “direita”: da ideologia ao pragmatismo eleitoral

Quando abordamos as suas compreensões sobre “*esquerda*” e “*direita*”, foi possível observar algumas semelhanças que perpassam todos os entrevistados. Ao se manifestarem sobre

tais temas, todos reduzem a compreensão dos campos ideológicos a meras perspectivas de disputas institucionais de poder. Ou seja, em nenhum momento das entrevistas houve por parte dos líderes uma clara separação da política partidária que concorre aos cargos eletivos com o campo ideológico e filosófico que baliza as identidades e compreensões do mundo, os valores que dão significado e diferenciam os campos da “*esquerda*” e da “*direita*”.

O que nos parece ser uma baixa densidade de formação política, somada às denúncias de corrupção e à campanha massiva da mídia, acreditamos que contribui para a confusão de conceitos demonstrada pelos três líderes comunitários.

Durante toda a entrevista, o Líder A fala sobre o tema. Começa deduzindo que a “*esquerda*” não preparou a população para reivindicar seus direitos quando não mais estivesse no poder. Defende uma faculdade social que capacite as pessoas a trabalharem na própria comunidade. Ao voltar a governar, avalia que a “*esquerda*” deve retomar a sua ligação com os movimentos sociais. “Agora, não adianta tu ficar (sic) no poder 25 anos e o país ficar na mesma. Ah, o país melhorou, melhorou aonde? Nesses 25 anos de governo? Com o pessoal da “*esquerda*” melhorou? Não melhorou”, conclui.

Remetendo à discussão do Plano Diretor de 1979, diz que presenciou o fato de os vereadores de “*todos os lados*” se unirem para “*retalhar a cidade*”:

Teriam que mexer na área rural, passar para a área urbana. Porque quando eu viajava daqui para a Restinga, eu via o pessoal da Hípica tudo vazio. Eu dizia: “Porra”. Eu não entendia por que a Restinga lá, área urbana e aqui ia ser construído Belém Novo. Por que lá tinha um monte de casas, moradia, Barro Vermelho, não sei o que lá, Lageado, aqui, a Hípica, que era uma área nobre, linda, não podia ter casas. [...] Porque era área rural. Só podia ter sítio. Terreno de 15 por 30 não podia ter mais, de 12 por 30. Queriam que desmembrasse também, fizeram um projeto de 5 por 25. Olha bem, 5 por 25. Então, o terreno normal que era de 10 por 25 eles fizeram dois. Aí era para ter 300 terrenos, saíram 600 terrenos. Na Costa Gama, tudo área rural, né. Área urbana. Aí veio Alphaville, as empresas poderosas e os vereadores bancando. E eu estava lá, me lembro hoje, parece ontem. “Líder A¹⁷, tu que enxerga (sic) melhor, risca pra nós o mapa aqui.” (entr. 1, Líder A)

No momento de usufruir do poder, o Líder A não distingue “*esquerda*” e “*direita*”. Acredita que ambas têm mecanismos de dominação. A primeira por deter a riqueza e escravizando o povo. A segunda, ao criar conselhos ou órgãos de representatividade para se colocar e acabar se tornando alternativa.

Faz questão de separar o filiado que milita na periferia daqueles que exercem cargos.

¹⁷ O entrevistado cita o próprio nome, mas optamos por substituí-lo por Líder A para preservar sua identidade.

A esquerda tem que ter uma visão social, não estou falando da esquerda da militância, entendeu, estou falando dos caras do poder, com a decisão de caneta na mão pra fazer o que tem de fazer, não é falar do pessoal que está lutando aqui em baixo pra melhorar lá em cima, entendeu? Estou falando do cara sentado lá em cima, com o poder da caneta na mão, que estiver tudo pra fazer e se esquecer de fazer porque começou a comer caviar (risos) (entr. 1, Líder A).

Acusa inclusive os partidos desse campo de aprovarem junto a venda do patrimônio brasileiro, citando a Vale do Rio Doce, a Embratel.

Outra crítica é o que ele entende como ausência de representantes da “*esquerda*” na comunidade. “Na época, quando a esquerda queria o poder estavam todos aqui dentro. Esqueceram depois de voltar. Aí acabou. Agora deram de mão beijada pra direita. Deram porque quiseram.”

As críticas contundentes do Líder A se devem à sua percepção do contexto histórico que considera como “*esquerda*” um amplo espectro da política partidária. Soma 30 anos no poder, na sua leitura.

Começou pelo governo Sarney e veio até agora. Collor foi da direita? Perdeu para o Itamar, o Itamar era esquerda, não era? De esquerda, depois veio o Fernando Henrique Cardoso, de esquerda. O modelo de gestão do Fernando Henrique Cardoso, o Lula copiou todinho, não copiou? (entr. 1, Líder A).

Ao ser perguntado sua opção, o Líder A diz que representa “a esquerda natural”, não a “radical, que não me serve”. Depois de fazer essa afirmação de forma convicta, se contradiz:

[...] eu sou daquela esquerda, nem sei esquerda, não sou esquerda nem direita, eu sou aquilo que acho que tem que ser: eu acho que não tem que ter esquerda nem direita, tem que ter aquilo que a população tenha condições de ter no prato feijão, arroz e um bife pra comer, tem que ter internet, televisão, transporte público, uma boa roupa, vestimenta e conhecimento. Todo cidadão tem que ter seus direitos, isso é ser esquerda (entr. 1, Líder A).

O Líder B se confessa com uma origem de “*esquerda*” por uma questão partidária e de identificação. No mesmo momento, porém, se mostra flexível como o outro entrevistado.

Não diria que sou de direita, mas a questão de ideologia se perdeu tanto, né? A gente vê o reflexo disso na sociedade, né. O que é esquerda? O que é direita? No passado não tão recente, quando era da Administração Popular, essa questão do PT interno, isso refletia na sociedade, né, se dizia, Porto Alegre capital da esquerda, no Largo da Epatur, que a gente ia lá, não podia nem se mexer, de tanta gente que a cada final de eleição, que era o ponto de encontro, o povo saía, tomava a Cidade Baixa, notícia de jornal, não é eu que estou falando: capital da esquerda, capital que era referência, todo mundo ia ver o que acontecia aqui de esquerda (entr. 2, Líder B).

Logo em seguida, o militante tenta atribuir-se uma identidade política:

Lula, Lula, lulista, e não vou dizer que o Lula, apesar do discurso do PT, que ele exagera ali, a esquerda, mas eu acho que é uma outra coisa, Fabiano, uma outra concepção. Porque o lulismo, o Lula não foi um governo de esquerda, não foi um governo só de esquerda, não foi voltado só, vamos ver a política econômica, e eu vou te dizer que eu acho que foi ruim, né, a esquerda era contrária. Eu não vou dizer que foi ruim a política econômica do Lula, sabe por quê? Porque a partir da política econômica do Lula eu fui beneficiado. [...] A política era de esquerda? Não era de esquerda. Dentro do PT, os mais ideológicos, “isso é política que dialoga com o FMI, que dialoga com o raio que o parta”, vários questionamentos, várias questões. O que eu vou te dizer? O governo Lula não era um governo de esquerda, o governo Lula era o governo Lula e eu sou lulista. Acho que esse é o meio, nem tanto à esquerda, nem tanto à direita (entr. 2, Líder B).

Por definição, considera que “a esquerda visa mais a questão social, da divisão de políticas mais gerais que atendam toda a sociedade e tal, e a direita a gente está vendo aí, né, políticas, benesses para quem mais tem”. Na visão desse último campo ideológico, para ele, a ideia é fortalecer o empresário, para que fique mais rico e continue empregando e “escravizando o nosso povo”.

Refere-se a três prefeitos. Diz que José Fortunati, então no Partido Democrático Trabalhista (PDT), fez uma gestão de *centro-esquerda* em Porto Alegre. Cita que foi o que mais construiu creches na região e se lembra de uma que foi inaugurada por José Fogaça, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que “desenterrou” demandas de três anos da região. Em Canoas, aponta que Jairo Jorge, do PT, saiu com quase 80% de aprovação e só não se reelegeu porque escolheu uma “ameba” como vice. “Era um governo de *esquerda*, né, digamos de *esquerda* também, mas caminhando nesse campo de *centro-esquerda*.”

Para o Líder B, a “*esquerda*” não volta ao poder sozinha. Precisa se articular com outros movimentos e partidos.

A Líder C demonstrou a mesma convicção dos outros entrevistados e igualmente recuou, conotando novamente a crise da política institucional e levantando outro aspecto importante para a discussão: a segurança pública, a violência.

O que que tu acha (sic)? (risos.) Eu sou de esquerda, da esquerda, da esquerda. Mas eu também sei dos defeitos que a esquerda, em nome da esquerda, a gente construiu, algumas coisas que, sabe, dói, dá medo, mas eu acredito no outro, sabe, eu quero dividir com o outro, eu não quero uma sociedade melhor pra mim e para os meus, eu quero uma sociedade pra todos nós. Eu não quero continuar me gradeando, carro à prova de bala, sabe, com medo de sair, eu já perdi muito de andar com as pessoas, eu quero andar com as pessoas, então, às vezes, eu fico em dúvida se isso ainda é ser de esquerda. Então eu não sei ainda o que é isso, vou continuar por aqui, se por aqui me qualifica (entr. 3, Líder C).

Para ela, quem mora na Cruzeiro nunca será de “*direita*”. “Eu tenho uma vista linda, a vista mais linda da minha casa e um dia alguém me disse que todo mundo que briga pra ter a vista do rio é de *esquerda*.”

Ainda na entrevista, a Líder C titubeia:

Não sei, eu realmente não sei. Eu já pensei em fazer algumas qualificações de direita, até pra saber se eu sou realmente de esquerda, mas pra isso eu vou ter que me desfiliar do meu partido. Talvez um dia eu faça. Talvez um dia eu faça (entr. 3, Líder C).

Ao abordar a questão de gênero, afirma que a mulher só será “grande” se os homens com os quais convive a respeitem. Nesse momento, ela revela: “Essa (sic) sou eu, ainda... E aí tu vai dizer assim: ‘Então tu é de *direita*’. Porque eu ainda sou da família (risos)”.

Esse comentário nos leva a perceber o quanto concepções ancoradas no senso comum permeiam o imaginário popular. Defender a família é ser de “*direita*”, já dizia a Frente Integralista Brasileira, que criou o movimento Deus, Pátria e Família, nos anos 1930. Ideias que foram levantadas na campanha de Jair Bolsonaro, em 2018, como se o campo da “*esquerda*” contrariasse a entidade familiar e não os valores restritos e tradicionais defendidos pelo conservadorismo.

Ao reduzirem o campo ideológico à conduta no poder, “*esquerda*” e “*direita*” passam a representar o mesmo na avaliação dos entrevistados. Ainda que relativizem o que entendem como erros do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos do chamado campo progressista, não conseguem contrastar de forma contundente os dois lados, justamente pela visão linear. Quando a política institucional é vista como algo contaminado, passa a ser indiferente pertencer à “*esquerda*” ou à “*direita*”.

A baixa densidade de formação política, somada a uma descrença em relação ao sistema político motivada por denúncias de corrupção e uma campanha massiva da mídia, acreditamos que contribui para a confusão de conceitos demonstrada pelos líderes entrevistados.

A investigação conceitual de campos políticos historicamente reconhecidos contribui para o enfrentamento de discursos casuísticos que prejudicam um aprofundamento das identificações valorativas como pressuposto das ações políticas.

Tais percepções revelam uma crença na intransponibilidade das mazelas do sistema político brasileiro, no qual as ações governamentais têm limitações impostas pelo *status quo* que apresenta pouco ou nenhum compromisso com os valores democráticos. E o que nos parece mais grave: uma crise ou mesmo ausência de aspirações valorativas que historicamente

fundamentam os campos ideológicos e que não estão adstritos a condutas partidárias ou atuações governamentais.

4.4 TESES, A ESSÊNCIA DOS DISCURSOS

A partir da emergência do metatexto, descrevendo sete categorias, com base na análise textual discursiva, podemos detectar teses parciais do trabalho, conforme orienta a metodologia. Vamos apontá-las em itens, para seu destaque:

- 1) Os líderes comunitários se sentem sozinhos, desmotivados e desencantados com o contexto atual, sob justificativa da falta de *mobilização* da população na luta por seus direitos. Com uma nítida percepção de que o foco dos problemas relativos ao engajamento da comunidade é responsabilidade dos próprios moradores, os líderes não apresentam nenhuma análise de suas possíveis implicações para o cenário que eles mesmos descrevem, criticam e estão inseridos. Justamente por essa falta de um olhar para si próprios, podemos questionar em que medida continuam exercendo o poder de influência e aglutinação de interesses coletivos apontados por Pigg (1999) como atributos da *liderança*.
- 2) Parte dos problemas de união das comunidades passa pela disputa entre os líderes, desavenças, inveja e *personalismo*. Esses traços comportamentais vão ao encontro de uma identidade histórica que explica, em grande medida, as relações interpessoais de hoje. Não por acaso, Holanda (1995) traz a ideia de que o modelo da família patriarcal se espalhou para todas as interações da sociedade. Nesse cenário, a questão pessoal adquire um peso para além da perspectiva social, prejudicando a construção de um espírito coletivo.
- 3) Os moradores da região que se tornam gestores públicos deixam de militar com a mesma ênfase e respondem aos governos por seus atos, que ao fim e ao cabo são seus empregadores. Sem poder de decisão, desempenham um papel de legitimadores da gestão, conforme Pizzorno (1992) elucida. Cumprem o papel para o Estado de identificar as demandas da comunidade, mas sua atuação não é deliberativa. Sem olvidar a relação de constrangimento entre os militantes no

momento da cobrança ao poder público, uma vez que um do seus é o representante do Estado.

- 4) Segundo os líderes, a comunidade da Grande Cruzeiro se move por questões mais imediatas; depois que obteve serviços básicos, perdeu a motivação pela luta por questões importantes, como saúde e educação, e no combate a reformas que retiram direitos dos trabalhadores. Novamente, se colocam distantes da população, estabelecendo um “eu” e um “eles”. O senso de injustiça trazido por Kelly (1998) como pressuposto para a *mobilização*, capitaneado pelos líderes, parece ter sido fundamental para a ação coletiva quando a população sequer tinha água nas torneiras, bem como nenhum tipo de pavimentação, ficando exposta ao esgoto aberto. Como bem assinalam Ribeiro e Borba (2010), a educação aparenta ser um fator preponderante para manter as pessoas engajadas na luta pelo bem comum. Outro elemento que nos parece relevante é a liberdade de informação, para além daquelas veiculadas nos meios de comunicação oligopolizados. Assim, possibilitando o acesso a uma comunicação mais democrática dos fatos da realidade.
- 5) O *orçamento participativo* trouxe grandes conquistas para Porto Alegre e a região da Grande Cruzeiro, como concordam os líderes comunitários e Gugliano (2004a, 2016), estudioso do tema. A comunidade, mais do que o presidente e as diretorias das associações, tinha vez e voz. A resistência ao OP se deve à perda de representatividade das entidades na época do auge do instrumento de democracia participativa. Todavia, também apresentou lacunas na sua dinâmica: ausência de capacitação para que os moradores estivessem preparados para apontarem as prioridades relacionadas às políticas públicas dentro de uma perspectiva de planejamento das demandas. Embora hoje esteja quase invisível, o OP não virou bandeira de luta da comunidade que se beneficiou com sua implantação.
- 6) O desencanto com a política institucional faz com que não haja distinção entre partidos, governantes, ideias e ideologias. O afastamento dos partidos da periferia reforça o sentimento de rejeição à política. Moisés (2005) atribui a *desconfiança* à falta de uma cultura política que se traduz no compromisso da população com direitos e deveres de cidadania. Por essa visão, todos estão imbricados com os problemas e também com a solução. É duvidoso o papel de

apenas apontar os erros aos políticos e às instituições como se fizessem parte de um outro mundo, assim mitigando a responsabilidade do cidadão.

- 7) Os discursos dos líderes denotam que os conceitos de “*esquerda*” e “*direita*” se reduzem à atuação dos partidos quando assumem o poder. Os valores intrínsecos a cada campo ideológico ficam limitados a meras disputas de cargos eletivos, ocupação do poder e exercício governamental. As ideias e valores que balizam as lutas sociais ficam em segundo plano. Bobbio (1995) elucida que há sim diferença entre pertencer a um ou outro espectro, estando a “*esquerda*” mais ligada a valores de igualdade e combate a privilégios de classe e etnia e a “*direita*” à tradição como perenidade do estado das coisas. Acreditamos que a dificuldade na distinção de conceitos e indefinição de identidades contribuem para enfraquecer ainda mais a luta comunitária. Se não há uma aspiração, um ideal comum a ser seguido, o movimento se reduz a reivindicações pontuais, sem a necessária perspectiva de fazer parte da sociedade. A confusão de conceitos e ideias contribui para a descrença, que pode levar à inação, arrefecendo ainda mais o engajamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DAS INTENÇÕES ÀS CONTRADIÇÕES

O presente trabalho teve como ponto de partida a realidade de uma comunidade com histórico de grandes mobilizações e que vive nos dias de hoje um aparente arrefecimento a despeito das violações de direitos que sofre diariamente.

Em primeiro lugar, é importante destacarmos que o presente trabalho de forma alguma tentou esgotar o tema investigado, mas trazer possíveis perspectivas e abordagens que possam contribuir para o problema de pesquisa. Nós nos propusemos a investigar o papel de líderes comunitários – a partir de seus discursos – na *mobilização* política da população residente na Grande Cruzeiro, Zona Sul de Porto Alegre. Em nossa caminhada como observador e militante da região, nos chama a atenção a falta de engajamento nessas localidades, contrariando fatos históricos que mostram significativas conquistas a partir da luta coletiva.

Sem desconsiderarmos as intenções positivas que nos transpareceram nos três líderes comunitários a partir de suas entrevistas, corroboradas por seus trabalhos na região, fatores contraditórios surgiram como elementos caros a esta dissertação e que mereceram as devidas abordagens. Se por um lado demonstram interesse nas melhorias na qualidade de vida da comunidade, por outro apresentam comportamentos que justamente dificultam a luta coletiva.

A partir dos seus discursos, sob a ótica da análise textual discursiva, e da correlação desses com a teoria, constatamos que o *personalismo* e o desencanto com a política institucional são alguns dos obstáculos para a *mobilização*. Críticos da aparente apatia das pessoas diante da perda de direitos e da ineficiência de serviços públicos, esses agentes não se veem como possível parte do problema e da solução. Apresentam dificuldade de se enxergarem dentro do processo.

O predomínio das questões pessoais, a ênfase no “eu”, a inveja, as disputas entre líderes apareceram como elementos do *personalismo* com prejuízo da construção de metas e projetos comuns. A *desconfiança* não é apenas nos políticos e na política – elemento que também teve relevo nesta dissertação –, ela marca as relações entre os próprios líderes. Os que se autorresponsabilizam por unir as comunidades estão aparentemente divididos, em queda de braço por influência e visibilidade.

As falhas do sistema, a denúncias de corrupção, a campanha massiva da mídia se somam para que partidos, ideologias, projetos sejam vistos sem distinção. Todos desconfiam de todos. Nesse cenário, não há espaço para a construção conjunta.

Da mesma forma, demonstram pouco discernimento ideológico, talvez mais um fator a prejudicar suas ações como militantes. A partir de uma compreensão que reduz os campos valorativos da “*esquerda*” e “*direita*” a meras atuações de governos, aparentam uma perspectiva de homogeneização da realidade, o que reforça o processo de descrença na atuação das instituições. Sem uma visão sobre o rumo a tomar, uma base sólida onde caminhar, não se sustenta um projeto de futuro dentro da comunidade nem fora dela, uma perspectiva para o país.

Na voz de dois dos líderes, o fato de terem conquistado água encanada, luz, transporte, asfalto fez com que a população perdesse a motivação para continuar reivindicando. Razões não faltam para lutar, mas a carência de uma cultura política que compreenda a democracia para além do ato de votar nos parece preponderante para a redução do engajamento.

Um exemplo é o fato de a comunidade não ter pressionado o poder público para manter o *orçamento participativo* com o mesmo protagonismo dos anos 1990. Os ganhos com o instrumento foram significativos e a Capital virou símbolo da participação popular, servindo de modelo para o mundo.

Outra questão que emergiu da dissertação são os militantes que passam a trabalhar para os governos e apresentam dificuldades em continuar a se envolver plenamente nas causas da comunidade. Embora possam manter um trabalho pelos moradores, a medida de atuação e a ênfase de enfrentamento mudam, uma vez que, ao fim e ao cabo, o Estado passa a ser seu empregador. Nesse cenário, o militante desempenha também um papel de sustentação do sistema, gerando ainda um constrangimento entre os demais líderes no momento de pressionar o poder público, o que acaba prejudicando o fortalecimento da *mobilização* comunitária.

Os discursos dos líderes deixam transparecer a herança cultural do país. A dificuldade na internalização de valores democráticos, o *personalismo*, a confusão entre público e privado são notados nas relações sociais e afetam sobremaneira as ações coletivas.

Conforme demonstrado nas literaturas elencadas, apenas a questão estrutural, ou seja, a realidade de violação de direitos não é suficiente para a *mobilização* social. De acordo com os autores, necessitamos observar os fatores e complexidades individuais na configuração do comportamento humano para o engajamento coletivo. A confiança é um elemento que perpassa as relações entre os indivíduos. Dentre os vetores, damos relevo à confiança justamente porque nos pareceu ser esse um elemento fundamental para a construção da ação coletiva entre os próprios líderes que inevitavelmente acaba gerando consequências no engajamento de suas comunidades. Quando eles têm imensas dificuldades em construir redes de colaboração mútua, convencer a comunidade para o movimento comunitário se torna mais complexo.

Outrossim, o fato de termos de nos colocar no papel de pesquisador, observando de fora a luta comunitária, nos desafiou. O olhar externo para o fenômeno, necessário em uma investigação científica, exige grande exercício intelectual para quem está dentro do processo. Por outro ângulo, participar ativamente do movimento na Grande Cruzeiro nos possibilitou antecipar questões e analisar cada detalhe identificando os fatores que parecem ser os mais significativos. O envolvimento contribuiu desde a escolha dos líderes que seriam a figura central desta dissertação até a seleção dos temas a serem abordados com eles, sem mencionarmos os *insights* no desenvolvimento do trabalho.

Esta dissertação não é exaustiva, e esse tema merece ser abordado sob diversos ângulos. A própria interpretação dos discursos dos três líderes comunitários poderia ir mais além, tendo em vista o riquíssimo material colhido, que possibilitaria outras leituras e compreensões. A variedade e profundidade de seus relatos acabaram se tornando um desafio ainda maior na busca de literaturas correlatas que dessem conta de todo o arcabouço cognitivo oriundo das entrevistas.

Um dos tópicos interessantes a ser estudado é a *mobilização* dos atingidos pelas obras da Copa do Mundo de 2014, que envolveu a retirada de moradores para duplicação da Avenida Tronco. Processo que permanece até hoje e deixou centenas de famílias sem moradia.

No contexto apresentado no presente trabalho, talvez uma iniciativa que possa contribuir para o avanço do movimento comunitário seja uma maior aproximação da universidade com as periferias. Assim, possibilitando uma produção intelectual com ênfase na prática e no fortalecimento de vínculos. Todavia, essa interação precisa ser calcada na percepção de que o conhecimento é uma via de mão dupla, ou seja, universidade e periferia, juntas, construindo novos caminhos para o engajamento comunitário.

De concreto, no processo de elaboração desta dissertação, pensamos em propor às associações de moradores e à União de Vilas – que está aos poucos renascendo – um resgate histórico do papel de líderes da região da Grande Cruzeiro como motivador da conduta atual dos militantes. Resgatar o passado pode contribuir para que a comunidade conheça as lutas, reconheça a sua importância e se identifique com os valores que fizeram o seu bairro se transformar.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. **Cadernos da Cidade**, São Paulo, v. 5, n. 7, maio de 2000.
- ALENCAR, Heloisa Helena. Educação permanente no âmbito do controle social no SUS: a experiência de Porto Alegre – RS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 21, supl.1, maio 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000500019#back1. Acesso em: 2 jan 2018.
- ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de. Conflitos urbanos e a Copa 2014: a luta do Comitê da Copa de Porto Alegre pelo direito à moradia. **Enfoques**, Rio de Janeiro. Vol. 13 (1), junho 2014. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/188/174>. Acesso em: 22 abr 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Santa Tereza. Vila Cruzeiro do Sul. Porto Alegre. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22191. Acesso em: 11 abr 2019.
- AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, Uatumã Fattori de. **Análise do declínio do número de implementações e do aumento do abandono das experiências de orçamento participativo no Brasil (2004-2016)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- BARBOSA, Ana Patrícia. Políticas públicas e construção de identidades sociais: um estudo etnográfico acerca das experiências juvenis na região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre/RS. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 13, n. 1, p. 99-111, junho 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/421/392>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 out 2019.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). In: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004b.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrahmo, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3a ed. revista. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 3 ed. rev. ampl. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GALISSA, Cristine. Após um ano, prédios de escolas desativadas por falta de alunos em Porto Alegre estão abandonados. **G1**, Porto Alegre, 16 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/05/16/apos-um-ano-predios-de-escolas-desativadas-por-falta-de-alunos-em-porto-alegre-estao-abandonados.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GIUGLIANI, Camila, ROCHA, Cristianne Maria Famer, ANTUNES, Denise, FLORES, Eliane Teixeira, CESA, Kátia, ROBINSON, Patrícia Genro (Orgs.). **Ação comunitária pela saúde em Porto Alegre**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. A crise política como solução? Uma reflexão desde a perspectiva das democracias participativas. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 3, 2004a. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/75>. Acesso em: 20 out 2019.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Café e chimarrão: comparando experiências de orçamentos participativos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 89-110, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143760/000994753.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out 2019.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Participação e governo local: Comparando a descentralização de Montevideu e o Orçamento Participativo de Porto Alegre. **Sociologia, Problemas e Práticas** [online]. n.46, p. 51-69, 2004b. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65292004000300004&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 20 out 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELLY, John. **Rethinking industrial relations: mobilization, collectivism and long waves**. Londres e Nova York: Routledge, 1998.

KLAFKE, Álvaro Antonio e WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul, entre 1943 e 1963: o ponto de vista dos sujeitos sociais. **Textos para discussão FEE**. Porto Alegre, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, maio de 2015. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/20150707contribuicoes-para-o-estudo-das-migracoes-rural-urbanas-no-rio-grande-do-sul-entre-1943-e-1963_-o-ponto-de-vista-dos-sujeitos-sociais.pdf. Acesso em: 25 nov 2019.

MEINERZ, Carla, ESTEVES, Jacqueline, PETRI, Júlia D. **Vila Tronco: uma história de lutas**. Porto Alegre: Centro de Assessoria Multiprofissional – Projeto Memória Popular, dezembro de 1991.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opin. Publica**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 out 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciências Educativas**, Bauru. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 abr 2019.

NEGREIROS, Fabiano. A desobediência civil na Vila Cruzeiro – Porto Alegre. **Brasil Acontece**. Disponível em: <https://brasilacontece.com.br/a-desobediencia-civil-na-vila-cruzeiro-do-sul-porto-alegre/>. Acesso em: 11 abr 2019.

OCUPAÇÃO PAM 3. Porto Alegre (14 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y9wAK_LxOh4&t=471s. Acesso em: 6 abr 2019.

OLIVEIRA, Lívio Silva. Porto Alegre e as manifestações sociais: alguns antecedentes e desdobramentos. **Entropia**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº1, p. 115-131, julho/dezembro/2016. Disponível em: <http://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/29>. Acesso em: 21 abr 2019.

PIGG, Kenneth. Community leadership and community theory: a practical synthesis. **Journal of the Community Development Society**, p. 196-212, 09, dez 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15575339909489721>. Acesso em: 27 out 2019.

PIZZORNO, Alessandro. Lo scambio occulto. **Stato e mercato**, n. 34, aprile 1992, p. 3-34. Disponível em: <https://scienze politiche.unical.it/bacheca/archivio/materiale/1452/Materiale%20per%20Legali%20t%20C3%A0,%20corruzione,%20pubblica%20amministrazione/Lo%20scambio%20occulto%20-%20Alessandro%20Pizzorno.pdf>. Acesso em: 30 out 2019.

PROCEMPA. CENSOS DO IBGE DE 2000 E 2010 – POPULAÇÃO POR BAIRROS. Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/populacao_por_bairros__nova_tabela-_ibge_2010_ok.pdf. Acesso em: 1 Nov. 2019.

RIBEIRO, Ednaldo e BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opin. Publica** [online], vol.16, n.1, p. 28-64, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 2 nov 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Janaína Costa. **Territórios da paz, do crime e da violência no bairro Santa Tereza do município de Porto Alegre-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151371>. Acesso em: 21 abr 2019.

TURY, João Gabriel Loures. **A teoria da mobilização de John Kelly**. 16. Encontro Nacional da ABET; 3 a 6/9/2018, UFBA, Salvador (BA). Disponível em: <https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjM6IjQwMyI7fSI7czoXOiJoIjtzOjMyOiJkZTQ5ZWZkNjMxYjMyM2Y4OTQxY2E3MDdjNzY0ZjFiNSI7fQ%3D%3D>. Acesso em: 29 set 2019.

WEISSHEIMER, Marco. Moradores denunciam falta de médicos e caos no atendimento do postão da Cruzeiro. **Sul 21**, Porto Alegre, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/07/moradores-denunciam-falta-de-medicos-e-caos-no-atendimento-do-postao-da-cruzeiro/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

APÊNDICE A – Fotografias inéditas da região da Grande Cruzeiro no final da década de 1970 – Cedidas pelo Sr. Alcindo de Souza



Falta de pavimentação era um dos maiores problemas da região até os anos 1990



As precárias condições de coleta de lixo faziam com que crianças convivessem em meio aos resíduos

APÊNDICE B – Roteiro de perguntas aos líderes

- 1) Nome, idade, etnia?**
- 2) Vc é filiado(a) a algum partido político? Milita nele? Tem relação com algum político?**
- 3) Você se considera uma líder na comunidade? Por quê?**
- 4) Como tornou-se uma liderança?**
- 5) Como foi a criação das associações na Grande Cruzeiro e por que foram criadas?**
- 6) Em relação à mobilização da comunidade, o que mudou da ocupação do PAM 3 em 1988 até os dias de hoje? Quando mudou? Por quê? Cite um exemplo, conte uma história...**
- 7) O FROP teve alguma influência na questão do engajamento comunitário?**
- 8) Quais as suas prioridades de atuação, hoje, na comunidade?**
- 9) Quais as dificuldades, hoje, para o engajamento comunitário?**
- 10) Você se considera de esquerda, de direita, de centro ou nenhuma posição e por quê?**
- 11) Como você acha que a comunidade o(a) vê?**

APÊNDICE C – Tabela Líder A – Fragmentos e temas

Obs.: Suprimimos os nomes dos líderes e das associações para resguardar suas identidades.

Nome	Fragmentos	Temas
A1	Líder é uma palavra meio genérica que fica ruim aplicar. Me imagino um agente comunitário que entrou para a militância do bairro sob as circunstâncias da sua necessidade./	Razões para liderar
A2	Na década de 68, quando o governo implementou o ato 5 e foram cassados os direitos políticos, que tiveram que fugir do país. Começou uma luta de quem ficou sob a ditadura do governo. A minha experiência foi pelo Colégio Julinho, em 68 fizemos uma intervenção junto ao governo estadual, federal, para que acabassem com a ditadura no país. De lá pra cá comecei a participar dos movimentos de organização comunitária, social e política sobre o governo ditador, fazendo sua oposição tirando os direitos do povo, trabalhador e nós estávamos lutando pelos direitos dos nossos.	Início no movimento comunitário, ditadura
A3	Segui também as lutas comunitárias porque em 67 o governo municipal passa a trabalhar no Plano Diretor da cidade, acabando com as vilas populares que tinham no entorno de Porto Alegre e aí surge, criam uma comunidade chamada Restinga, que fica a 30 quilômetros da cidade para expulsar o povo para que o centro da cidade se espalhasse. Daí começaram as vilas Santa Luiza, Vila dos Marítimos, a Ilhota, o pessoal da Tronco aqui, que era da Sepé Tiaraju, o pessoal que morava aqui no Prado, na Dique, na Tronco seria expulso para a Restinga porque o governo federal fazia as cooperativas. Daí surgiu a cooperativa da Medianeira, porque aqui é uma área de ocupação do INSS, onde tinha os moradores, que foram expulsos, para usar essa comunidade da Medianeira para a Habitasul. Também o pessoal passa a abrir Porto Alegre, rasgando da Glória até a Cascatinha, que hoje vai até o centro, ali era a Ilhota, o pessoal também é mandado para a Restinga. Lá em cima, no Morro da Oscar Pereira, também sai outra comunidade, que é a Santa Luzia, o	Expulsão do povo das vilas populares, Restinga

	<p>governo desmanchava a Vila dos Marítimos até a Bento Gonçalves e manda tudo para a Restinga. Assim o governo começou... Daí surge o Demhab, departamento habitacional, pegando o povo que é oriundo da escravidão, mestiça, que moravam nos guetos da cidade, esse povo negro que ocupou essas vilas irregular, não tinha documento nem direito de propriedade, teve que ser expulso para a Restinga. Na Restinga, não tinha escola, transporte, hospital. E o povo teve o sacrificio./ O governo, em 1967, faz a mesma coisa, numa região lá longe da cidade, que tivessem suas moradias. Tivemos que começar a nos organizar. Começou pela igreja, a igreja foi a grande oriunda de fazer a organização comunitária.</p>	
A4	<p>Nesse encadeamento, vem a discussão social da comunidade para organizar as comunidades, que eram todas irregulares, colocando água, luz, botando esgoto, para que ocupassem a terra e não saíssem. E tinha o direito, quem ocupasse a terra por 20 anos podia pedir usucapião. A lei dizia que as pessoas tinham que plantar, ter árvore frutífera para ter direito de moradia e de ocupação. Nisso para as pessoas se organizarem, saberem seus direitos trabalhistas, que vem também a decadência do trabalhador, entendeu, (inaudível) da carteira de trabalho, então aí se criam os pequenos agentes comunitários. Nesse meio, eu venho assistindo e aprendendo, mas eu passo a ter uma posição só em 84.</p>	Direito à ocupação, demandas
A5	<p>Na época tinham os currais eleitorais. Os políticos que estavam mais organizados começaram a organizar a população. Eu me lembro ainda que o grande movimento comunitário não foi na Grande Cruzeiro, foi na Santa Maria, no Campo da Tuca, o Nego Edu. Ali começou a grande luta da moradia no morro São José para colocar água e luz, que lá não tinha./ Nós também precisávamos para nossas vilas. Começamos a organizar o conselho da Zona Sul, que ia até a Restinga. Depois houve os conselhos começaram a se separar porque era muito longe. Se criou o Conselho da Grande Cruzeiro, depois veio o Conselho da União de Vilas, mas também tinha esse conselho, tinha a associação local, a</p>	Início do movimento comunitário

	grande associação da região se chamava Associação Nossa Senhora do Brasil e Tronco./ Então nessa época já era consagrada, a região já tinha 20 associações. Então se precisou criar uma coisa organizada	
A6	Como organizar essas entidades, que estavam todas soltas, que seria o grande conselho. Esse conselho tinha que ter um nome derivado. Aí na rua Dona Otília com a Cruzeiro tinha o tempo das lavadeiras e era o entroncamento. Usava muitas coisas de religiões, despachos, e nos tanques ali as mulheres lavadeiras faziam as fofocas. Num dia, numa reunião geral da região, desmembrando o conselho da Zona Sul, teve alguém que levantou: “Não, vamos colocar o nome de uma resistência. E a resistência das mulheres, que resistem ali, ali é um cruzeiro”. Então a Rua Cruzeiro do Sul, então vai sair o Conselho da Cruzeiro do Sul.	Organização comunitária, conselho
A7	Todas as criações de associações foram criadas para defender a moradia, implantação de saneamento básico, que não tinha, implantação da luz e da saúde. E depois também seguinte: trabalhar com as creches comunitárias para elas poderem trabalhar. Então esse foi o patamar da criação das associações. A criação dessa luta e também trabalhar o problema do lixo. Então foi uma grande luta comunitária, com isso cada associação começou a ter o seu papel de organização, mas levando para o conselho as suas reivindicações e o conselho chamava os órgãos públicos e fazia a sua grande questão.	Criação das associações
A8	Então a Cootravipa tinha esse papel social. Então ela fazia a varreção, retirava o lixo, a Cootravipa, gerenciada por um grupo líder da Grande Cruzeiro. A Cootravipa foi criada para trabalhar com as lideranças da Grande Cruzeiro e também deixando 30% do lucro da Cootravipa para as entidades sociais, as creches, não sei o que mais. Isso foi a proposta quando nós chamamos aqui o Vieira da Cunha, que era o diretor do DMLU, para fazer essa carta magna com a Cootravipa e ele acatou e o prefeito Collares. Aí depois a Cootravipa mudou lá o seu rumo, a sua concepção e hoje se tornou uma empresa privada, mas o papel dela, foi criada para atender todas as vilas da Grande Cruzeiro e	Criação da Cootravipa

	também o lucro era dividido para as creches comunitárias.	
A9	<p>Tinha o Postão da Cruzeiro que já estava, começou a ficar com espaço vazio. Porque o Postão foi construído em 68, 69, até 85, 86, só tinha médico especializado, porque era o IAPI e o Postão 2 e 1, o PAM 3 e o PAM 4, com médico especializado, tudo federal. Mas aí o governo começou a, vou usar aquela palavra, sucatear a saúde e aí o Postão começou a virar um grande fantasma. Então a metade do PAM 3, nosso, aqui da Cruzeiro, já estava vazio. Com isso, o Conselho da União de Vilas da Grande Cruzeiro começou a discutir o seguinte: nós tínhamos o pronto-socorro só e ficava na Redenção. Íamos ficar dependendo só da Venâncio Aires? Atendia a população de Porto Alegre e o Conceição atendia a Zona Norte. A Zona Sul não tinha atendimento. Nós só tínhamos um hospital na Zona Sul, que era o Belém Velho, mas o Belém Velho não tinha pronto-atendimento. Tinha o Vila Nova também, mas não era de pronto-atendimento. Precisava um pronto-socorro para atender o ataque imediato, entendeu?/ Mas em 89 o prefeito Olívio assume a prefeitura, chamamos o pessoal da Saúde da prefeitura, por isso nós ocupamos, chamamos o Osmar Terra, que era deputado federal, mas na época era superintendente do INSS no Rio Grande do Sul. Chamamos ele, a União de Vilas, teve aqui, eu me lembro dele, teve aqui, cedeu espaço pra fazer isso aí. Chamamos o secretário da Saúde estadual, que também concordou. Chamamos o secretário da Saúde municipal também concordou. Só que levou seis meses e nós resolvemos o seguinte: ocupamos o PAM 3. Com a ocupação da comunidade, ficamos ali 60 dias ocupando, morando ali dentro e negociando com o governo. Até o governo Olívio desmembrou, assinou um ato que seria criado um pronto-socorro da Zona Sul. Aí foi uma grande luta, trazer funcionários, equipamentos. Isso aí também estava no OP. E podia se mandar pelo OP equipamentos. Mas a grande luta foi do conselho da região, buscando ambulância, buscando não sei o que mais, invadindo hospitais onde tinha..., nós implantamos o pronto-socorro, ambulatório dentário,</p>	Ocupação do PAM 3

	<p>implantamos leitos, buscamos as caminhonetes de ambulância que estavam no Chocolatão, que era federal, paradas. Então, hoje o PAM 3, zona Sul, que está instalado, quem instalou foi toda a comunidade da Grande Cruzeiro. O governo só veio porque colocamos eles contra a parede.</p>	
A10	<p>Na época não tinha asfalto, não tinha saneamento básico, nem cloacal nem pluvial, não tinha luz implantada. Na época não tinha o posto de saúde na região. Na época não tinha escola na região. Hoje a região tem tudo isso aí. E a população que lutava não mora mais aí. São jovens novos que estão, os antigos foram embora. Os jovens estão aí e já pegaram tudo pronto. Quem pegou pronto vai saber da história? Só os velhos que lutaram para ter as suas, os seus direitos. Hoje a população são mais de vendedores. Ah, não tinha transporte. Quer dizer, nós temos aqui no entorno da Grande Cruzeiro 11 escolas, 11 escolas numa região de 6 mil, de 12 hectares, temos dez postos de saúde, um pronto-socorro. Temos transporte, temos seis linhas de transporte e lotação, ou seja, municípios, nem precisa pegar nossos aqui. Exemplo: se tu for a Rio Grande, não tem isso que nós temos aqui. Rio Grande. São Lourenço então, não chega nem perto. Só tem um posto de saúde, dois. Tu vai a Rio Pardo, só tem dois postos de saúde, três. Nós temos uma riqueza imensa aqui na região. Uma população que tem em torno de 25 mil pessoas. Então, o perfil mudou.</p>	<p>Diferenças do perfil da luta comunitária ontem e hoje</p>
A11	<p>Então pra tu chamar hoje a grande da população, as reuniões, tem que ser buscando os aparatos, tem que criar Conselho do Idoso, Conselho do Adolescente, pra população participar. Precisa de muita coisa./ O movimento comunitário, ele se organiza quando existe a necessidade da comunidade. Hoje tu tem associação de bairro, tu tem creche, a Grande Cruzeiro tu sabe quantas creches tem? Quinze creches. Tu vai num município, São Lourenço, tem quantas creches São Lourenço? Quatro creches. Quatro, cinco. Guaíba? Nós temos 15 creches. Sabe quanto trabalho socioeducativo nós temos? Com criança e adolescente? Temos 18. Então como (inaudível). Não tem. Trabalho. A população é bem atendida aqui</p>	<p>Esvaziamento da luta comunitária</p>

	<p>dentro. Posto de saúde, pronto socorro, supermercado, transporte, a via aberta, tudo certo. Então para tu chamar a população pra discutir seus interesses eles vêm pra discutir o quê? Ah, eles vêm pras reuniões quando querem serviço, esgoto entupido, que é o lixo, que o DMLU não passou, mas aí não vem todo mundo, vem duas, três pessoas. Eles querem transporte, pá, pá, pá. Aquelas coisinhas, mas lutar pela grande causa, o movimento hoje não tem mais, terminou. Só existe a Zona Norte, a ocupação das vilas irregulares ainda, que é preciso regularizar as vilas. Ah, porque são áreas que estão ocupadas irregularmente, entendeu, áreas privadas. A Zona Sul, aqui nessa região, não tem áreas privadas ocupadas, tem áreas do governo, e tem uma lei do governo estadual e municipal, que terreno estadual não pode ser despejado, né./ Santa Tereza a mesma coisa, porque tudo ali é área do governo estadual ou do INSS ou do quartel. Então o governo jamais vai tirar essa população daqui de dentro./ Então, ela está aqui, mas na volta dela tem, em torno de 10 mil metros, seis escolas na volta. Então não afetou. E o povo também não está pra lutar muito, vai, vai meia dúzia, ocupamos lá dentro, mas com meia dúzia, o pessoal não lutou porque... Mas imagina só tu chegar lá em ribeirinha, só tem uma escola, e fecha a escola ribeirinha. É ou não é... Daí o pessoal vai ter que atravessar o rio de caíque pra ir pra outra escola. O bicho pega, não pega? Aqui não. Fechou aqui, o pessoal vai... Até porque o Alberto Bins é uma escola que a população ia tudo nessas voltas aí, o pessoal que está do lado da Guerreiro Lima ia pra lá. Não afetou muito não. Afetou uma meia dúzia ali, mas aí o pessoal já se esquecendo ninguém, nós, do movimento comunitário fazendo plantão ali dentro e o pessoal não nos apoiou./ Tu tem quatro postos de saúde, mil metros de distância. Isso tem nos municípios? Não tem. Aí o pessoal não sente. Não é como tu fechar o bairro todo.</p>	
A12	<p>É que hoje a região precisa ter o título de propriedade da moradia, isso é a questão que tem que lutar, pela terra. Porque estamos numa região com valor muito alto da terra hoje porque nós mesmos fizemos isso daí. Eu me</p>	Direito à moradia

	<p>lembro que na década de, na Metroplan, os técnicos da Metroplan nos diziam: “Vocês querem melhoria, querem? Vão pagar muito caro chamando arquiteto”. Na época o Valter, da Metroplan. “Lider A, vocês estão tudo errado, vocês têm que pedir a regularização fundiária, pedir a propriedade de vocês. Vocês querem água, luz, querem não sei o que mais? Quando vocês tiverem tudo implantado, o governo não vai legalizar a terra pra vocês. Jamais ninguém dá, jamais alguém dá pra alguém o chamado, como é, um veículo do ano de graça.” Então hoje, eu no Conselho do Plano Diretor, estou analisando e vendo: será que o governo vai dar para a população nossa o título de propriedade? Nós estamos num buraco, cercado pela Faculdade Ritter dos Reis, do outro lado tem aquela digital, do outro lado tem a TV Gaúcha, do outro lado tem o Morro que vem para o Morro da Glória. Esse buraco aí que está o governo... na volta o índice da terra está um metro cúbico está 1,28. Imagina o terreno de 100, 80 metros quadrados, está hoje em quanto o metro da terra por 1,28? 50 mil reais. Então o terreno de 80 metros quadrados, 150 mil reais. Parabéns para o nosso pessoal que vai ganhar um apartamento aqui, na Avenida Tronco, que está lutando para sair esses apartamentos./ Hoje são edifícios ali dentro. E vai ser aqui também. Não daqui a cinco anos, mas daqui a 15 anos vai ser isso aí. Eles vão chegar aqui dentro, vão olhar. Não está legalizado. A empresa vai chegar, onde o governo vai implantar? Eu dou lá, faço lá mil casas que vai me custar aí 100 milhões, o pessoal vai morar lá, e aqui eu vou fazer condomínios e vou ganhar 1 bilhão. Não é lucro?</p>	
A13	<p>Em 2007, quando nós fomos ao prefeito Fortunati, que era secretário da Copa, que era o vice-prefeito Fortunati, secretário da Copa, para abrir a Avenida Tronco, foi um pedido meu, falei com ele, os terrenos aqui da volta estavam 40 mil reais, os terrenos do Santa Tereza. 40 mil, 45. Então nós levamos a proposta do bônus-moradia a 55 mil reais. Esse bônus dava direito, inclusive, a uma terra aqui dentro, um lote urbanizado, com casa. Em 2010, sabe quanto que estava o lote</p>	Obras da Copa

	urbanizado? 90 mil. Em 2014, 150 mil. Então, a bolha imobiliária explodiu, né? Hoje tu não acha um terreno aqui por menos de 150 mil, uma casa ocupada. Tu vai ter que procurar muito.	
A14	Você termina o Ensino Médio e dá o sorteio de escola e você vai estudar fora daqui. O pessoal acatou, aceitou. Então a população não brigou muito não. Então de um a dez na pontuação, dou um. Então tu vai brigar por uma coisa que a população não briga contigo?// . E aí por que eu vou ir para um partido com meia oito? Eu sou o partido. Eu sou o político. Ah, mas tem que ter partido. Não. Não me serve. Não me serve porque minha visão é essa. Lógico que pra ser político tem que ter o pedigree: isso, isso e isso. Não tem isso aí não adianta.	Desencanto do líder
A15	Aqui nós construímos, na época da coisa boa, nós plantamos isso aí tudo na volta. Aquela associação, aí tinha uma vantagem na época, aquela associação tinha poder de decisão, aquela associação podia implantar seu serviço.	Papel das associações
A16	A associação até na década de 90, 95, até 2000, através do OP, o OP foi um mecanismo muito complicado. Dava a César o que é de César (risos), o seguinte, cada associação podia plantar o que queria dentro de sua comunidade, e o OP implantava. Posto de saúde, não sei o que mais, não sei o que mais, não discutia o planejamento do bairro. O povo pedia e ganhava. Isso era o grande problema do OP. / Quando chegou o OP, ele chegou para demandar serviço que nós buscávamos na luta social comunitária, certo? O OP veio pra matar o movimento comunitário. / Antes tu pegava o povo na rua e o OP veio pra fazer aquele negócio, como é que é, tu quer modelar as coisas, como é que é, ele veio pra botar as regras. E aí acabou com a luta. Acabou com as lideranças comunitárias. Mudou o conceito, acabou com os agentes comunitários e criou os conselheiros do OP, que era um dedo político também, da prefeitura./ “Não, vocês estão todos soltos. São tudo boi xucro no campo. Cada um vai ter que ter o seu curralzinho.” Pegou uma cartilha e veio o sociólogo, que são outros malandros, sociólogo e filósofo é pra isso, né? Vem pra dizer o que o povo pensa, não é o psicólogo. Vem pra: “Não, vocês não	OP e a luta comunitária

	<p>estão organizados. Vamos ter que organizar agora. Põe as regras num livro e o governo vai dar pra vocês, vocês não tem que ir lá brigar com o governo. Vocês têm que se organizar entre vocês e levar ao governo as propostas.” E o governo, fatiando o bolo, pega 10% para o OP da cidade. E as regiões tinham que brigar entre si para se organizar, demandar entre si, e deu aquilo que o povo gostava, né? Dar ao povo um pedaço do bolo pra comida, né? E o pessoal começou a comer aquele bolo e se esqueceu que o seguinte: esqueceu do futuro. E a prefeitura ainda fez uma coisa: botou no povo – você é o vereador do seu bairro agora. Então não precisa mais ter vereador em Porto Alegre. “Você é o vereador do seu bairro, você luta pelo seu bairro.” Então a Câmara de Vereadores não precisava existir mais. Aí o povo se agigantou. “Eu sou o vereador do meu bairro, pra mim vereador não existe.” Coisa ruim porque eles pegaram semianalfabetos e deram pra ele o poder e não capacitaram. Era uma máquina do governo. E o pessoal não se deu conta disso. Eu estou ganhando asfalto, pá, pá, pá. Então está, eu estou indo lá, estou gritando, não sei o que mais, participando. O povo ia para as reuniões, mas a prefeitura não capacitou ninguém./ Hoje acabou e o povo continua o quê? Somos julgados igual, porque o povo não se preparou, entendeu, não tem conhecimento de leis. Quando se acordou, aí acabou o OP e vê se o povo briga com o governo que está novo aí, não briga porque não se preparou pra isso.</p>	
A17	<p>Olha, o governo municipal, quando era conselho do Orçamento Participativo, tinha que ser lei. Não, não mesmo, não pode ser lei, uma coisa é a luta, e eu dizia: “Hoje muito bem, vocês estão, mas quando vocês perderem a prefeitura, o que vai acontecer?”. Ah, o povo vai pra rua e vai continuar obrigando. Lei é lei, que se é lei é cumprida, é ou não é? O que aconteceu com a Câmara de Vereadores? Quem é que discute o orçamento de Porto Alegre, da cidade, é o povo ou é a Câmara? A Câmara de Vereadores. Para aí um pouquinho. Como eu vou deixar a população discutir o orçamento da cidade? Qual é o meu papel aqui dentro? Então, a Câmara de Vereadores: “O orçamento é nosso”. E o prefeito também, da</p>	OP e o papel do legislativo

	<p>direita, centro-direita, ah, mas para um pouquinho, está me incomodando? E daí outra coisa: um dos outros erros do OP é deixar a população discutir as obras da cidade sem planejamento. Começou a acumular, acumular, acumular processos, porque teve judicializações, tem a parte que tem de ser levantada.</p>	
A18	<p>Então o custo começou a ser muito alto pra prefeitura pra fazer certas coisas. Aí começou a ficar na gaveta. Com isso começou a dar guerra. Por quê? Não botou as regras? Você que quer fazer isso, mas tem que fazer levantamento, pá, pá, pá, pá, vê se é possível. Não. O povo decidiu tem que fazer. Um exemplo, abrir o bairro Glória, Oscar Pereira, para ir lá para a Restinga, os morros. Não há condições, né? Porque tem a SMAM, que não deixa passar, tem as pedreiras, então e o custo é muito alto pra abrir aquela via para Restinga e não é como a Tronco, é parelha, né?</p>	OP e as obras engavetadas
A19	<p>Eu hoje eu, meu papel é mais ser filósofo, ser sociólogo, só isso, organização. Eu estou numa idade em que eu aprendi tudo e gostaria de repassar para os mais novos, da organização comunitária, movimentos sociais, passar minha experiência, acho que não tenho que levar pra mim o que aprendi, e dizer pra eles como é que funciona, assim, assim. Até estou fazendo um sacrifício nas reuniões, gosto tanto do pessoal, pessoal, isso e isso, voltei a liderar os povos aqui da região, mas com uma nova visão, visão de parlamento, democrático, sociólogo, implantação de cursos, só pode hoje brigar se souber quais são teus direitos. Pessoal analfabeto, antigamente, eu vou pegar o cara que é o mais velho, e ele conhece todo mundo, era assim antigamente. Hoje tem que chegar e dizer quem é que tem condições de redigir uma ata, quem tem condições de fazer um projeto, quem sabe leis, pra poder brigar junto com a Promotoria Pública, entendeu, mostrando seus direitos, conhecimentos e dados./ Então meu papel hoje é implantar isso dentro dos nossos irmãos e estou conseguindo, fazendo um trabalho de planejamento. Senão não adianta pegar aqui, com esse governo novo que temos aí, da direita, não aceita mais bater na porta dele e nem te recebe. Como é que chega lá?</p>	Perfil do líder ontem e hoje

	<p>Fazendo projeto, fazendo leis, a lei tal, primeira coisa tem que ler o Plano Diretor, segundo pegar a Carta Magna do país./ Como o povo me vê? O povo me vê hoje como ontem, gostaram de me beijar, me agarrar porque era o carnaval. Ontem eu estava sendo cogitado por todo mundo (risos). As mulheres me agarrando, me beijando, o samba, tu é o único cara. Ontem, amanhã não sei, né (risos) porque o povo só te vê quando vê vantagem em ti, entendeu? Essa é a questão.</p>	
A20	<p>A esquerda não preparou o povo pra isso. Um dia sabia que ia perder o cavalo, então, o que acontece? Temos que nos preparar quando vier, aí volta a briga, então Jesus existiu, as sete pragas. Sete anos de vacas magras, né? O que fez o sonho lá no Egito do Faraó? Sonhei e o que disse o conselheiro, que era o apanhador de sonhos? “Tu vai ter sete anos de riqueza e sete anos de pragas.” E o que ele fez? Pessoal, nós vamos ter que trabalhar sete anos, numa época que o trigo era..., pra aguentar sete anos de impurezas. Quando veio a praga, o Egito todo sofreu. Não tinha tudo pra todo mundo. Isso aí é a política./ Tu tem que vender teu peixe muito bem vendido hoje. Hoje o militante se quiser colocar gente nas reuniões tem que saber trabalhar a comunidade, fazer eventos./ Tu tem que... Senão o pessoal não vem. Então hoje a liderança comunitária, o agente social do bairro tem que ter um nome de peso, ele tem que ser reconhecido que é hoje uma visão. Hoje na minha região predomina o Líder A. Todo mundo conhece o Líder A. Aí consigo fazer um chamamento e o pessoal vem tudo porque confia no Líder A, na palavra do Líder A. Hoje, porque o Líder A tem 68 anos, cabeça branca, entende? Então o pessoal vê o Líder A como uma... Eu consigo. Outros não conseguem. O pessoal não vem. Eu já tenho esse patamar. Chegar assim hoje, o carnaval comunitário, mandei chamar, o pessoal vem. Se fizer uma festa daqui a 15 dias, ah, o Líder A... Isso porque tu tem que... Senão o pessoal não vem./ Então tudo ali eu vim analisando, aprendendo, e aí se tornou o seguinte: quem é, vendo a esquerda, direita, centro-esquerda, vendo não sei o que mais... e vi coisas que me desagradaram nos partidos. Lá na tribuna discutiam, nos bastidores se beijavam. Vi</p>	Esquerda X direita

coisas que os próprios partidos da esquerda e da direita sentando junto para retalhar a cidade. / O Plano Diretor de 79. Eu estava ligado ao PSB e vi lá dentro sentando vários políticos da esquerda e da direita. Era 79, e eu estava começando a aprender o que era Plano Diretor. / Teriam que mexer na área rural, passar para a área urbana. Porque quando eu viajava daqui para a Restinga, eu via o pessoal da Hípica tudo vazio. Eu dizia: “Porra”. Eu não entendia por que a Restinga lá, área urbana e aqui ia ser construído Belém Novo. Por que lá tinha um monte de casas, moradia, Barro Vermelho, não sei o que lá, Lageado, aqui, a Hípica, que era uma área nobre, linda, não podia ter casas. / Porque era área rural. Só podia ter sítio. Terreno de 15 por 30 não podia ter mais, de 12 por 30. Queriam que desmembrasse também, fizeram um projeto de 5 por 25. Olha bem, 5 por 25. Então, o terreno normal que era de 10 por 25 eles fizeram dois. Aí era para ter 300 terrenos, saíram 600 terrenos. Na Costa Gama, tudo área rural, né. Área urbana. Aí veio Alphaville, as empresas poderosas e os vereadores bancando. E eu estava lá, me lembro hoje, parece ontem. “Líder A, tu que enxerga melhor, risca pra nós o mapa aqui.”/ A direita vai comandar por quatro, oito anos. Lógico, depois vai vir o movimento, vai começar a se organizar, se organizar, mostrar os erros e de novo. Foi uma situação muito boa para que a esquerda tivesse como voltar às ações do país, mas voltar a trabalhar com os movimentos sociais, entendeu? Ah, porque tem que ter escola. Não. Tem que ter escola tem que ter escola. Que escola? Que escola é essa que tem que ter./ São seres de pessoas dominantes do mundo todo. Por que dominante? Os que tinham e os que não tinham. Assim foram criados os partidos. Os que tinham dominaram as leis porque eram os grandes, é, os grandes, como é que é, reis, das terras. Os caras deram dinheiro para o rei não trabalhar e o povo trabalhar para o rei. Então aí o rei não trabalhava e, por estratégia do rei, o pessoal tinha que dar para o rei um pedaço do que plantava. Com isso aí se tornou a direita, da riqueza, e a esquerda, que não tinha. Certo. Ficou bem claro isso. A esquerda lutando pra melhorar a situação. Isso se dividiu. O rico, o

pobre, o burguês. O que aconteceu... Dominando o mundo todo, o pessoal da esquerda e direita, passam a usar o poder, uns escravizando o povo, outros, ã, com a lei na mão, criam os seus conselhos, que são os prefeitos de bairros, os juízes, os banqueiros, cria tudo isso aí pra mandar no povo e o povo acatou porque foi comprado também, dando cargos para o povo, o conselho da cidade, o banqueiro pegava dinheiro do povo e colocava no banco, o médico mandava na cidade que tinha hospital, o delegado não tinha delegacia, e aí se tornou consequência de lutas sociais e aí, ou seja, quem tinha menos começou a lutar para ter mais. Mas alguém que tinha menos se tornou o líder da esquerda, entendeu? O da direita também, pra não perder a sua riqueza, criou seu clã da direita. Aí vai vendo, uns da direita tinham como distribuir as rendas, outros não tinham, o da esquerda lutava para ter direito de dividir os lucros da esquerda, mas também às vezes quando vinha botava no bolso dele./ Esquerda seria um, dividir lutas sociais que o povo tivesse condições de ler, escrever e emprego e capacitar as pessoas. Isso seria a esquerda, ou seja, direito pra todo mundo igual, não vou tirar daquele que tem, mas esse aqui vai ter condições de ter, capacitando. Não vai ter nada de graça. Você vai ter que lutar, vai ter que estudar e você vai ter que ter curso técnico, se preparar./ Agora, não adianta tu ficar no poder 25 anos e o país ficar na mesma. Ah, o país melhorou, melhorou aonde? Nesses 25 anos de governo? Com o pessoal da esquerda melhorou? Não melhorou./ Agora, outra coisa, o país que vende o seu patrimônio fica pobre. Cadê o Rio da Vale Doce, que era nosso, cadê a nossa Embratel, cadê a nossa... Não temos nada, venderam tudo para o estrangeiro. E a esquerda também aprovou junto. A esquerda tem que ter uma visão social, não estou falando da esquerda da militância, entendeu, estou falando dos caras do poder, com a decisão de caneta na mão pra fazer o que tem de fazer, não é falar do pessoal que está lutando aqui em baixo pra melhorar lá em cima, entendeu? Estou falando do cara sentado lá em cima, com o poder da caneta na mão, que estiver tudo pra fazer e esquecer de fazer porque começou a comer caviar (risos)./ Na

	<p>época, quando a esquerda queria o poder estavam todos aqui dentro. Esqueceram depois de voltar. Aí acabou. Agora deram de mão beijada pra direita. Deram porque quiseram. Eu estava contando. A esquerda esteve no poder por 30 anos, 30 anos esteve no poder, 30 anos, 30 anos no poder. Começou pelo governo Sarney veio até agora. Collor foi da direita? Perdeu para o Itamar, o Itamar era esquerda, não era? De esquerda, depois veio o Fernando Henrique Cardoso, de esquerda. O modelo de gestão do Fernando Henrique Cardoso, o Lula copiou todinho, não copiou?// Agora, eu sou a esquerda natural, não sou direita, mas a esquerda elementar, não a esquerda radical, que não me serve, eu sou daquela esquerda, nem sei esquerda, não sou esquerda nem direita, eu sou aquilo que acho que tem que ser: eu acho que não tem que ter esquerda nem direita, tem que ter aquilo que a população tenha condições de ter no prato feijão, arroz e um bife pra comer, tem que ter internet, televisão, transporte público, uma boa roupa, vestimenta e conhecimento. Todo cidadão tem que ter seus direitos, isso é ser esquerda.</p>	
A21	<p>Então, comunista não tinha valor nenhum, né? Perdia tudo o que tinha. Aí meu pai só conseguiu se safar porque era semianalfabeto. E aí conseguiu lá dentro defender que podia trabalhar dentro do INSS e o pessoal ia fazer aquilo. Se meu tivesse sustentado que era PTB... Mas aí os advogados sustentaram que era analfabeto, não tinha como, precisava trabalhar, sustentar a família dele, tinha que fazer aquilo senão ia para a rua. Então meu pai tomou uma camaçada de pau, apanhou bastante, teve que fazer um juramento de quatro pé, pelado, e voltou pra casa sem emprego, sem nada. Chegou em casa não tinha mais nada em casa. Mas aí abriu um processo contra o governo federal e o governo reconduziu o emprego novamente, como ele era serventão e o governo precisava de servente, foi trabalhar, ganhava uma mixaria. Foi considerado pelo governo não ameaça, certo? Então, não tinha problema nenhum, voltou. Meu pai fazia campanha política porque mandavam fazer, não discutia política, fazia campanha porque acreditava na ideologia</p>	Pai preso durante ditadura

A22	<p>Aí fui descobrir agora em 2012 quando fui para o Plano Diretor, né, como é que as coisas acontecem, lá dentro. Comecei a descobrir como é que faz o negócio da cidade de Porto Alegre. A SBM, engenheiro, arquiteto, vendendo os projetos daqui a 20 anos vendo o que vai acontecer, como é que o começo da cidade se desenvolve, as ruas, a zona dormitória, não dormitória, tem ruas que podem ser usadas para empreendimentos de comércio, outras não pode. O empresário pega o arquiteto e sabe tudo o que vai acontecer dali a 20 anos. E vai vender pra empresa dele. /Os que trabalham no governo, se aposentam do governo municipal, estadual e sabem tudo o que acontece. Vai trabalhar numa empresa, não é assim? Sabem todos os caminhos./ Nosso papel é lutar pela preservação ambiental, senão acaba. Não vamos longe. Aqui, na volta do Belém Velho, cadê a festa do pêssego, a festa da uva? Não tinha todos os anos? Agora tem isso aí? Tu ouve falar em festa do pêssego e da uva no bairro Belém Velho? Terminou. Por que terminou? Porque os caras da área urbana fizeram tudo loteamentos. Por que plantar pêssego se tu pode vender os terrenos? E outra coisa, os velhos morreram, quais os novos que querem plantar pêssego, capinar na enxada? O colono da cidade, tem? Não tem. Vão colocar empreendimentos aí.</p>	A cidade como negócio
A23	<p>Todos se vendem por meia dúzia de dinheiro, aí depois os políticos vão lá pra dentro, os políticos seguem o partido, o partido político, e pede o voto para a população, mas não defende o povo, defende o partido político dele. E o partido político defende o quê? Dinheiro. Então... só uma pergunta: o partido sobrevive sem dinheiro? Tem que vender a alma pra ter dinheiro. O partido tem que ter cargos. Felizmente, eu, graças a Deus, não pude ser vereador porque seria expulso do partido. (risos.) Então não adiantava, eu ia ser expulso do partido. “Você tem que votar nisso e naquilo.” Vou votar coisa nenhuma./ Não. Muito velho pra entrar em partido. Não aceitaram. Não me aceitaram. Até posso ajudar o Sebastião Melo pra prefeito, não sei o que lá, mas não me venham botar cabresto porque se eu me filiar, eu (risos), vai ser, eu, eu vou ser uma persona non grata no partido. Então não</p>	O individualismo como resultado da descrença na política

	<p>adianta me filiar. Me filiar pra quê? Se eu não vou obedecer à regra do partido? Vou dizer as verdades e daí todo mundo não vai querer aceitar. Partido é pra trabalhar nas comunidades, nas favelas, esse é o partido. O partido tem isenções que custam milhões por mês. Partido tem que vir aqui na favela ver a situação da Associação, a situação das creches, defendendo. Pô, a Associação fez aniversário, ninguém, nenhum canalha de vereador foi lá dizer... Vê se tu pega um vereador caminhando pela Tronco, aqui entrando. Quando vem é pra fazer asfalto aqui, nas costas, pra fazer média. Isso é pra se organizar e ver esses problemas./ Os partidos foram criados para defender o povo. A casa do povo, não é assim que dizem? A casa do povo, pra defender o povo. Defende o povo aonde? Tem que escutar o povo. O povo apanhou agora mesmo com o Marchezan, levaram um laço, mas quem é ele pra tirar o direito do povo? Mas quem é que deu o direito pra ele chegar lá e os vereadores votaram a favor do povo, se elegeram pelo povo, que vereadores são esses que se elegem pelo povo e votam contra o povo? Porque todos eles têm cargos no governo de comissão. Ele tem a cara de pau de chegar na rua e falar. Tem que cada um pegar de laço, dar de relho. O povo é tão sem-vergonha que perde seus direitos e ainda vai beijar na mão deles. Aí não dá, né? / ? Pega um tubo de (risos), abre a máquina (risos), enterra, a água passa e vai levando água para todo o Brasil. Não pode. Emprego pra todo mundo. Os índios lá vão vender seus produtos. Aí não pode. Tinha estrada, que é caríssimo fazer estrada aí. Milhões e milhões. Caminhoneiros, não sei o que mais. E o povo tem condições? Não tem. Isso é esquerda. Não a esquerda que pensa em viajar de avião, viajar de não sei o que mais, olha só, quem é o Lula pra dar indulto para os outros países africanos, não sei o que mais, enquanto o povo lá de cima não tem água nem nada.</p>	
A24	<p>Como é que o cara que trabalha na favela vai ser médico? Não tem condições, vai ser um psicólogo, não tem condições. Te dou pra ti, vai ser pedagogo. Pedagogo, professor ganhando mil e 600 por mês. Aí dá um monte de pedagogo aí sem qualificação nenhuma./ Por isso eu sou a favor de criar a faculdade</p>	Faculdade social

	<p>social da favela comunitária pra trabalhar nos nossos jovens essa visão futura. Porque daí de repente tu consegue mudar algumas coisas. / Não, estou implantando, escrevendo um livro, escrevendo um modelo de gestão que o meu pessoal da associação tenha essa visão, todo mundo. Essa faculdade. Não podem se acomodar, tem que avançar e tem que ter essa visão. Se tiver isso daí consegue, lógico, brigar, que o governo é inimigo do ensino médio, passa-se a ter o ensino técnico, entendeu, para que o nosso jovem não fique no meio da rua, atirado na favela aí dentro./ Como vai ter quatro filhos se tu é um gari? Os filhos vão crescer... Tudo isso tem que ser trabalhado na consciência das pessoas, isso a esquerda tem que fazer. Ter um bom prato, uma boa comida, uma boa roupa pra vestir, uma boa escola, a escola tem que ser qualificada. Não ter essas escolas que querem fazer (inaudível 2:03:59), a escola tem que estudar e ter o curso dentro da escola. Até os 14 anos tem que estar na escola normal, dos 14 pra frente, tem que ficar até os 17. Aí sai com 17 anos qualificado.</p>	
A25	<p>O povo quer chegar aqui e quer sair daqui com resultado, certo? É isso aí. Hoje tivemos resultado no carnaval, botei mil pessoas. Ontem, todo mundo, é Líder A, beijo, beijo, beijo. Eles queriam o carnaval, então aí. Agora, aqueles que não têm asfalto na rua, não Líder A. E o povo é assim, é muito complicado. Ele é o mesmo que o mar. Um dia está pra cá, outro dia está pra lá.</p>	Visão utilitarista

APÊNDICE D – Tabela Líder B – Fragmentos e temas

Nome	Fragmentos	Temas
B1	<p>A gente acaba sendo uma referência no sentido de buscar melhorias e resolver problemas do cotidiano da comunidade, então, a gente acaba, na verdade, liderando esse, esses anseios e preocupações e muitas vezes sendo porta-voz das lutas da comunidade./ Cara, como a comunidade me vê? Como uma referência, não é? Uma referência majoritariamente positiva, senão não vinham bater aqui pra pedir e tal, porque se sentem representadas pelas coisas que a gente fala e defende./ (...) acho que nossas pautas são muito maiores do que isso e se nós não conseguirmos resgatar isso, nós vamos ter um futuro muito longo aí com esses movimentos organizados de direita aí e levando nosso povo a reboque, mesmo sendo massacrado, manipulado, eles vão continuar votando nesses caras e nós vamos continuar sendo só uma voz no meio disso tudo. Acho que nós precisamos começar a ouvir de novo o grito do povo atrás de nós, esse é o desafio.</p>	Porquê do líder
B2	<p>Foi a partir de estar acompanhando o meu pai e a minha mãe em reuniões, né, e depois das coisas da associação, do conselho popular na época, que era o Conselho Santa Tereza, e do Orçamento Participativo, do qual eu tenho mais de 20 anos de militância, em que eu já fui por duas vezes conselheiro do OP e, somando os períodos, por mais de 20 anos coordenei a mesa dos trabalhos dos delegados, o FROP.</p>	Motivação para atuação como líder
B3	<p>Tive influência sim de pessoas que a gente se espelhava na luta porque o que motivava a participação no Orçamento Participativo é ver em outras comunidades melhorias alcançadas, né, e não na questão de estrutura, mas também de entidades que prestavam serviço de atendimento pra comunidade.</p>	Influências
B4	<p>A criação das associações aqui elas se deram em cima da luta, da necessidade de buscar melhorias pras suas comunidades. Então, esse negócio foi tomando força, né, e muito motivado na época, né, a gente está falando lá dos primórdios, lá dos meados dos anos 70</p>	Razões para criação das associações

	<p>pra cá, que dá pra se falar em associação. A minha associação aqui, ela foi fundada em 1979 e o que foi importante nesse período. O período de formação da nossa cidade, a peregrinação, o êxodo das pessoas procurarem Porto Alegre pra trabalhar, muita gente vinda do interior, uma leva muito grande, as pessoas acabavam ocupando os espaços vazios da cidade, especialmente os mais próximos do Centro. Nós estamos falando da região Cruzeiro, que está aqui a três, quatro quilômetros no máximo da prefeitura municipal de Porto Alegre, que é o Centro, ela começou a se adensar. Os sindicalistas que faziam o enfrentamento basicamente às políticas dos governos ditadores que nós tínhamos, eles começaram a olhar esse movimento de migração também de uma forma de organizar esse povo pra buscar melhorias e reforçar também a partir disso o enfrentamento à ditadura.</p>	
B5	<p>Com o início da Administração Popular, esse negócio se aprofundou, né, e aí, sim, né, a gente viu, de forma organizada, por uma concepção de governo, de dialogar, o surgimento de um monte de associação, também comissões de acessos de ruas, então, o exercício da democratização, eu acho que, dos anos 80, finais dos anos 80, início dos 90, foi fenomenal, e aí o movimento cresceu.</p>	<p>Crescimento do movimento comunitário</p>
B6	<p>Eu acho que houve uma combinação naquele período, que é culminado com essa questão, é, do novo governo que se iniciava, eu acho que isso é fundamental, e aí não é questão de partido, estou falando na questão de concepção de governo, né, de criar ferramentas, diálogos e tal. Em 88, o que nós tínhamos aqui na Grande Cruzeiro? Nós tínhamos o quê? Valas de esgoto a céu aberto, ah, ah, digamos assim, não tinha rede de esgoto, não tinha água, problema da água aqui era impressionante, aqui na comunidade tinha três bicas d'água aqui que as pessoas, os que não conseguiam ir naqueles pés de galinha pra fazer sua ponte pra ir até sua casa e às vezes aquele negócio chegava tão precário que a gente via, isso é muito forte, marcante, as pessoas fazendo fila pra tomar banho nas penas de água, ainda lembro disso, a gente</p>	<p>Demandas para a luta comunitária</p>

	está falando lá, meados dos anos 80. Já em 88, esse governo que assumiu, na época o PT e os partidos que estavam no seu entorno, deram essa condição das pessoas decidirem, da comunidade se organizar e decidir pra onde iam os seus recursos. O que acabou acontecendo?	
B7	Então isso fez com que as pessoas viessem, se organizassem, começassem a decidir o rumo dos recursos investidos pela prefeitura e aí esse momento serviu também pra gente ver a riqueza do movimento comunitário, pena que haja poucos registros sobre isso porque naquela época a gente via multidões participando.	Participação comunitária
B8	Lá no passado tinha que fazer assembleias, em que eram acompanhadas pelo governo, fiscalizadas, tiradas na proporção de cada 20 pessoas participantes, tirava um delegado./ Porque esse povo depois ia para os fóruns de participação popular, do Orçamento Participativo, então ali era no voto, era no crachá, e assim eram decididas as coisas. Então esse negócio acabou fazendo com que as pessoas se organizassem e a gente começasse a ver as melhorias, uma coisa quase que imediata, ninguém acreditava que aquele negócio ali pudesse dar certo./ Então a gente tinha essa tradição, essa riqueza, isso que fazia com que a gente conseguisse juntar o povo todo.	OP e luta comunitária
B9	E quando começaram a surgir as redes de esgoto, água encanada, você não sabe a felicidade que era da nossa comunidade. Como era bom pra nós poder tomar um banho de chuveiro, aquecido, ali, no verão, no inverno, com aquilo que nós buscamos, né, porque o governo não estava dando pra nós de graça, o governo estava colocando pra nós a possibilidade de buscar trazer e pra isso tinha que fazer esse esforço, tinha que lutar, tinha que ir pro OP, tinha que sentar com os governos, tinha que acompanhar, tinha que fiscalizar as obras pra que elas acontecessem de uma certa qualidade. O valor que teve isso pra nós, né, e o custo disso, né, de suor, de esforço, um negócio bem bacana.	Resultados da luta comunitária

B10	Eu tive um período fora, eu tive o primeiro filho, aquele ano que nasceu, porque eu já vinha de muito tempo, né, aquele ano foi dedicar à família, vou acompanhar porque essa vida comunitária te suga, né.	Líder e família
B11	No momento em que as pessoas conseguiram o esgoto na sua casa, a água encanada na sua casa, o asfalto na sua casa, uma creche pra sua comunidade, né, o atendimento ali no postinho de saúde, mesmo que precário, o resto tudo perdeu importância./ Então eu não preciso ir na reunião, ah, mas a reunião vai tratar agora do tema da saúde, 7, 8 horas esperando atendimento, vai tratar do medicamento que falta na farmácia, vai tratar da creche que ficou pequena porque a demanda é muito maior, ah, mas “eu já não tenho filho, eu não estou doente”, não que não vá adoecer, mas veja só o pensamento das pessoas. E é isso que a gente começou a ouvir. “Eu não preciso mais.”/ Perdemos o, digamos assim, o cordão umbilical com essas pessoas, daí essas coisas que eu te coloquei acabaram sendo a justificativa pra que eles ficassem em casa assistindo à novela, ao Jornal Nacional, vendo filmezinho e hoje nós vemos isso.	Necessidades atendidas X falta de motivação para continuar luta
B12	Então eu atribuo isso assim é uma culpa que nós temos que puxar pra nós, porque nós contribuimos pra chegar nessa situação, né, que combina com os interesses dos governos.	Responsabilidade do líder
B13	Nós tínhamos representantes de todo esse traçado, era mais ou menos, eram 22 vilas que faziam parte da comissão e aí a executiva eram mais ou menos uns nove, dez, que daí já era mais quem estava no trecho, né. Então, e a questão da saúde, que eu acho que é uma questão só quem passa por o que a gente passa quando precisa de atendimento, ficar horas aguardando, eu falo porque eu vou pra fila ali também, eu vou pra emergência ali, eu acho que é uma questão eu acho que, acima de qualquer outra temática, acho que deveria ter prioridade de todos aqui, de toda a cidade, e tem sido secundarizado ao longo do tempo, então a gente tem denunciado aí, recebi de uma certa forma o reflexo disso, por meter a colher contra os governos, você sabe como é que funciona, né, o aparelhamento, e hoje eles estão, bem claro, né, essa podridão está	Razões para a luta comunitária hoje

	<p>inserida no Judiciário, no Legislativo, no Executivo, né, então a gente acaba sentindo o reflexo, mas não dá pra se acovardar, né, a gente toma o susto, mas vai de novo, enquanto tiver Deus por nós aí, a gente vai fazendo a luta./ Nossa região da Grande Cruzeiro não tem uma escola de ensino médio, né, não tem uma escola de... que forme, como no passado a Emílio Meyer tinha os cursos técnicos, que davam a capacidade do nosso jovem aprender uma profissão para o mercado de trabalho, e a gente viu agora o governo Sartori fechar o Alberto Bins agora, toda a estrutura, toda a adequação agora, todas as condições de ter uma escola de ensino médio noturno ali, né, um ponto estratégico ao lado do posto de saúde, próximos de paradas de ônibus no entorno ali, então essa é uma das nossas lutas, agora que ela (risos) aparece entrando em cada questão, mas com esse foco de resolver a questão da habitação e da saúde.</p>	
B14	<p>E o FROP, com essas mudanças de governo e do Orçamento Participativo, especialmente nesta em que tirou, esvaziou o Orçamento Participativo, no momento que disse que não precisava mais fazer reunião pra tirar delegados, a associação podia indicar, o presidente era nato e mais três delegados. Isso aí não fui eu que decidi essa regra aí, né./ Então, acho que o FROP, né, deu, digamos assim, com essa mudança de regra, ele fez um desserviço para o movimento comunitário e as mobilizações sociais. Por quê? A gente vive num cultura de se influenciar, né, pela TV, pelo jornal, pela internet agora, pelas mídias e tal, e nós fizemos o quê? Nós, não, nessa época que mudaram as regras. Agora estamos em outro tempo, modernidade e tal, não tem mais por que as pessoas estarem reunidas, hoje elas acompanham pelo, por mensagem, pela página, pelo blog, era blog, não tinha face ainda. Então nós quebramos com a cultura aqui na Cruzeiro de mobilização, quebramos com a cultura aqui na Cruzeiro de dialogar diretamente com a população e aí o seguinte: quando se perde a cultura o que acontece?</p>	Esvaziamento do OP

B15	<p>A gente teve um outro exercício em que a gente conseguiu recuperar um pouco essa participação, foi o tema da Copa, né. As grandes mobilizações, as assembleias com mais de 700 pessoas dentro da associação, dentro não, fora, porque ali dentro lotou e tivemos que botar caixa de som na rua pra poder ouvir o prefeito sobre as sugestões e acolhimento do documento de 2011, novembro de 2011, que entregamos pra ele sobre as nossas reivindicações, dizendo como nós queríamos, aí falava essa questão de permanecer na região, alternativas pra habitação, né, além da questão de indenização, pessoal do comércio, as questões de esporte, porque nós íamos perder os campos de futebol, como é que ficava, o que recebia nisso então, isso deu mais de 200 reuniões e a gente tem fatos históricos, vamos lá, inesquecíveis até hoje eu tenho no meu blog, se tu procurar tu vai ver, uma reunião na Vila Silva Paes, nós fazíamos dentro da igreja lá, da Assembleia de Deus, então na época, as reuniões ali sempre lotadas. Daí certo dia a gente marcou a reunião lá e o pastor não apareceu. E o povo todo aguardando pra entrar na igreja. Aí tinha um beco, né, a gente procurou o melhor lugar onde tivesse melhor iluminação, colocamos uma caixa de som e ali a gente fez a assembleia dos moradores com a prefeitura, um negócio fenomenal./ A comunidade toda ela na rua. Os caras no beco ali, no acesso, o negócio lotado. Então esse negócio é pra arrepiar, Fabiano, vamos pegar o seguinte: a Vila da Figueira foi diretamente atingida, 19 famílias ali da Dona Zaira, por quê? Porque a prefeitura adquiriu o terreno atrás pra construir 224 unidades e ali aquela vila que estava ali, precária, na encosta, que era uma encosta de morro, se tu entrar ali vai ver que em alguns lugares dá três e meio, quatro metros de altura, né, num barranco que passava, as pessoas tinham que sair, elas foram cadastradas para o projeto da Tronco pra voltarem pra lá ou qualquer outro empreendimento da prefeitura que quisessem, tendo os mesmos direitos atingidos aqui, bônus-moradia, indenização, o que eles quisessem. Então ali também o seguinte: ali era reunião na rua, meu irmão. E depois começamos a fazer na creche Tio Zé as</p>	Obras da Copa abrem nova onda de mobilização
-----	---	--

	<p>assembleias ali também. Então assim ó, o que mais, a Vila Cruzeiro, bah, a Vila Cruzeiro parece que o povo tinha problema de entendimento, acho que foi a comunidade em que a gente mais fez reunião, mas estou falando em reunião de não caber dentro da associação de moradores todo o povo porque era um negócio que mexia com a massa. Então, cara.../ Acho que tem uma coisa que é a maior riqueza de uma família, né, é o seu teto, a sua moradia. Então tu colocou em risco ali a moradia e isso fez com que eles saíssem de dentro de casa e aquele negócio que eles tinham asfalto, esgoto, já não ia ter mais valor pra eles porque a casa deles já não ia existir mais ali.</p>	
B16	<p>Aqui, esse negócio, a gente perdeu também, né, a gente perdeu a possibilidade de retomar essa relação. Não só de pessoas que foram atingidas, mas tinha uma parcela de pessoas que iam ficar, ok, Fabiano, então por vaidade, digo vaidade, o seguinte, ó, por quê? O Fabiano está à frente do negócio, o Fabiano está bombando lá, as reuniões lá da habitação, o Fabiano está chamando o povo e o povo está vindo e tal, eu não vou lá dar moral pra ele, daqui a pouco o Fabiano vai ser candidato a vereador, a isso, a aquilo, tu entendeu?/ eu cansei de ser queimado, eu cansei de ser queimado por outras lideranças, né, que agora querem tratar do tema. Dizem: “Ah, mas eu não tenho nada a ver com isso, isso não vai atingir a minha comunidade”. Isso não pode ser só pauta aqui. Questões que mexem com toda a estrutura da região./ As pessoas não conseguiram entender esse negócio. Elas ficaram cegas, vamos dizer assim, de ciúme, de inveja, infelizmente./ A gente vive um momento em que a sociedade de disputas, de egos, de vaidade e tal, aquilo que eu te falava, a gente perdeu oportunidades por isso de estar se potencializando numa pauta que eu estava à frente, talvez se fosse decisão da maioria poderia ter cedido a cadeira.</p>	<p>Centralização e vaidade do líder</p>
B17	<p>As pessoas parecem anestesiadas, né? Essa questão da saúde, aí, tão importante, se você for agora no Postão, se não tiver 200 pessoas aguardando, tem mais, não menos. Chama para uma reunião pro pátio ali, pra falar de</p>	<p>Anestesia das pessoas diante dos serviços precários</p>

	<p>um tema, de uma mobilização, de um protesto, as pessoas começam a expor o descontentamento com tudo aquilo que está acontecendo, as pessoas não saem, Fabiano, às vezes, até viram a cara lá dentro, mesmo estando ali a cinco, seis horas aguardando. É uma coisa que eu acho que nós vamos ter que chamar a universidade pra nos ajudar, acho que tudo o que a gente for falar aqui eu acho que pode ser no chutômetro porque é incompreensível que as pessoas não se manifestem pelo transporte ruim, pela saúde, que está precária, pelos serviços públicos que a gente vai ver que antes eram referências, tu ligava pro DMAE davam 48 horas dos governos anteriores, mas em duas horas já tinha uma equipe ali, estava trabalhando, o DEP não existe, foi aniquilado./ Tomara que seja só em Porto Alegre, que não seja uma coisa nacional, porque a capital da participação popular, a capital do Orçamento Participativo, a capital de um monte de coisa hoje a população está anestesiada, né, com todos esses dilemas que a gente enfrenta no dia a dia.</p>	
B18	<p>Já estão falando por mim, tu já fala por mim quando vai numa reunião do Conselho Distrital, eu me sinto representado porque tu sabe o que tem que falar, só que as pessoas não tem o entendimento de que se não tiver alguém por trás dos Fulanos, seja lá quem for, eles não vão dar importância. Tu até pode falar por mim, mas eu tenho que estar atrás de ti ali pra quando ir para o pau, eu levantar a mão, bater palma, eu gritar, eu cobrar junto. E é isso o que está acontecendo, as pessoas terceirizaram, não é? Aí eu acho que nesse sentido as redes sociais acabam fazendo mal para o movimento porque as pessoas estão vendo, eu estou vendo o que o Fabiano está fazendo, “parabéns, Fabiano”, vou curtir ali ó. Às vezes, nem fazer um comentário. Bom, o cara falou por mim. A gente vai ter solução. Não vai ter solução. Porque se eu não ir contigo, não ficar atrás de ti ali e berrar junto, não vai ter./ Pode chamar quem for chamar, se chegarem 20 pessoas nós vamos ter que soltar foguetes, que é muita gente, neste momento. Antes era só falar que tinha reunião eram 200, 300 pessoas do entorno porque, como eu te</p>	Apoio, base do líder

	<p>falei, era questão do que não tinham, hoje eles têm tudo. E ao mesmo tempo vão ficar sem nada se continuarem nessa inércia. Então é isso, nós vamos ter que procurar um debate mais amplo, além de nós, uma ferramenta de buscar trazer essas pessoas pra fortalecer a nossa representação.</p>	
B19	<p>Fabiano, por uma questão partidária e uma questão de identificação, minha origem é de esquerda. Não diria que sou de direita, mas a questão de ideologia se perdeu tanto, né? A gente vê o reflexo disso na sociedade, né. O que é esquerda? O que é direita? No passado não tão recente, quando era da Administração Popular, essa questão do PT interno, isso refletia na sociedade, né, se dizia, Porto Alegre capital da esquerda, no Largo da Epatur, que a gente ia lá, não podia nem se mexer, de tanta gente que a cada final de eleição, que era o ponto de encontro, o povo saía, tomava a Cidade Baixa, notícia de jornal, não é eu que estou falando: capital da esquerda, capital que era referência, todo mundo ia ver o que acontecia aqui de esquerda./ Eu não vou dizer que sou de esquerda nem de direita, vou dizer o seguinte, eu sou lulista, já ouviu falar nessa palavra? Lula, Lula, lulista, e não vou dizer que o Lula, apesar do discurso do PT, que ele exagera ali, a esquerda, mas eu acho que é uma outra coisa, Fabiano, uma outra concepção. Porque o lulismo, o Lula não foi um governo de esquerda, não foi um governo só de esquerda, não foi voltado só, vamos ver a política econômica, e eu vou te dizer que eu acho que foi ruim, né, a esquerda era contrária. Eu não vou dizer que foi ruim a política econômica do Lula, sabe por quê? Porque a partir da política econômica do Lula eu fui beneficiado./ A política era de esquerda? Não era de esquerda. Dentro do PT, os mais ideológicos, “isso é política que dialoga com o FMI, que dialoga com o raio que o parta”, vários questionamentos, várias questões. O que eu vou te dizer? O governo Lula não era um governo de esquerda, o governo Lula era o governo Lula e eu sou lulista. Acho que esse é o meio, nem tanto à esquerda, nem tanto à direita./ A diferença é a seguinte. Eu sempre tomo por base a questão das gestões</p>	Governos de esquerda X direita

	<p>municipais, que foi o governo do Estado, os do PT, o do Olívio e do Tarso, tem diferença do governo do Olívio e do Tarso e o que foi o governo, o nosso governo federal. O governo Dilma foi diferente do governo Lula, não é? Acho que assim, a esquerda, né, sempre visa mais a questão social, da divisão de políticas mais gerais que atendam toda a sociedade e tal, e a direita a gente está vendo aí, né, políticas, benesses para quem mais tem. O entendimento da direita é o seguinte, vamos potencializar o empresário porque o empresário está empregando essa pobrerada aí, eles que se virem aí, meu interesse é de que ele fique cada vez mais rico, ele vai continuar empregando, ou escravizando, como a gente vê em algumas situações, em algumas regiões do país, o nosso povo./ O governo Fortunati foi um governo de centro-esquerda, se olhar a questão, foi o governo que mais construiu creches aqui, que coerência, inclusive a nossa aqui, a Sonho Meu, que saiu do papel, não foi nem ele, foi o Fogaça, o Fogaça pegou demandas nossas enterradas três anos ali e o que ele fez? Fez uma parceria público-privada./ Jairo Jorge, né, aqui em Canoas, saiu com quase 80% de aprovação, só que era uma ameoba lá a candidata dele de um outro partido, deu no que deu aquelas aberrações lá, da imaturidade daquela piizada que ele tinha no entorno dele ali em Canoas, senão tinha feito o sucessor tranquilamente. Era um governo de esquerda, né, digamos de esquerda também, mas caminhando nesse campo centro-esquerda./ Ter o entendimento de que sozinho não vai se ganhar essa eleição, só pela esquerda.</p>	
--	---	--

APÊNDICE E – Tabela Líder C – Fragmentos e temas

Nome	Fragmento	Temas
C1	<p>O MST é minha referência. A princípio pensei em aprender com eles como lutar pelo direito de moradia, já que eu também morava numa ocupação. E eu aprendi na lida do dia a dia que não era só a moradia, era terra pra morar, pra plantar. Pra mim foram valores muito fortes e fiquei. A educação do MST, a alfabetização com os filhos é fantástica. Por muito tempo eu pensei em estar lá para construir isso para os meus filhos. Muito bom. Mas eu não era uma assentada, não era filha de um agricultor, aí eu trouxe para o urbano o que eu aprendi lá. / Eu fui forjada pelo movimento popular dessa região, pela União de Vilas, eu fui cria da União de Vilas.</p>	Referências
C2	<p>Eu comecei aos 22 anos, eu era casada e o meu time de futebol, o time de futebol que o meu marido jogava se reunia aos domingos e eu ia com as outras esposas./ E aí quem vai com o time, quem vai com o time, eu era a lideran... eu era a pessoa mais ativa do time na época. Então eu ia. Fui e participei dos movimentos que tinha naquele período./ Muita coisa aconteceu ali num período em que a União de Vilas estava num processo do barracão, que era a lona preta, ocupando ali onde é a Vila Barracão. Eu ia porque tinha que participar das reuniões pra entrar na escala, agendar o espaço do campo pra jogar. Então ali eu comecei.</p>	Início na militância
C3	<p>84, 85. Não tinha o ECA e as crianças podiam produzir e vender. Na Zona Sul tinha um projeto a partir dos 12 anos. Então fomos produzir. Eu tinha uma cozinha maravilhosa no andar térreo, uma cozinha maravilhosa com um fogão com seis bocas que era maravilhoso./ Naquela época, eu aprendi a cuidar de crianças, além das minhas, né, e cuidar de adolescentes porque os meus não eram adolescentes, eram crianças.</p>	Atuação com a infância
C4	<p>Concorri ao Conselho Tutelar em 98, fiquei na primeira suplência, assumi lá e nesse meio tempo, no lidar com criança, tu aprende que é gostoso. Daqui a pouco tu começa a trabalhar com os teus da comunidade. E a minha</p>	Razões para liderar

	<p>liderança vem se dando através do esporte e da cultura. Ela não se deu baseada no direito de morar porque minha vó já tinha garantido o direito de morar. Fui uma das primeiras a ocupar. Minha mãe tinha me dado o direito de morar ao ocupar. Foi embora e me deixou morando ali, maior de idade. Então não era a minha luta por moradia. Era pra esporte, para estar junto onde estava, era cultura e aí a gente começou a fazer dança com as meninas da vila dentro do meu pátio, do pátio da vizinha. O meu movimento, a minha liderança vem se dando a partir da criança e do adolescente, o direito de querer estar.</p>	
C5	<p>Nesse meio tempo em 96 eu me separei do meu marido. Porque aí eu fui para o movimento popular em 86, 89, e aí “tu vai te embora porque mulher minha fica dentro de casa”. E aí a mulher minha já tinha aprendido a andar na rua. E aí tu tá mais na rua, tu cuida de filho, tu trabalha, tu vai em reunião.</p>	<p>Obstáculos culturais para atuar</p>
C6	<p>E aí eu me senti uma líder comunitária porque eu estava saindo dos projetos para ser a presidente da vila, uma vila com um prédio maravilhoso, devendo, com o nome no Cadin, sem nenhum projeto social. Daí tu vai para dentro e descobre que quando fizeram o prédio não prestaram conta direito, e o recurso era federal, da antiga LBA.</p>	<p>Prestação de contas</p>
C7	<p>Sou presidente de novo. Aí vamos de novo para o OP, vamos buscar metas, vamos de novo ampliar, vamos de novo para o conselho, contrato pessoas, formo uma equipe com o meu olhar porque eu entendo que eu dei os primeiros empregos para todos, uma equipe que se formou agora em Pedagogia, porque eu entendo que o meu olhar é um olhar de proteção. Quer trabalhar comigo vai trabalhar sob o meu olhar, e o meu olhar é o de proteção. Quem alicia é a entidade, não é o cara lá na rua, do tráfico, da exploração sexual, não. A entidade tem que estar pronta para buscar na rua.</p>	<p>Papel de proteção</p>
C8	<p>Hã, a nossa companheira, passou um abaixo-assinado na vila “Fora Líder C e sua corja.” Pra mim estava tranquilo. Eu estava saindo e ia sair, mas a minha diretoria estava pronta para dar continuidade no trabalho./ “Fora Líder C e sua corja”, “Fora Líder C e sua corja” e passou o abaixo-assinado dentro da</p>	<p>Contestação ao líder</p>

	<p>vila e as pessoas assinaram. Sabe, eu não sei até hoje quantas pessoas assinaram, mas eu ouvi de uma menina no whats, porque isso foi para o whats, que realmente está na hora, se não sair chame o Zambiasi, chame o fulano, sabe, aquelas coisas baixas. Está na hora de sair. Vamos sair.</p>	
C9	<p>Mas isso é a associação de morador. O que que restou dessa liderança, que lá estava na associação de moradores, que viu a sua casinha de boneca ser, sabe, porque era uma casinha de boneca, crianças, eu ensinei as crianças a fazer projetos do que que a gente quer pra esta sala, um papel na parede, como é que a gente faz pra conseguir, sabe, quem que a gente vai buscar como parceiro, eu tinha parceiros maravilhosos.</p>	Resultados do trabalho
C10	<p>A Associação não tinha prédio pronto, eu não tinha planta, eu não tinha nada ainda, só sonhava em ampliar, fazer um andar em cima, mas eu já tinha a noção de trabalho e renda para os moradores lá dentro, e eu dizia: “Bah, mas é mesmo, exatamente o que a gente precisa”. Então tá, vamos fazer. Nós estávamos na associação de moradores, nem sabíamos ainda se íamos ganhar o Comunidade Solidária, nós sentamos e fizemos a ideia do projeto, que era uma cooperativa para jovens costureiras, jovens mães./ O projeto saiu dali, termina o projeto. Se ganhar ou não, nós vamos fazer. Nós não vamos ter dinheiro pra comprar tudo aquilo que queríamos, construir, contratar mão de obra pra construir o prédio, mas nós vamos fazer no espaço que tiver. E eu sempre acreditando que com uma máquina de costura as mulheres geravam renda, mas muito baseada em uma história que as pessoas diziam assim: “A minha mãe costurou muito na máquina de costura para eu fazer faculdade em Porto Alegre e ser professora”. Essa é a história de 90% das professoras aposentadas hoje. Suas mães eram donas de casa e costuravam. E elas estudavam. Então era assim./ Foi um período também da construção da COOTRAVIPA e aí a COOTRAVIPA também era o auge pra gente. Eu também estava na primeira reunião que construí a história da COOTRAVIPA, sabe, porque eu já estava no movimento popular, tudo isso incentivando e dizendo que era possível. Eu sabia o que eu não queria, que era</p>	Cooperativa, geração de renda

	<p>uma creche, sabe. O que que queria era de sete pra cima resolver os problemas porque parece que ninguém cuidava. O Conselho só me fortaleceu isso, passar pelo Conselho. Lá, Fabiano, quando a gente construiu a sala de costura, começamos a costurar./ Então nós fizemos uma Associação de Mulheres. Tem 18 anos, sozinha e independente, uma diretoria de dois em dois anos, pra ser presidente dela o estatuto totalmente diferenciado dos outros, pra ser presidente, tu tem que ter passado por tesoureira e ter sido vice. Então, assim, as escolhas são sempre entre elas, é a menina dos meus olhos, é, eu fui presidente por alguns anos, quando fui pra associação de moradores pela segunda vez, e aí ela já existia, decidi que não seria mais dela e não sou até o dia de hoje, hoje também não sou, mas ela é a minha menina dos olhos. Atende 27 mulheres, tem três meninos hoje, então 25, e tá tudo muito tranquilo. Se isso não é ser liderança eu não sei o que que é.</p>	
C11	<p>Eu tinha ganho o projeto, eu tinha construído, eu tinha sonhado. Eu não sonhei sozinha, eu sonhei junto com elas, tu entende? A gente tinha um sonho. Eu só estava à frente. Entrei na sala, quando eles foram embora, e disse: “Bom, adiós projeto”.</p>	Desunião
C12	<p>Sempre por essas necessidades básicas. Todas elas, a princípio, foram pelo direito de moradia, fundamental na região da Cruzeiro. Uma outra, por outros segmentos, como educação infantil, a necessidade da educação, todas elas foram baseadas nessa situação, o direito ao esgoto, ao saneamento básico, à água potável, ao direito de morar, a busca pela melhoria do bem-estar da comunidade. A União de Vilas participava ativamente, sendo, indo para o processo eleitoral, fazendo a direção, quem vai ser o presidente, discutindo lá, aí eles iam na União de Vilas, diziam o que a comunidade precisava, a gente orientava como fazer a associação, discutia estatuto, íamos lá no dia da eleição, fazíamos a eleição, com livro-ata, aberto, as pessoas votando em urnas, todos os moradores, sempre incentivando que tivesse mais de uma chapa ou que tivesse uma de consenso, mas mesmo assim era necessário ir lá e referendar o voto e foi nascendo cada associação de moradores.</p>	Criação das associações da região/União de Vilas

C13	<p>então assim, eu nunca tive dificuldade de fazer estatuto, eu sei o que eu não gosto, sabe, e aí tu diz assim: “Vamos falar na legalidade”. A legalidade do quê? Dizer que a minha filha não pode ser presidente, não pode ser a coordenadora da minha instituição. A instituição não é minha, eu estou lá como presidente. A instituição é da comunidade. Ela é funcionária pra trabalhar, se ela tiver entendimento que ela está trabalhando para aquela comunidade e não para a mãe dela, ela está no lugar certo. Na medida em que ela inverte os papéis ou eu, de que ela trabalha pra mim e esquece a comunidade, ou ela que trabalha para mim e esquece a comunidade, ela não está mais lá. Ah, mas a legalidade diz que é o que mesmo que chamam isso? Estou te perguntando. / Pois é. É nepotismo? Não sei. Compromisso com a comunidade e quem eu coloco para trabalhar comigo são pessoas, sim, de minha confiança e que vão fazer do espaço o meu olhar. Tá errado? Não sei. Agora, quando der errado, tem que ter a grandeza de dizer: “Você é funcionário aqui”. Não quer, não me serve. Demite./ E se quem administra não tiver o olhar de quem quer cuidar da comunidade como um todo, independente de ser filho dele ou filho do papa, não vai fazer um bom trabalho, se o cara não entender. Bom, pra mim é isso, se é nepotismo, tenho minhas dúvidas.</p>	Nepotismo
C14	<p>Você brigava hoje por mais médicos e amanhã você tinha mais médicos. Você brigava hoje por um posto de saúde que estava fechando, amanhã você tinha medicamento, hoje não. Hoje você briga, briga e as pessoas que estão na briga contigo são iguais a ti, tu não tem com quem brigar, não tem como brigar, como garantir direitos hoje, aquele era um movimento de garantia de direitos, de garantia de atendimento à saúde, e a saúde básica, que era o primeiro atendimento. Hoje tu não tem. Hoje tu briga com quem?/ Então, sabe, hoje a gente briga para estar junto, a gente briga pra manter o espaço aberto, não pra garantir direitos.</p>	Luta comunitária, demandas frustradas
C15	<p>tu entende, então as pessoas estão ali e elas são parceiras, elas são companheiras, mas elas são garotas de recado, sabe, enquanto o... Eu levo lá pra uma outra fase da ditadu... da história,</p>	O militante como gestor

	<p>sabe, na qual os grandes manda-chuvas mandavam, sabe, e usando a mulher. Vou fazer assistência social e eu entendo um monte disso. Então eu não me sinto hoje à vontade em brigar com a direção de nada, a direção, ela está ali, é o gerente do espaço. / Houve um momento em que o cara que coordenava o CAR, o cara que chamava para o FROP, não podia morar na região. Hoje ele mora na região, ele é nosso amigo, amigo nosso de infância, entende, que aí chama, o prefeito não vem, o secretário não vem, não tem resposta./ O governo não é parceiro do movimento popular. O movimento popular é uma coisa, o governo é outra. O movimento popular surgiu exatamente isso: pra impulsionar o governo a fazer, senão não era preciso. Aí a gente fica amém do movimento popular, então eu sou CC do governo e eu fico aqui como outro qualquer, fazendo pelo bem-estar do meu governo, daí não serve. Eu tenho que decidir: não dá pra servir o movimento popular e o governo./</p>	
C16	<p>Teve sim, quando é que o FROP teve? Você tinha aquela reunião anual do prefeito e seus secretários, né, na comunidade. Você ia lá e você tinha 800, 600, 500 moradores, moradores, 100 moradores. Hoje você vai pra reunião, o prefeito nem vem na comunidade. E, nos últimos cinco anos, quando vinha, você tinha quantas pessoas? Tinha mais CCs, secretários e outros do que a comunidade. Então isso é o que tem que pesar.</p>	OP, participação prefeitura e comunidade
C17	<p>Tinha a reunião do FROP e depois do Fórum de Serviços. E os caras vinham, saíam dali com a demanda de serviços, na semana seguinte, dali a um mês o serviço estava pronto. Mas não. Acho que a resposta está aí, sabe, hoje, pra mim, ele não precisa existir. Hoje não precisa existir não, uns oito anos daí, ele já podia ter, sabe, fechado seu ciclo, fechado seu ciclo, repensado sua fórmula, porque é aquilo, era um projeto de outro governo. Então, deveriam, “nós não sabemos fazer”. E contrata quem faz, e vira qualquer coisa. As pessoas deixam de ser importantes, a acessibilidade das pessoas deixa de ser importante, a saúde das pessoas deixa de ser importante, as coisas deixam de ser importantes.</p>	OP, fim de ciclo
C18	<p>A falta de esperança. As pessoas não têm mais esperança. Inúmeras pessoas registram</p>	Falta de esperança

	<p>solicitações de serviços e não têm sido atendidas. Inúmeras pessoas solicitam, usam o 0800 pra saúde e não são atendidas. Inúmeras pessoas pedem pra cortar a grama do traçado viário que leva até a parada de ônibus e não são atendidas, sabe, e depois, a conjuntura do país, sabe, leva a pensar que é tudo igual./ Eu acho que a gente vem perdendo... Se não há tesão, não há solução, é um livro que eu tenho lá em casa./ Eu acho que é isso: falta de esperança. Porque o seu Pedro tem me dito, eles fazem reunião à tarde do posto de saúde, né, e tem ido poucos moradores. Eu penso com ele, mas é um horário que a gente está no trabalho. Mas a gente faz a reunião de noite, né, nós nos encontramos poucos e sempre os mesmos, né. O que tem fluído muito em relação aqui nós, Conselho Tutelar, é a reunião da rede, a rede criança e adolescente está com bastante compromisso./ Então tu vê que os serviços relacionados para a criança e o adolescente que os funcionários trabalham nessa região, eles vêm. Liderança, morador é que a gente está com dificuldade. E eu acho que é por isso mesmo, o desencanto. E por isso eu acho que tem algumas dinâmicas a adotar, dinâmicas que a gente precisa adotar pra construir vínculo. Porque se a gente constitui vínculo a gente anda na chuva junto, a gente dá as mãos e impede um ônibus de andar, a gente diz vamos amanhã ou vamos agora juntar pneu e amanhã de manhã trancar a rua</p>	
C19	<p>A gente constrói, mas a gente discute, mas não implanta. Demora muito tempo pra ser implantado. E eu acho que ideias e boas ideias eu acho que não é pra ficarem guardadas na gaveta. É pra se por em prática. O máximo que pode acontecer é ter ajustes lá no caminho. Sim, mas a ideia original era essa sim, mas a original, sabe, estamos ali discutindo a original. Daqui a pouco chega alguém de fora e disse pra nós: “Olha, mas isso aqui se vocês fizerem assim pode ser melhor”. Sabe, não dá pra gente ficar... A gente perde muito tempo discutindo. É que nem casamento. A gente perde um tempão namorando que quando casa logo acaba. (risos.) É isso, né, o movimento popular hoje. A gente fica um tempão pensando em se a</p>	Falta de proatividade

	<p>gente vai ocupar a rua pra fechar aquele buraco que aí cai carro, os caras pescam no buraco, porque a gente estava discutindo se ia ser parceiro do governo ou não./Sabe, porque eu disse vamos ocupar a Escola Alberto Bins, nós estamos até hoje discutindo. Se você vê quando foi que eu disse isso e a escola foi depredada, roubada, não tem fiação. É e a gente podia ter, naquele período, ocupado, porque ocupar ia forçar uma discussão, e a gente ia ter, mesmo que nós não ficássemos com os nossos trabalhos ali, nós teríamos garantido que o recurso público não tivesse sido posto fora em vão. É isso que a gente precisa pensar: o recurso público é nosso./ Se o movimento popular quer ter as pessoas, precisa ter ações, ações efetivas, ações muito mais do que afirmativas e efetivas, elas tem que ter resultados, porque, senão, eu não vou deixar, eu deixo, eu moro sozinha, então pra mim é muito tranquilo.</p>	
C20	<p>Tu tem que saber o horário que tu tem que sair e deixar outros fazerem, sabe, novas ideias, ar novo, oxigenação, sangue novo./ a gente tem que saber ensinar porque ninguém é eterno.</p>	Renovação movimento comunitário
C21	<p>Sabe, o movimento popular desta região, da Cruzeiro, foi o que mais matou mulher, o que mais mulheres do movimento popular morreram, a gente faz uma lista de lideranças comunitárias que morreram. / Não pode se trabalhar uma grande mulher, essa mulher tem filhos homens, ela convive com homens, se o marido, aí se separa, mas os filhos também não a respeitam, então eu acho que não se constrói uma grande mulher sem pensar no grande homem que está com ela.</p>	Questão feminina
C22	<p>Não, eu não vim aqui pra ficar sentada numa reunião dizendo amém, não vim mesmo, não vim mesmo.</p>	Postura de líder
C23	<p>Eu estou construindo, sabe, eu só não quero que ela reconheça isso quando eu morrer, sabe, não quero nunca ser nome de rua, não tenho pretensão de ser vereadora, não, eu sou conselheira tutelar. Se eu não estiver à frente disso, que é o Conselho Tutelar, eu vou estar à frente de um projeto que emancipe pessoas.</p>	Reconhecimento
C24	<p>Então essas coisas assim, eu sou muito família. Defendo meus amigos até de baixo d'água, tenho pavor de droga, pra mim isso é a</p>	Defesa da família

	<p>perdição da humanidade, os meus atendimentos no Conselho Tutelar sabem, eu tenho pavor de droga e sabem que eu vou sempre tentar com que a família cumpra o seu papel. Primeiro a família. Artigo 4 do Estatuto. Vou esgotar todos os recursos com a família.</p>	
C25	<p>O que que tu acha? (risos.) Eu sou de esquerda, da esquerda, da esquerda. Mas eu também sei dos defeitos que a esquerda, em nome da esquerda a gente construiu, algumas coisas que, sabe, dói, dá medo, mas eu acredito no outro, sabe, eu quero dividir com o outro, eu não quero uma sociedade melhor pra mim e para os meus, eu quero uma sociedade pra todos nós. Eu não quero continuar me gradeando, carro à prova de bala, sabe, com medo de sair, eu já perdi muito de andar com as pessoas, eu quero andar com as pessoas, então, às vezes, eu fico em dúvida se isso ainda é ser de esquerda. Então eu não sei ainda o que é isso, vou continuar por aqui, se por aqui me qualifica.// A compreensão do todo porque eu não vou me mudar da Cruzeiro. E a Cruzeiro nunca vai ser de direita. Eu tenho uma vista linda, a vista mais linda da minha casa e um dia alguém me disse que todo mundo que briga pra ter a vista do rio é de esquerda. Não sei, eu realmente não sei. Eu já pensei em fazer algumas qualificações de direita, até pra saber se eu sou realmente de esquerda, mas pra isso eu vou ter que me desfiliar do meu partido. Talvez um dia eu faça. Talvez um dia eu faça.// . Não pode se trabalhar uma grande mulher, essa mulher tem filhos homens, ela convive com homens, se o marido, aí se separa, mas os filhos também não a respeitam, então eu acho que não se constrói uma grande mulher sem pensar no grande homem que está com ela. E esse grande homem é o filho, é o irmão, sabe, é o pai, então. Essa sou eu, ainda... E aí tu vai dizer assim: “Então tu é de direita”. Porque eu ainda sou da família. (risos.) Tu vai dizer que eu sou de direita daí.</p>	<p>Concepções de esquerda e direita.</p>

APÊNDICE F – Tabela líderes – Categorias resultantes

Fragmentos	Categorias
<p>A. 1 Me imagino um agente comunitário que entrou para a militância do bairro sob as circunstâncias da sua necessidade.//</p> <p>A. 19 Eu hoje eu, meu papel é mais ser filósofo, ser sociólogo, só isso, da organização. Eu estou numa idade em que eu aprendi tudo e gostaria de repassar para os mais novos, da organização comunitária, movimentos sociais, passar minha experiência, acho que não tenho que levar pra mim o que aprendi, e dizer pra eles como é que funciona, assim, assim. Até estou fazendo um sacrifício nas reuniões, gosto tanto do pessoal, pessoal, isso e isso, voltei a liderar os povos aqui da região, mas com uma nova visão, visão de parlamento, democrático, sociólogo, implantação de cursos, só pode hoje brigar se souber quais são teus direitos. Pessoal analfabeto, antigamente, eu vou pegar o cara que é o mais velho, e ele conhece todo mundo, era assim antigamente. Hoje tem que chegar e dizer quem é que tem condições de redigir uma ata, quem tem condições de fazer um projeto, quem sabe leis, pra poder brigar junto com a Promotoria Pública, entendeu, mostrando seus direitos, conhecimentos e dados./ Então meu papel hoje é implantar isso dentro dos nossos irmãos e estou conseguindo, fazendo um trabalho de planejamento. Senão não adianta pegar aqui, com esse governo novo que temos aí, da direita, não aceita mais bater na porta dele e nem te recebe. Como é que chega lá? Fazendo projeto, fazendo leis, a lei tal, primeira coisa tem que ler o Plano Diretor, segundo pegar a Carta Magna do país./ Como o povo me vê? O povo me vê hoje como ontem, gostaram de me beijar, me agarrar porque era o carnaval. Ontem eu estava sendo cogitado por todo mundo (risos). As mulheres me agarrando, me beijando, o samba, tu é o único cara. Ontem, amanhã não sei, né (risos) porque o povo só te vê quando vê vantagem em ti, entendeu? Essa é a questão.// A 14 Você termina o Ensino Médio e dá o sorteio de escola e você vai estudar fora daqui. O pessoal acatou, aceitou. Então a população não brigou muito não. Então de um a dez na pontuação, dou um. Então tu vai brigar por uma coisa que a população não briga contigo?// B1 A gente acaba sendo uma referência no sentido de buscar melhorias e resolver problemas do cotidiano da comunidade, então, a gente acaba, na verdade, liderando esse, esses anseios e preocupações e muitas vezes sendo porta-voz das lutas da comunidade./ Cara, como a comunidade me vê? Como uma referência, não é? Uma referência majoritariamente positiva, senão não vinham bater aqui pra pedir e tal, porque se sentem representadas pelas coisas que a gente fala e defende./ (...) acho que nossas pautas são muito maiores do que isso e se nós não conseguirmos resgatar isso, nós vamos ter um futuro muito longo aí com esses</p>	<p>Liderança</p>

movimentos organizados de direita aí e levando nosso povo a reboque, mesmo sendo massacrado, manipulado, eles vão continuar votando nesses caras e nós vamos continuar sendo só uma voz no meio disso tudo. Acho que nós precisamos começar a ouvir de novo o grito do povo atrás de nós, esse é o desafio.// B 10 Eu tive um período fora, eu tive o primeiro filho, aquele ano que nasceu, porque eu já vinha de muito tempo, né, aquele ano foi dedicar à família, vou acompanhar porque essa vida comunitária te suga, né.// B12 Então eu atribuo isso assim é uma culpa que nós temos que puxar pra nós, porque nós contribuimos pra chegar nessa situação, né, que combina com os interesses dos governos.// B18 Já estão falando por mim, tu já fala por mim quando vai numa reunião do Conselho Distrital, eu me sinto representado porque tu sabe o que tem que falar, só que as pessoas não tem o entendimento de que se não tiver alguém por trás dos Fulanos, seja lá quem for, eles não vão dar importância. Tu até pode falar por mim, mas eu tenho que estar atrás de ti ali pra quando ir para o pau, eu levantar a mão, bater palma, eu gritar, eu cobrar junto. E é isso o que está acontecendo, as pessoas terceirizaram, não é? Aí eu acho que nesse sentido as redes sociais acabam fazendo mal para o movimento porque as pessoas estão vendo, eu estou vendo o que o Fabiano está fazendo, “parabéns, Fabiano”, vou curtir ali ó. Às vezes, nem fazer um comentário. Bom, o cara falou por mim. A gente vai ter solução. Não vai ter solução. Porque se eu não ir contigo, não ficar atrás de ti ali e berrar junto, não vai ter. // C4 Concorri ao Conselho Tutelar em 98, fiquei na primeira suplência, assumi lá e nesse meio tempo, no lidar com criança, tu aprende que é gostoso. Daqui a pouco tu começa a trabalhar com os teus da comunidade. E a minha liderança vem se dando através do esporte e da cultura. Ela não se deu baseada no direito de morar porque minha vó já tinha garantido o direito de morar. Fui uma das primeiras a ocupar. Minha mãe tinha me dado o direito de morar ao ocupar. Foi embora e me deixou morando ali, maior de idade. Então não era a minha luta por moradia. Era pra esporte, para estar junto onde estava, era cultura e aí a gente começou a fazer dança com as meninas da vila dentro do meu pátio, do pátio da vizinha. O meu movimento, a minha liderança vem se dando a partir da criança e do adolescente, o direito de querer estar.// C5 Nesse meio tempo em 96 eu me separei do meu marido. Porque aí eu fui para o movimento popular em 86, 89, e aí “tu vai te embora porque mulher minha fica dentro de casa”. E aí a mulher minha já tinha aprendido a andar na rua. E aí tu tá mais na rua, tu cuida de filho, tu trabalha, tu vai em reunião. // C21 Sabe, o movimento popular desta região, da Cruzeiro, foi o que mais matou mulher, o que mais mulheres do movimento popular morreram, a gente faz uma lista de lideranças comunitárias que morreram. / Não pode se trabalhar uma grande mulher, essa mulher tem filhos homens, ela convive com homens, se o

<p>marido, aí se separa, mas os filhos também não a respeitam, então eu acho que não se constrói uma grande mulher sem pensar no grande homem que está com ela.// C22 Não, eu não vim aqui pra ficar sentada numa reunião dizendo amém, não vim mesmo, não vim mesmo.//</p>	
<p>A 7 Todas as criações de associações foram criadas para defender a moradia, implantação de saneamento básico, que não tinha, implantação da luz e da saúde. E depois também seguinte: trabalhar com as creches comunitárias para elas poderem trabalhar. Então esse foi o patamar da criação das associações. A criação dessa luta e também trabalhar o problema do lixo. Então foi uma grande luta comunitária, com isso cada associação começou a ter o seu papel de organização, mas levando para o conselho as suas reivindicações e o conselho chamava os órgãos públicos e fazia a sua grande questão.// A 10 Na época não tinha asfalto, não tinha saneamento básico, nem cloacal nem pluvial, não tinha luz implantada. Na época não tinha o posto de saúde na região. Na época não tinha escola na região. Hoje a região tem tudo isso aí. E a população que lutava não mora mais aí. São jovens novos que estão, os antigos foram embora. Os jovens estão aí e já pegaram tudo pronto. Quem pegou pronto vai saber da história? Só os velhos que lutaram para ter as suas, os seus direitos. Hoje a população são mais de vendedores. Ah, não tinha transporte. Quer dizer, nós temos aqui no entorno da Grande Cruzeiro 11 escolas, 11 escolas numa região de 6 mil, de 12 hectares, temos dez postos de saúde, um pronto-socorro. Temos transporte, temos seis linhas de transporte e lotação, ou seja, municípios, nem precisa pegar nossos aqui. Exemplo: se tu for a Rio Grande, não tem isso que nós temos aqui. Rio Grande. São Lourenço então, não chega nem perto. Só tem um posto de saúde, dois. Tu vai a Rio Pardo, só tem dois postos de saúde, três. Nós temos uma riqueza imensa aqui na região. Uma população que tem em torno de 25 mil pessoas. Então, o perfil mudou.//</p> <p>A 11 Então pra tu chamar hoje a grande da população, as reuniões, tem que ser buscando os aparatos, tem que criar Conselho do Idoso, Conselho do Adolescente, pra população participar. Precisa de muita coisa./ O movimento comunitário, ele se organiza quando existe a necessidade da comunidade. Hoje tu tem associação de bairro, tu tem creche, a Grande Cruzeiro tu sabe quantas creches tem? Quinze creches. Tu vai num município, São Lourenço, tem quantas creches São Lourenço? Quatro creches. Quatro, cinco. Guaíba? Nós temos 15 creches. Sabe quanto trabalho socioeducativo nós temos? Com criança e adolescente? Temos 18. Então como (inaudível 36:47). Não tem. Trabalho. A população é bem atendida aqui dentro. Posto de saúde, pronto socorro, supermercado,</p>	<p>Mobilização apenas pelo mínimo</p>

transporte, a via aberta, tudo certo. Então para tu chamar a população pra discutir seus interesses eles vêm pra discutir o quê? Ah, eles vêm pras reuniões quando querem serviço, esgoto entupido, que é o lixo, que o DMLU não passou, mas aí não vem todo mundo, vem duas, três pessoas. Eles querem transporte, pá, pá, pá. Aquelas coisinhas, mas lutar pela grande causa, o movimento hoje não tem mais, terminou. Só existe a Zona Norte, a ocupação das vilas irregulares ainda, que é preciso regularizar as vilas. Ah, porque são áreas que estão ocupadas irregularmente, entendeu, áreas privadas. A Zona Sul, aqui nessa região, não tem áreas privadas ocupadas, tem áreas do governo, e tem uma lei do governo estadual e municipal, que terreno estadual não pode ser despejado, né./ Santa Tereza a mesma coisa, porque tudo ali é área do governo estadual ou do INSS ou do quartel. Então o governo jamais vai tirar essa população daqui de dentro./ Então, ela está aqui, mas na volta dela tem, em torno de 10 mil metros, seis escolas na volta. Então não afetou. E o povo também não está pra lutar muito, vai, vai meia dúzia, ocupamos lá dentro, mas com meia dúzia, o pessoal não lutou porque... Mas imagina só tu chegar lá em ribeirinha, só tem uma escola, e fecha a escola ribeirinha. É ou não é... Daí o pessoal vai ter que atravessar o rio de caíque pra ir pra outra escola. O bicho pega, não pega? Aqui não. Fechou aqui, o pessoal vai... Até porque o Alberto Bins é uma escola que a população ia tudo nessas voltas aí, o pessoal que está do lado da Guerreiro Lima ia pra lá. Não afetou muito não. Afetou uma meia dúzia ali, mas aí o pessoal já se esquecendo ninguém, nós, do movimento comunitário fazendo plantão ali dentro e o pessoal não nos apoiou./ Tu tem quatro postos de saúde, mil metros de distância. Isso tem nos municípios? Não tem. Aí o pessoal não sente. Não é como tu fechar o bairro todo.//

A 25 O povo quer chegar aqui e quer sair daqui com resultado, certo? É isso aí. Hoje tivemos resultado no carnaval, botei mil pessoas. Ontem, todo mundo, é Líder A, beijo, beijo, beijo. Eles queriam o carnaval, então aí. Agora, aqueles que não têm asfalto na rua, não Líder A. E o povo é assim, é muito complicado. Ele é o mesmo que o mar. Um dia está pra cá, outro dia está pra lá.//B

A criação das associações aqui elas se deram em cima da luta, da necessidade de buscar melhorias pras suas comunidades. Então, esse negócio foi tomando força, né, e muito motivado na época, né, a gente está falando lá dos primórdios, lá dos meados dos anos 70 pra cá, que dá pra se falar em associação. A minha associação aqui, ela foi fundada em 1979 e o que foi importante nesse período. O período de formação da nossa cidade, a peregrinação, o êxodo das pessoas procurarem Porto Alegre pra trabalhar, muita gente vinda do interior, uma leva muito grande, as pessoas acabavam ocupando os espaços vazios da cidade, especialmente os mais próximos do Centro. Nós estamos falando da região Cruzeiro, que está aqui a três, quatro quilômetros no máximo da prefeitura municipal de Porto Alegre, que é o Centro,

ela começou a se adensar. Os sindicalistas que faziam o enfrentamento basicamente às políticas dos governos ditadores que nós tínhamos, eles começaram a olhar esse movimento de migração também de uma forma de organizar esse povo pra buscar melhorias e reforçar também a partir disso o enfrentamento à ditadura.// B 6 Eu acho que houve uma combinação naquele período, que é culminado com essa questão, é, do novo governo que se iniciava, eu acho que isso é fundamental, e aí não é questão de partido, estou falando na questão de concepção de governo, né, de criar ferramentas, diálogos e tal. Em 88, o que nós tínhamos aqui na Grande Cruzeiro? Nós tínhamos o quê? Valas de esgoto a céu aberto, ah, ah, digamos assim, não tinha rede de esgoto, não tinha água, problema da água aqui era impressionante, aqui na comunidade tinha três bicas d'água aqui que as pessoas, os que não conseguiam ir naqueles pés de galinha pra fazer sua ponte pra ir até sua casa e às vezes aquele negócio chegava tão precário que a gente via, isso é muito forte, marcante, as pessoas fazendo fila pra tomar banho nas penas de água, ainda lembro disso, a gente está falando lá, meados dos anos 80. Já em 88, esse governo que assumiu, na época o PT e os partidos que estavam no seu entorno, deram essa condição das pessoas decidirem, da comunidade se organizar e decidir pra onde iam os seus recursos. O que acabou acontecendo?// B11 No momento em que as pessoas conseguiram o esgoto na sua casa, a água encanada na sua casa, o asfalto na sua casa, uma creche pra sua comunidade, né, o atendimento ali no postinho de saúde, mesmo que precário, o resto tudo perdeu importância./ Então eu não preciso ir na reunião, ah, mas a reunião vai tratar agora do tema da saúde, 7, 8 horas esperando atendimento, vai tratar do medicamento que falta na farmácia, vai tratar da creche que ficou pequena porque a demanda é muito maior, ah, mas “eu já não tenho filho, eu não estou doente”, não que não vá adoecer, mas veja só o pensamento das pessoas. E é isso que a gente começou a ouvir. “Eu não preciso mais.”/ Perdemos o, digamos assim, o cordão umbilical com essas pessoas, daí essas coisas que eu te coloquei acabaram sendo a justificativa pra que eles ficassem em casa assistindo à novela, ao Jornal Nacional, vendo filmezinho e hoje nós vemos isso. // B13 Nós tínhamos representantes de todo esse traçado, era mais ou menos, eram 22 vilas que faziam parte da comissão e aí a executiva eram mais ou menos uns nove, dez, que daí já era mais quem estava no trecho, né. Então, e a questão da saúde, que eu acho que é uma questão só quem passa por o que a gente passa quando precisa de atendimento, ficar horas aguardando, eu falo porque eu vou pra fila ali também, eu vou pra emergência ali, eu acho que é uma questão eu acho que, acima de qualquer outra temática, acho que deveria ter prioridade de todos aqui, de toda a cidade, e tem sido secundarizado ao longo do tempo, então a gente tem denunciado aí, recebi de uma certa forma o reflexo disso, por meter a colher contra os governos, você sabe como é

que funciona, né, o aparelhamento, e hoje eles estão, bem claro, né, essa podridão está inserida no Judiciário, no Legislativo, no Executivo, né, então a gente acaba sentindo o reflexo, mas não dá pra se acovardar, né, a gente toma o susto, mas vai de novo, enquanto tiver Deus por nós aí, a gente vai fazendo a luta./ Nossa região da Grande Cruzeiro não tem uma escola de ensino médio, né, não tem uma escola de... que forme, como no passado a Emílio Meyer tinha os cursos técnicos, que davam a capacidade do nosso jovem aprender uma profissão para o mercado de trabalho, e a gente viu agora o governo Sartori fechar o Alberto Bins agora, toda a estrutura, toda a adequação agora, todas as condições de ter uma escola de ensino médio noturno ali, né, um ponto estratégico ao lado do posto de saúde, próximos de paradas de ônibus no entorno ali, então essa é uma das nossas lutas, agora que ela (risos) aparece entrando em cada questão, mas com esse foco de resolver a questão da habitação e da saúde. // B15 A gente teve um outro exercício em que a gente conseguiu recuperar um pouco essa participação, foi o tema da Copa, né. As grandes mobilizações, as assembleias com mais de 700 pessoas dentro da associação, dentro não, fora, porque ali dentro lotou e tivemos que botar caixa de som na rua pra poder ouvir o prefeito sobre as sugestões e acolhimento do documento de 2011, novembro de 2011, que entregamos pra ele sobre as nossas reivindicações, dizendo como nós queríamos, aí falava essa questão de permanecer na região, alternativas pra habitação, né, além da questão de indenização, pessoal do comércio, as questões de esporte, porque nós íamos perder os campos de futebol, como é que ficava, o que recebia nisso então, isso deu mais de 200 reuniões e a gente tem fatos históricos, vamos lá, inesquecíveis até hoje eu tenho no meu blog, se tu procurar tu vai ver, uma reunião na Vila Silva Paes, nós fazíamos dentro da igreja lá, da Assembleia de Deus, então na época, as reuniões ali sempre lotadas. Daí certo dia a gente marcou a reunião lá e o pastor não apareceu. E o povo todo aguardando pra entrar na igreja. Aí tinha um beco, né, a gente procurou o melhor lugar onde tivesse melhor iluminação, colocamos uma caixa de som e ali a gente fez a assembleia dos moradores com a prefeitura, um negócio fenomenal./ A comunidade toda ela na rua. Os caras no beco ali, no acesso, o negócio lotado. Então esse negócio é pra arrepiar, Fabiano, vamos pegar o seguinte: a Vila da Figueira foi diretamente atingida, 19 famílias ali da Dona Zaira, por quê? Porque a prefeitura adquiriu o terreno atrás pra construir 224 unidades e ali aquela vila que estava ali, precária, na encosta, que era uma encosta de morro, se tu entrar ali vai ver que em alguns lugares dá três e meio, quatro metros de altura, né, num barranco que passava, as pessoas tinham que sair, elas foram cadastradas para o projeto da Tronco pra voltarem pra lá ou qualquer outro empreendimento da prefeitura que quisessem, tendo os mesmos direitos atingidos aqui, bônus-moradia, indenização, o que eles quisessem. Então ali também o seguinte: ali era reunião na rua,

meu irmão. E depois começamos a fazer na creche Tio Zé as assembleias ali também. Então assim ó, o que mais, a Vila Cruzeiro, bah, a Vila Cruzeiro parece que o povo tinha problema de entendimento, acho que foi a comunidade em que a gente mais fez reunião, mas estou falando em reunião de não caber dentro da associação de moradores todo o povo porque era um negócio que mexia com a massa. Então, cara.../ Acho que tem uma coisa que é a maior riqueza de uma família, né, é o seu teto, a sua moradia. Então tu colocou em risco ali a moradia e isso fez com que eles saíssem de dentro de casa e aquele negócio que eles tinham asfalto, esgoto, já não ia ter mais valor pra eles porque a casa deles já não ia existir mais ali.// B17 As pessoas parecem anestesiadas, né? Essa questão da saúde, aí, tão importante, se você for agora no Postão, se não tiver 200 pessoas aguardando, tem mais, não menos. Chama para uma reunião pro pátio ali, pra falar de um tema, de uma mobilização, de um protesto, as pessoas começam a expor o descontentamento com tudo aquilo que está acontecendo, as pessoas não saem, Fabiano, às vezes, até viram a cara lá dentro, mesmo estando ali a cinco, seis horas aguardando. É uma coisa que eu acho que nós vamos ter que chamar a universidade pra nos ajudar, acho que tudo o que a gente for falar aqui eu acho que pode ser no chutômetro porque é incompreensível que as pessoas não se manifestem pelo transporte ruim, pela saúde, que está precária, pelos serviços públicos que a gente vai ver que antes eram referências, tu ligava pro DMAE davam 48 horas dos governos anteriores, mas em duas horas já tinha uma equipe ali, estava trabalhando, o DEP não existe, foi aniquilado./ Tomara que seja só em Porto Alegre, que não seja uma coisa nacional, porque a capital da participação popular, a capital do Orçamento Participativo, a capital de um monte de coisa hoje a população está anestesiada, né, com todos esses dilemas que a gente enfrenta no dia a dia.// B 18 Pode chamar quem for chamar, se chegarem 20 pessoas nós vamos ter que soltar foguetes, que é muita gente, neste momento. Antes era só falar que tinha reunião eram 200, 300 pessoas do entorno porque, como eu te falei, era questão do que não tinham, hoje eles têm tudo. E ao mesmo tempo vão ficar sem nada se continuarem nessa inércia. Então é isso, nós vamos ter que procurar um debate mais amplo, além de nós, uma ferramenta de buscar trazer essas pessoas pra fortalecer a nossa representação.// C 12 Sempre por essas necessidades básicas. Todas elas, a princípio, foram pelo direito de moradia, fundamental na região da Cruzeiro. Uma outra, por outros segmentos, como educação infantil, a necessidade da educação, todas elas foram baseadas nessa situação, o direito ao esgoto, ao saneamento básico, à água potável, ao direito de morar, a busca pela melhoria do bem-estar da comunidade. A União de Vilas participava ativamente, sendo, indo para o processo eleitoral, fazendo a direção, quem vai ser o presidente, discutindo lá, aí eles iam na União de Vilas, diziam o que a comunidade precisava, a gente

<p>orientava como fazer a associação, discutia estatuto, íamos lá no dia da eleição, fazíamos a eleição, com livro-ata, aberto, as pessoas votando em urnas, todos os moradores, sempre incentivando que tivesse mais de uma chapa ou que tivesse uma de consenso, mas mesmo assim era necessário ir lá e referendar o voto e foi nascendo cada associação de moradores.// C14 Você brigava hoje por mais médicos e amanhã você tinha mais médicos. Você brigava hoje por um posto de saúde que estava fechando, amanhã você tinha medicamento, hoje não. Hoje você briga, briga e as pessoas que estão na briga contigo são iguais a ti, tu não tem com quem brigar, não tem como brigar, como garantir direitos hoje, aquele era um movimento de garantia de direitos, de garantia de atendimento à saúde, e a saúde básica, que era o primeiro atendimento. Hoje tu não tem. Hoje tu briga com quem?/ Então, sabe, hoje a gente briga para estar junto, a gente briga pra manter o espaço aberto, não pra garantir direitos.</p>	
<p>C15 tu entende, então as pessoas estão ali e elas são parceiras, elas são companheiras, mas elas são garotas de recado, sabe, enquanto o... Eu levo lá pra uma outra fase da ditadu... da história, sabe, na qual os grandes manda-chuvas mandavam, sabe, e usando a mulher. Vou fazer assistência social e eu entendo um monte disso. Então eu não me sinto hoje à vontade em brigar com a direção de nada, a direção, ela está ali, é o gerente do espaço. / Houve um momento em que o cara que coordenava o CAR, o cara que chamava para o FROP, não podia morar na região. Hoje ele mora na região, ele é nosso amigo, amigo nosso de infância, entende, que aí chama, o prefeito não vem, o secretário não vem, não tem resposta.// O governo não é parceiro do movimento popular. O movimento popular é uma coisa, o governo é outra. O movimento popular surgiu exatamente isso: pra impulsionar o governo a fazer, senão não era preciso. Aí a gente fica amém do movimento popular, então eu sou CC do governo e eu fico aqui como outro qualquer, fazendo pelo bem-estar do meu governo, daí não serve. Eu tenho que decidir: não dá pra servir o movimento popular e o governo.//</p>	<p>Militante como gestor</p>
<p>A16 A associação até na década de 90, 95, até 2000, através do OP, o OP foi um mecanismo muito complicado. Dava a César o que é de César (risos), o seguinte, cada associação podia plantar o que queria dentro de sua comunidade, e o OP implantava. Posto de saúde, não sei o que mais, não sei o que mais, não discutia o planejamento do bairro. O povo pedia e ganhava. Isso era o grande problema do OP. // Quando chegou o OP, ele chegou para demandar serviço que nós buscávamos na luta social comunitária, certo? O OP veio pra matar o movimento comunitário. // Antes tu pegava o povo na rua e o OP veio pra fazer aquele negócio, como é que é, tu quer modelar as coisas, como é que é, ele veio pra botar as regras. E aí acabou com a luta. Acabou com as lideranças comunitárias. Mudou o</p>	<p>OP</p>

conceito, acabou com os agentes comunitários e criou os conselheiros do OP, que era um dedo político também, da prefeitura. // “Não, vocês estão todos soltos. São tudo boi xucro no campo. Cada um vai ter que ter o seu curralzinho.” Pegou uma cartilha e veio o sociólogo, que são outros malandros, sociólogo e filósofo é pra isso, né? Vem pra dizer o que o povo pensa, não é o psicólogo. Vem pra: “Não, vocês não estão organizados. Vamos ter que organizar agora. Põe as regras num livro e o governo vai dar pra vocês, vocês não tem que ir lá brigar com o governo. Vocês têm que se organizar entre vocês e levar ao governo as propostas.” E o governo, fatiando o bolo, pega 10% para o OP da cidade. E as regiões tinham que brigar entre si para se organizar, demandar entre si, e deu aquilo que o povo gostava, né? Dar ao povo um pedaço do bolo pra comida, né? E o pessoal começou a comer aquele bolo e se esqueceu que o seguinte: esqueceu do futuro. E a prefeitura ainda fez uma coisa: botou no povo – você é o vereador do seu bairro agora. Então não precisa mais ter vereador em Porto Alegre. “Você é o vereador do seu bairro, você luta pelo seu bairro.” Então a Câmara de Vereadores não precisava existir mais. // A. 18 Então o custo começou a ser muito alto pra prefeitura pra fazer certas coisas. Aí começou a ficar na gaveta. Com isso começou a dar guerra. Por quê? Não botou as regras? Você que quer fazer isso, mas tem que fazer levantamento, pá, pá, pá, pá, vê se é possível. Não. O povo decidiu tem que fazer. Um exemplo, abrir o bairro Glória, Oscar Pereira, para ir lá para a Restinga, os morros. Não há condições, né? Porque tem a SMAM, que não deixa passar, tem as pedreiras, então e o custo é muito alto pra abrir aquela via para Restinga e não é como a Tronco, é parelha, né? // B 5 Com o início da Administração Popular, esse negócio se aprofundou, né, e aí, sim, né, a gente viu, de forma organizada, por uma concepção de governo, de dialogar, o surgimento de um monte de associação, também comissões de acessos de ruas, então, o exercício da democratização, eu acho que, dos anos 80, finais dos anos 80, início dos 90, foi fenomenal, e aí o movimento cresceu. // B7 Então isso fez com que as pessoas viessem, se organizassem, comesçassem a decidir o rumo dos recursos investidos pela prefeitura e aí esse momento serviu também pra gente ver a riqueza do movimento comunitário, pena que haja poucos registros sobre isso porque naquela época a gente via multidões participando. // B 8 Lá no passado tinha que fazer assembleias, em que eram acompanhadas pelo governo, fiscalizadas, tiradas na proporção de cada 20 pessoas participantes, tirava um delegado. / Porque esse povo depois ia para os fóruns de participação popular, do Orçamento Participativo, então ali era no voto, era no crachá, e assim eram decididas as coisas. Então esse negócio acabou fazendo com que as pessoas se organizassem e a gente comesçasse a ver as

melhorias, uma coisa quase que imediata, ninguém acreditava que aquele negócio ali pudesse dar certo./

Então a gente tinha essa tradição, essa riqueza, isso que fazia com que a gente conseguisse juntar o povo todo.// B9 E quando começaram a surgir as redes de esgoto, água encanada, você não sabe a felicidade que era da nossa comunidade. Como era bom pra nós poder tomar um banho de chuveiro, aquecido, ali, no verão, no inverno, com aquilo que nós buscamos, né, porque o governo não estava dando pra nós de graça, o governo estava colocando pra nós a possibilidade de buscar trazer e pra isso tinha que fazer esse esforço, tinha que lutar, tinha que ir pro OP, tinha que sentar com os governos, tinha que acompanhar, tinha que fiscalizar as obras pra que elas acontecessem de uma certa qualidade. O valor que teve isso pra nós, né, e o custo disso, né, de suor, de esforço, um negócio bem bacana.// B14 E o FROP, com essas mudanças de governo e do Orçamento Participativo, especialmente nesta em que tirou, esvaziou o Orçamento Participativo, no momento que disse que não precisava mais fazer reunião pra tirar delegados, a associação podia indicar, o presidente era nato e mais três delegados. Isso aí não fui eu que decidi essa regra aí, né./

Então, acho que o FROP, né, deu, digamos assim, com essa mudança de regra, ele fez um desserviço para o movimento comunitário e as mobilizações sociais. Por quê? A gente vive num cultura de se influenciar, né, pela TV, pelo jornal, pela internet agora, pelas mídias e tal, e nós fizemos o quê? Nós, não, nessa época que mudaram as regras. Agora estamos em outro tempo, modernidade e tal, não tem mais por que as pessoas estarem reunidas, hoje elas acompanham pelo, por mensagem, pela página, pelo blog, era blog, não tinha face ainda. Então nós quebramos com a cultura aqui na Cruzeiro de mobilização, quebramos com a cultura aqui na Cruzeiro de dialogar diretamente com a população e aí o seguinte: quando se perde a cultura o que acontece?// C16 Teve sim, quando é que o FROP teve? Você tinha aquela reunião anual do prefeito e seus secretários, né, na comunidade. Você ia lá e você tinha 800, 600, 500 moradores, moradores, 100 moradores. Hoje você vai pra reunião, o prefeito nem vem na comunidade. E, nos últimos cinco anos, quando vinha, você tinha quantas pessoas? Tinha mais CCs, secretários e outros do que a comunidade. Então isso é o que tem que pesar.// C17 Tinha a reunião do FROP e depois do Fórum de Serviços. E os caras vinham, saíam dali com a demanda de serviços, na semana seguinte, dali a um mês o serviço estava pronto. Mas não. Acho que a resposta está aí, sabe, hoje, pra mim, ele não precisa existir. Hoje não precisa existir não, uns oito anos daí, ele já podia ter, sabe, fechado seu ciclo, fechado seu ciclo, repensado sua fórmula, porque é aquilo, era um projeto de outro governo. Então, deveriam, “nós não sabemos fazer”. E contrata quem faz, e vira qualquer coisa. As pessoas deixam de ser

<p>importantes, a acessibilidade das pessoas deixa de ser importante, a saúde das pessoas deixa de ser importante, as coisas deixam de ser importantes.//</p>	
<p>A 23 Todos se vendem por meia dúzia de dinheiro, aí depois os políticos vão lá pra dentro, os políticos seguem o partido, o partido político, e pede o voto para a população, mas não defende o povo, defende o partido político dele. E o partido político defende o quê? Dinheiro. Então... só uma pergunta: o partido sobrevive sem dinheiro? Tem que vender a alma pra ter dinheiro. O partido tem que ter cargos. Felizmente, eu, graças a Deus, não pude ser vereador porque seria expulso do partido. (risos.) Então não adiantava, eu ia ser expulso do partido. “Você tem que votar nisso e naquilo.” Vou votar coisa nenhuma./ Não. Muito velho pra entrar em partido. Não aceitaram. Não me aceitaram. Até posso ajudar o Sebastião Melo pra prefeito, não sei o que lá, mas não me venham botar cabresto porque se eu me filiar, eu (risos), vai ser, eu, eu vou ser uma persona non grata no partido. Então não adianta me filiar. Me filiar pra quê? Se eu não vou obedecer à regra do partido? Vou dizer as verdades e daí todo mundo não vai querer aceitar. Partido é pra trabalhar nas comunidades, nas favelas, esse é o partido. O partido tem isenções que custam milhões por mês. Partido tem que vir aqui na favela ver a situação da Amavtron, a situação das creches, defendendo. Pô, a Amavtron fez aniversário, ninguém, nenhum canalha de vereador foi lá dizer... Vê se tu pega um vereador caminhando pela Tronco, aqui entrando. Quando vem é pra fazer asfalto aqui, nas costas, pra fazer média. Isso é pra se organizar e ver esses problemas./ Os partidos foram criados para defender o povo. A casa do povo, não é assim que dizem? A casa do povo, pra defender o povo. Defende o povo aonde? Tem que escutar o povo. O povo apanhou agora mesmo com o Marchezan, levaram um laço, mas quem é ele pra tirar o direito do povo? Mas quem é que deu o direito pra ele chegar lá e os vereadores votaram a favor do povo, se elegeram pelo povo, que vereadores são esses que se elegem pelo povo e votam contra o povo? Porque todos eles têm cargos no governo de comissão. Ele tem a cara de pau de chegar na rua e falar. Tem que cada um pegar de laço, dar de relho. O povo é tão sem-vergonha que perde seus direitos e ainda vai beijar na mão deles. Aí não dá, né?/? Pega um tubo de (risos), abre a máquina (risos), enterra, a água passa e vai levando água para todo o Brasil. Não pode. Emprego pra todo mundo. Os índios lá vão vender seus produtos. Aí não pode. Tinha estrada, que é caríssimo fazer estrada aí. Milhões e milhões. Caminhoneiros, não sei o que mais. E o povo tem condições? Não tem. Isso é esquerda. Não a esquerda que pensa em viajar de avião, viajar de não sei o que mais, olha só, quem é o Lula pra dar indulto para os outros países africanos, não sei o que mais, enquanto o povo lá de cima não tem água nem nada.// C 18 A falta de esperança. As pessoas não têm mais esperança. Inúmeras pessoas registram solicitações de serviços e não têm sido</p>	<p>Desencanto com a política institucional</p>

<p>atendidas. Inúmeras pessoas solicitam, usam o 0800 pra saúde e não são atendidas. Inúmeras pessoas pedem pra cortar a grama do traçado viário que leva até a parada de ônibus e não são atendidas, sabe, e depois, a conjuntura do país, sabe, leva a pensar que é tudo igual./ Eu acho que a gente vem perdendo... Se não há tesão, não há solução, é um livro que eu tenho lá em casa./ Eu acho que é isso: falta de esperança. Porque o seu Pedro tem me dito, eles fazem reunião à tarde do posto de saúde, né, e tem ido poucos moradores. Eu penso com ele, mas é um horário que a gente está no trabalho. Mas a gente faz a reunião de noite, né, nós nos encontramos poucos e sempre os mesmos, né. O que tem fluído muito em relação aqui nós, Conselho Tutelar, é a reunião da rede, a rede criança e adolescente está com bastante compromisso./ Então tu vê que os serviços relacionados para a criança e o adolescente que os funcionários trabalham nessa região, eles vêm. Liderança, morador é que a gente está com dificuldade. E eu acho que é por isso mesmo, o desencanto. E por isso eu acho que tem algumas dinâmicas a adotar, dinâmicas que a gente precisa adotar pra construir vínculo. Porque se a gente constitui vínculo a gente anda na chuva junto, a gente dá as mãos e impede um ônibus de andar, a gente diz vamos amanhã ou vamos agora juntar pneu e amanhã de manhã trancar a rua.//</p>	
<p>A20 A esquerda não preparou o povo pra isso. Um dia sabia que ia perder o cavalo, então, o que acontece? Temos que nos preparar quando vier, aí volta a briga, então Jesus existiu, as sete pragas. Sete anos de vacas magras, né? O que fez o sonho lá no Egito do Faraó? Sonhei e o que disse o conselheiro, que era o apanhador de sonhos? “Tu vai ter sete anos de riqueza e sete anos de pragas.” E o que ele fez? Pessoal, nós vamos ter que trabalhar sete anos, numa época que o trigo era..., pra aguentar sete anos de impurezas. Quando veio a praga, o Egito todo sofreu. Não tinha tudo pra todo mundo. Isso aí é a política./ Tu tem que vender teu peixe muito bem vendido hoje. Hoje o militante se quiser colocar gente nas reuniões tem que saber trabalhar a comunidade, fazer eventos./ Tu tem que... Senão o pessoal não vem. Então hoje a liderança comunitária, o agente social do bairro tem que ter um nome de peso, ele tem que ser reconhecido que é hoje uma visão. Hoje na minha região predomina o Líder A. Todo mundo conhece o Líder A. Aí consigo fazer um chamamento e o pessoal vem tudo porque confia no Líder A, na palavra do Líder A. Hoje, porque o Líder A tem 68 anos, cabeça branca, entende? Então o pessoal vê o Líder A como uma... Eu consigo. Outros não conseguem. O pessoal não vem. Eu já tenho esse patamar. Chegar assim hoje, o carnaval comunitário, mandei chamar, o pessoal vem. Se fizer uma festa daqui a 15 dias, ah, o Líder A... Isso porque tu tem que... Senão o pessoal não vem./ Então tudo ali eu vim analisando, aprendendo, e aí se tornou o seguinte: quem é, vendo a esquerda, direita, centro-esquerda, vendo não sei o que mais... e vi coisas que me desagradaram nos partidos. Lá na tribuna discutiam, nos bastidores se beijavam. Vi</p>	<p>Esquerda x direita</p>

coisas que os próprios partidos da esquerda e da direita sentando junto para retalhar a cidade. / O Plano Diretor de 79. Eu estava ligado a um partido e vi lá dentro sentando vários políticos da esquerda e da direita. Era 79, e eu estava começando a aprender o que era Plano Diretor. / Teriam que mexer na área rural, passar para a área urbana. Porque quando eu viajava daqui para a Restinga, eu via o pessoal da Hípica tudo vazio. Eu dizia: “Porra”. Eu não entendia por que a Restinga lá, área urbana e aqui ia ser construído Belém Novo. Por que lá tinha um monte de casas, moradia, Barro Vermelho, não sei o que lá, Lageado, aqui, a Hípica, que era uma área nobre, linda, não podia ter casas. / Porque era área rural. Só podia ter sítio. Terreno de 15 por 30 não podia ter mais, de 12 por 30. Queriam que desmembrasse também, fizeram um projeto de 5 por 25. Olha bem, 5 por 25. Então, o terreno normal que era de 10 por 25 eles fizeram dois. Aí era para ter 300 terrenos, saíram 600 terrenos. Na Costa Gama, tudo área rural, né. Área urbana. Aí veio Alphaville, as empresas poderosas e os vereadores bancando. E eu estava lá, me lembro hoje, parece ontem. “Líder A, tu que enxerga melhor, risca pra nós o mapa aqui.”/ A direita vai comandar por quatro, oito anos. Lógico, depois vai vir o movimento, vai começar a se organizar, se organizar, mostrar os erros e de novo. Foi uma situação muito boa para que a esquerda tivesse como voltar às ações do país, mas voltar a trabalhar com os movimentos sociais, entendeu? Ah, porque tem que ter escola. Não. Tem que ter escola tem que ter escola. Que escola? Que escola é essa que tem que ter./ São seres de pessoas dominantes do mundo todo. Por que dominante? Os que tinham e os que não tinham. Assim foram criados os partidos. Os que tinham dominaram as leis porque eram os grandes, é, os grandes, como é que é, reis, das terras. Os caras deram dinheiro para o rei não trabalhar e o povo trabalhar para o rei. Então aí o rei não trabalhava e, por estratégia do rei, o pessoal tinha que dar para o rei um pedaço do que plantava. Com isso aí se tornou a direita, da riqueza, e a esquerda, que não tinha. Certo. Ficou bem claro isso. A esquerda lutando pra melhorar a situação. Isso se dividiu. O rico, o pobre, o burguês. O que aconteceu... Dominando o mundo todo, o pessoal da esquerda e direita, passam a usar o poder, uns escravizando o povo, outros, ã, com a lei na mão, criam os seus conselhos, que são os prefeitos de bairros, os juízes, os banqueiros, cria tudo isso aí pra mandar no povo e o povo acatou porque foi comprado também, dando cargos para o povo, o conselho da cidade, o banqueiro pegava dinheiro do povo e colocava no banco, o médico mandava na cidade que tinha hospital, o delegado não tinha delegacia, e aí se tornou consequência de lutas sociais e aí, ou seja, quem tinha menos começou a lutar para ter mais. Mas alguém que tinha menos se tornou o líder da esquerda, entendeu? O da direita também, pra não perder a sua riqueza, criou seu clã da direita. Aí vai vendo, uns da direita tinham como distribuir as rendas, outros não tinham, o da esquerda lutava para ter direito de dividir os

lucros da esquerda, mas também às vezes quando vinha botava no bolso dele./ Esquerda seria um, dividir lutas sociais que o povo tivesse condições de ler, escrever e emprego e capacitar as pessoas. Isso seria a esquerda, ou seja, direito pra todo mundo igual, não vou tirar daquele que tem, mas esse aqui vai ter condições de ter, capacitando. Não vai ter nada de graça. Você vai ter que lutar, vai ter que estudar e você vai ter que ter curso técnico, se preparar./ Agora, não adianta tu ficar no poder 25 anos e o país ficar na mesma. Ah, o país melhorou, melhorou aonde? Nesses 25 anos de governo? Com o pessoal da esquerda melhorou? Não melhorou./ Agora, outra coisa, o país que vende o seu patrimônio fica pobre. Cadê o Rio da Vale Doce, que era nosso, cadê a nossa Embratel, cadê a nossa... Não temos nada, venderam tudo para o estrangeiro. E a esquerda também aprovou junto. A esquerda tem que ter uma visão social, não estou falando da esquerda da militância, entendeu, estou falando dos caras do poder, com a decisão de caneta na mão pra fazer o que tem de fazer, não é falar do pessoal que está lutando aqui em baixo pra melhorar lá em cima, entendeu? Estou falando do cara sentado lá em cima, com o poder da caneta na mão, que estiver tudo pra fazer e esquecer de fazer porque começou a comer caviar (risos)./ Na época, quando a esquerda queria o poder estavam todos aqui dentro. Esqueceram depois de voltar. Aí acabou. Agora deram de mão beijada pra direita. Deram porque quiseram. Eu estava contando. A esquerda esteve no poder por 30 anos, 30 anos esteve no poder, 30 anos, 30 anos no poder. Começou pelo governo Sarney veio até agora. Collor foi da direita? Perdeu para o Itamar, o Itamar era esquerda, não era? De esquerda, depois veio o Fernando Henrique Cardoso, de esquerda. O modelo de gestão do Fernando Henrique Cardoso, o Lula copiou todinho, não copiou?// B19 Fabiano, por uma questão partidária e uma questão de identificação, minha origem é de esquerda. Não diria que sou de direita, mas a questão de ideologia se perdeu tanto, né? A gente vê o reflexo disso na sociedade, né. O que é esquerda? O que é direita? No passado não tão recente, quando era da Administração Popular, essa questão do PT interno, isso refletia na sociedade, né, se dizia, Porto Alegre capital da esquerda, no Largo da Epatur, que a gente ia lá, não podia nem se mexer, de tanta gente que a cada final de eleição, que era o ponto de encontro, o povo saía, tomava a Cidade Baixa, notícia de jornal, não é eu que estou falando: capital da esquerda, capital que era referência, todo mundo ia ver o que acontecia aqui de esquerda./ Eu não vou dizer que sou de esquerda nem de direita, vou dizer o seguinte, eu sou lulista, já ouviu falar nessa palavra? Lula, Lula, lulista, e não vou dizer que o Lula, apesar do discurso do PT, que ele exagera ali, a esquerda, mas eu acho que é uma outra coisa, Fabiano, uma outra concepção. Porque o lulismo, o Lula não foi um governo de esquerda, não foi um governo só de esquerda, não foi voltado só, vamos ver a política econômica, e eu vou te dizer que eu acho que foi ruim, né, a esquerda era

contrária. Eu não vou dizer que foi ruim a política econômica do Lula, sabe por quê? Porque a partir da política econômica do Lula eu fui beneficiado./ A política era de esquerda? Não era de esquerda. Dentro do PT, os mais ideológicos, “isso é política que dialoga com o FMI, que dialoga com o raio que o parta”, vários questionamentos, várias questões. O que eu vou te dizer? O governo Lula não era um governo de esquerda, o governo Lula era o governo Lula e eu sou lulista. Acho que esse é o meio, nem tanto à esquerda, nem tanto à direita./ A diferença é a seguinte. Eu sempre tomo por base a questão das gestões municipais, que foi o governo do Estado, os do PT, o do Olívio e do Tarso, tem diferença do governo do Olívio e do Tarso e o que foi o governo, o nosso governo federal. O governo Dilma foi diferente do governo Lula, não é? Acho que assim, a esquerda, né, sempre visa mais a questão social, da divisão de políticas mais gerais que atendam toda a sociedade e tal, e a direita a gente está vendo aí, né, políticas, benesses para quem mais tem. O entendimento da direita é o seguinte, vamos potencializar o empresário porque o empresário está empregando essa pobrerada aí, eles que se virem aí, meu interesse é de que ele fique cada vez mais rico, ele vai continuar empregando, ou escravizando, como a gente vê em algumas situações, em algumas regiões do país, o nosso povo./ O governo Fortunati foi um governo de centro-esquerda, se olhar a questão, foi o governo que mais construiu creches aqui, que coerência, inclusive a nossa aqui, a Sonho Meu, que saiu do papel, não foi nem ele, foi o Fogaça, o Fogaça pegou demandas nossas enterradas três anos ali e o que ele fez? Fez uma parceria público-privada./ Jairo Jorge, né, aqui em Canoas, saiu com quase 80% de aprovação, só que era uma ameoba lá a candidata dele de um outro partido, deu no que deu aquelas aberrações lá, da imaturidade daquela piaçada que ele tinha no entorno dele ali em Canoas, senão tinha feito o sucessor tranquilamente. Era um governo de esquerda, né, digamos de esquerda também, mas caminhando nesse campo centro-esquerda./ Ter o entendimento de que sozinho não vai se ganhar essa eleição, só pela esquerda.// C25 O que que tu acha? (risos.) Eu sou de esquerda, da esquerda, da esquerda. Mas eu também sei dos defeitos que a esquerda, em nome da esquerda a gente construiu, algumas coisas que, sabe, dói, dá medo, mas eu acredito no outro, sabe, eu quero dividir com o outro, eu não quero uma sociedade melhor pra mim e para os meus, eu quero uma sociedade pra todos nós. Eu não quero continuar me gradeando, carro à prova de bala, sabe, com medo de sair, eu já perdi muito de andar com as pessoas, eu quero andar com as pessoas, então, às vezes, eu fico em dúvida se isso ainda é ser de esquerda. Então eu não sei ainda o que é isso, vou continuar por aqui, se por aqui me qualifica.// A compreensão do todo porque eu não vou me mudar da Cruzeiro. E a Cruzeiro nunca vai ser de direita. Eu tenho uma vista linda, a vista mais linda da minha casa e um dia alguém me disse que todo mundo que briga pra ter a vista do rio é de esquerda. Não sei, eu

<p>realmente não sei. Eu já pensei em fazer algumas qualificações de direita, até pra saber se eu sou realmente de esquerda, mas pra isso eu vou ter que me desfiliar do meu partido. Talvez um dia eu faça. Talvez um dia eu faça.</p>	
<p>A14 . E aí por que eu vou ir para um partido com meia oito? Eu sou o partido. Eu sou o político. Ah, mas tem que ter partido. Não. Não me serve. Não me serve porque minha visão é essa. Lógico que pra ser político tem que ter o pedigree: isso, isso e isso. Não tem isso aí não adianta. // B16 Aqui, esse negócio, a gente perdeu também, né, a gente perdeu a possibilidade de retomar essa relação. Não só de pessoas que foram atingidas, mas tinha uma parcela de pessoas que iam ficar, ok, Fabiano, então por vaidade, digo vaidade, o seguinte, ó, por quê? O Fabiano está à frente do negócio, o Fabiano está bombando lá, as reuniões lá da habitação, o Fabiano está chamando o povo e o povo está vindo e tal, eu não vou lá dar moral pra ele, daqui a pouco o Fabiano vai ser candidato a vereador, a isso, a aquilo, tu entendeu?/ eu cansei de ser queimado, eu cansei de ser queimado por outras lideranças, né, que agora querem tratar do tema. Dizem: “Ah, mas eu não tenho nada a ver com isso, isso não vai atingir a minha comunidade”. Isso não pode ser só pauta aqui. Questões que mexem com toda a estrutura da região./ As pessoas não conseguiram entender esse negócio. Elas ficaram cegas, vamos dizer assim, de ciúme, de inveja, infelizmente./ A gente vive um momento em que a sociedade de disputas, de egos, de vaidade e tal, aquilo que eu te falava, a gente perdeu oportunidades por isso de estar se potencializando numa pauta que eu estava à frente, talvez se fosse decisão da maioria poderia ter cedido a cadeira.// C20 Tu tem que saber o horário que tu tem que sair e deixar outros fazerem, sabe, novas ideias, ar novo, oxigenação, sangue novo./ a gente tem que saber ensinar porque ninguém é eterno.// Hoje na minha região predomina o Líder A. Todo mundo conhece o Líder A. Aí consigo fazer um chamamento e o pessoal vem tudo porque confia no Líder A, na palavra do Líder A. Hoje, porque o Líder A tem 68 anos, cabeça branca, entende? Então o pessoal vê o Líder A como uma... Eu consigo. Outros não conseguem. O pessoal não vem. Eu já tenho esse patamar.</p>	<p>Personalismo</p>